

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM SANTA CATARINA**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Secretário-Executivo
Laudemir André Müller

Presidente
Carlos Mário Guedes de Guedes

Superintendente Regional
José dos Santos

Chefe da Procuradoria Federal Regional Especializada
Valdez Adriani Farias

Chefe da Divisão de Administração
José Henrique Ferreira

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Daniela Noêmia Sales Jansen

Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
Edgar Paulino de Sousa

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
Vitor Adami

Asseguradora de Planejamento e Controle
Marcela do Amaral Pataro Machado

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO	14
PARTE A—CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	15
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	15
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	15
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	17
1.3 Organograma Funcional	18
1.4 Macroprocessos Finalísticos	23
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	32
1.6 Principais Parceiros.....	34
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	35
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	35
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	52
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	59
2.4 Indicadores	68
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	75
3.1 Estrutura de Governança.....	75
3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos	77
3.3 Sistema de Correição.....	81
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	82
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira.....	83
4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	83
4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar	108
4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	109
4.4 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	113
4.5 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	114
4.5.1Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	114
4.5.2Programação de Despesas	115
4.5.2.1Programação de Despesas Correntes	115
4.5.2.2Programação de Despesas de Capital.....	115
4.5.2.3Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	116
4.5.2.4Análise Crítica	116
4.5.3Programação de Despesas	117

4.5.4 Execução Orçamentária da Despesa	119
4.5.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários	119
4.5.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	119
4.5.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	120
4.5.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	122
4.5.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	122
4.5.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	124
4.5.4.3 Análise Crítica.....	126
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	127
5.1 Reconhecimento de Passivos	127
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	127
5.1.2 Análise Crítica	127
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	127
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	127
5.2.2 Análise Crítica	128
5.3 Transferências de Recursos.....	128
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	128
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	129
5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	129
5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	130
5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	131
5.3.6 Análise Crítica	132
5.4 Suprimento de Fundos	132
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	132
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	132
5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B	133
5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo	133
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	134
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos	135
5.4.1.6 Análise Crítica	136
5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....	136
5.6 Gestão de Precatórios	136
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	136
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	136

6.1.1Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada	136
6.1.1.1Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	136
6.1.2Qualificação da Força de Trabalho.....	137
6.1.2.1Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	138
6.1.2.2Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	138
6.1.3Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	140
6.1.4Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	142
6.1.4.1Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ - Regime de Proventos e Aposentadoria.....	142
6.1.4.2Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	142
6.1.5Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	142
6.1.6Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos.....	143
6.1.7Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	143
6.1.7.1Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC	143
6.1.7.2Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico	144
6.1.7.3Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	145
6.1.8Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	145
6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	146
6.2.1Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	146
6.2.2Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	146
6.2.3Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	146
6.2.4Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	148
6.2.5Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	149
6.2.6Composição do Quadro de Estagiários	151
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	151
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	151
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	153
7.2.1Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	153
7.2.2Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	154
7.2.3Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	156
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI	158
8.2 Análise Crítica	159
9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	161

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	161
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	163
10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas.....	164
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	164
10.1.1Deliberações do TCU atendidas no Exercício	164
10.1.2Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	166
10.1.3Recomendações da OCI Atendidas no Exercício	167
10.1.4Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	170
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	171
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	172
10.3.1Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	172
10.3.1.1Análise Crítica.....	172
10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	173
10.4.1Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	173
11. Informações Contábeis.....	173
11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	173
11.1.1Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	173
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	174
11.2.1Declaração Plena.....	174
11.2.2Declaração com Ressalva	174
11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	175
11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976	175
11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais	175
11.6 Parecer da Auditoria Independente.....	175
12. Outras Informações Sobre a Gestão	176
PARTE B—CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	177
13. Cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis.....	177
14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	177
ANEXOS.....	178

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	15
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	77
Quadro A.4.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105	83
Quadro A.4.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110	84
Quadro A.4.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114	85
Quadro A.4.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426	86
Quadro A.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378	86
Quadro A.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387	87
Quadro A.4.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460	88
Quadro A.4.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG.....	89
Quadro A.4.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384	89
Quadro A.4.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427	90
Quadro A.4.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7	92
Quadro A.4.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396	93
Quadro A.4.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398	97
Quadro A.4.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06.....	98
Quadro A.4.1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320	99
Quadro A.4.1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358	100
Quadro A.4.1.17– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374	100
Quadro A.4.1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474	102
Quadro A.4.1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952	103
Quadro A.4.1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370	103
Quadro A.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470	108
Quadro A.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448	109
Quadro A.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859	109
Quadro A.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1.....	110
Quadro A.4.4.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000	113
Quadro A.4.4.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572	112
Quadro A.4.4.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103	114
Quadro A.4.5 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	115
Quadro A.4.5.1 – Programação de Despesas Correntes	115
Quadro A.5.2 – Programação de Despesas de Capital.....	115
Quadro A.4.5.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	116
Quadro A.4.5.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	117
Quadro A.4.5.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	119
Quadro A.4.5.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários	120
Quadro A.4.5.7 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	122
Quadro A.4.5.8 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação....	124
Quadro A.6.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	127
Quadro A.6.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	127
Quadro A.6.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	129
Quadro A.6.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	129
Quadro A.6.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	130

Quadro A.6.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	131
Quadro A.6.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	132
Quadro A.6.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”).....	133
Quadro A.6.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	133
Quadro A.6.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	134
Quadro A.6.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) ...	135
Quadro A.7.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	136
Quadro A.7.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	137
Quadro A.7.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	137
Quadro A.7.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	138
Quadro A.7.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	138
Quadro A.7.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores ...	140
Quadro A.7.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	142
Quadro A.7.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	142
Quadro A.7.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	143
Quadro A.7.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	144
Quadro A.7.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	144
Quadro A.7.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	145
Quadro A.7.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	145
Quadro A.7.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	146
Quadro A.7.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	146
Quadro A.7.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	146
Quadro A.7.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	148
Quadro A.7.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	149
Quadro A.7.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....	151
Quadro A.8.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	154
Quadro A.8.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	154
Quadro A.8.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	156
Quadro A.9.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	158
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	162
Quadro A.10.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	163
Quadro A.11.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	164
Quadro A.11.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	166
Quadro A.11.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	167
Quadro A.11.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	170
Quadro A.11.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	172

Quadro A.11.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	173
Quadro A.12.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	174
Quadro A.12.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	174

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão Individual da Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina foi desenvolvido em conformidade com o disposto nas Decisões Normativas TCU N° 119 e 124/2012 e Portaria TCU nº 150/2012, sendo composto por duas partes: Parte A – Conteúdo Geral do Relatório de Gestão, que é composta de 12 itens e Parte B – Conteúdo Específico por Unidades Jurisdicionadas ou Grupo de Unidades Afins, composta pelos itens 13 e 14. Dentre os itens recomendados para compor o relatório de Gestão, conforme Portaria TCU 150, alguns quadros não se aplicam à natureza da UJ e, portanto, não constam neste Relatório, notadamente os que se referem a Programas e Iniciativas previstas no Plano Plurianual 2012-2015, uma vez que a Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina só possui Ações do PPA 2012-2015 sob a sua alçada de responsabilidade de execução.

As consultas orçamentário-financeiras relacionadas em quadros individuais referentes as Ações da UJ foram efetuadas no SIAFI Gerencial por meio de consultas utilizando os grupos de itens da STN:

- I) Execução orçamentária: PUBLIC MENSAL
- II) Provisões Recebidas: MOVIMENTO CRÉDITOS
- III) Restos a Pagar de exercícios anteriores para os quadros das Ações: RP PROC N ROC CCONT
- IV) Restos a Pagar de exercícios anteriores item 4:
 - a. Exercício 2007 e 2008: RP PROC N PROC CCONT
 - b. Exercícios 2009, 2010, 2011 e 2012: RP PROC N PROC NE

Alguns itens e quadros foram excluídos do presente relatório por não se aplicarem a UJ, a exemplo do anteriores itens 3.3 (Remuneração Paga a Administradores) e 4.1 a 4.1.4 (contendo informações acerca de Programas Temáticos e Iniciativas). Outros itens, apesar de não se aplicarem à esta UJ, foram mantidos no texto com a devida ressalva.

Com relação aos dados da execução física, ressalte-se que algumas ações apresentam divergências em relação ao constante no SIOP, pois houve ajuste dos números da execução no Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais (SIR) após o encerramento do prazo para a migração dos dados deste sistema para o SIOP.

No que tange à gestão da Unidade Jurisdicionada, cabe ressaltar que durante o exercício de 2012 as atividades de Superintendente Regional foram desempenhadas pelo Sr. João Paulo Lajus Strapazzon. No entanto, quando da elaboração e entrega deste relatório, o referido cargo é ocupado pelo Sr. José dos Santos, nomeado pela Portaria INCRA n.º 69 de 13 de fevereiro de 2013.

PARTE A—CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125		
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária				
Denominação abreviada: INCRA				
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373001		
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo				
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00		
Telefones/Fax de contato:	(048)3733-3561			
Endereço eletrônico: comunica.sc@fns.incra.gov.br				
http://www.incra.gov.br				
Endereço Postal: Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, Edifício Dom José Gomes, Praia Comprida. São José/SC. CEP: 88.101-175.				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA 				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
<ul style="list-style-type: none"> - Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA 				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
<ul style="list-style-type: none"> - Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral 				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
373070	Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
373071	Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão			

373070		Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
UF	CIDADE	SR	UG
BR	BRASIL	SEDE	373001/BR
-	BRASÍLIA	DAF-Bsb	373083/DAF-2
PA	BELÉM	SR-01/PA	373030/PA
CE	FORTALEZA	SR-02/CE	373045/CE
PE	RECIFE	SR-03/PE	373048/PE
GO	GOIANIA	SR-04/GO	373080/GO
BA	SALVADOR	SR-05/BA	373053/BA
MG	BELO HORIZONTE	SR-06/MG	373055/MG
RJ	RIO DE JANEIRO	SR-07/RJ	373062/RJ
SP	SÃO PAULO	SR-08/SP	373066/SP
PR	CURITIBA	SR-09/PR	373067/PR
SC	FLORIANOPOLIS	SR-10/SC	373070/SC
RS	PORTO ALEGRE	SR-11/RS	373072/RS
MA	SÃO LUIS	SR-12/MA	373040/MA
MT	CUIABÁ	SR-13/MT	373073/MT
AC	RIO BRANCO	SR-14/AC	373015/AC
AM	MANAUS	SR-15/AM	373025/AM
MS	CAMPO GRANDE	SR-16/MS	373058/MS
RO	PORTO VELHO	SR-17/RO	373082/RO
PB	JOÃO PESSOA	SR-18/PB	373047/PB
RN	NATAL	SR-19/RN	373046/RN
ES	VITORIA	SR-20/ES	373057/ES
AP	MACAPÁ	SR-21/AP	373039/AP
AL	MACEIO	SR-22/AL	373051/AL
SE	ARACAJU	SR-23/SE	373052/SE
PI	TEREZINA	SR-24/PI	373044/PI
RR	BOA VISTA	SR-25/RR	373029/RR
TO	PALMAS	SR-26/TO	373085/TO
MB	MARABÁ	SR-27/MB	133080/MB
DF	DF-ENTORNO	SR-28/DF	133088/DF
MF	MÉDIO S. FRANCISCO	SR-29/MF	373050/MF
ST	SANTAREM	SR-30/ST	373037/ST

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, estabelecendo as atribuições e competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

A Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina - SR(10), é um Órgão descentralizado, ao qual compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa, bem como garantia da manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Em face das dificuldades estratégicas na obtenção de novas áreas para a criação de Projetos de Assentamentos em SC - devido à não revisão/atualização dos índices de produtividade rural utilizados como parâmetro para a aferição da função social das propriedades rurais, bem como às recentes alterações no Código Florestal, no final do exercício de 2012 - a Superintendência Regional de Santa Catarina criou apenas 1 novo Projeto de Assentamento, no Município de Curitibanos, com 763 hectares e capacidade para 49 famílias.

Em virtude desta circunstância adversa na área da obtenção de imóveis para a Reforma Agrária, esta UJ concentrou-se no desenvolvimento socioeconômico e territorial dos Projetos de Assentamento já existentes baseado no conceito das cadeias produtivas, atingindo em seu trabalho a articulação regional e não somente o assentamento em particular. Nesse sentido, visando o fortalecimento e desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos já criados no estado de Santa Catarina, destacam-se os Programas: 1) ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária (Programa 2012 – Ações 4470; 0A81); 2) Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Programa 2066 – Ação 0427); 3) Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento (Programa 2066 – Ação 8396) – 4) TERRASOL - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Programa 2066 – Ação 4320); 5) PRONERA (Programa 2066 – Ações 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo; Ação 6952 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária; 6) Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamentos (Programa 2066 – Ação 4358); 7) Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária (Programa 2066 – Ação 8374).

Como órgão descentralizado, responsável pela coordenação e execução das ações do INCRA no estado, cabe a essa unidade, coordenar e executar na sua área de atuação, as atividades homólogas do órgão seccional e específico relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa. Também devem garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

No que tange ao Ordenamento Fundiário, tendo sido publicada em 2010, pelo Presidente da República, o Decreto de Reconhecimento à Regularização de Território Quilombola da Comunidade Invernada dos Negros, quando então foram dado início às vistorias de avaliação dos imóveis inseridos total ou parcialmente dentro do território, alcançou-se resultados significativos com a imissão na posse do primeiro imóvel inserido no território, além da realização de vistorias de avaliação em cerca de 80% dos imóveis.

Visando manter o bom desempenho obtido nos anos anteriores, durante o ano de 2012 a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária reviu continuamente suas alternativas de direção e atuação, mantendo os projetos de treinamento e capacitação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento, alcançando claramente seus objetivos, pois se percebe uma melhora

significativa na qualidade dos dados inseridos no SNCR, bem como a superação da meta pactuada no Plano de Compromisso 2012.

1.3 Organograma Funcional

No que tange ao Organograma Funcional, serão descritas a seguir as funções vinculadas a cada componente da estrutura interna da SR-10.

I) Gabinete da Superintendência Regional - SR (10)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos;

Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, ceremonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

II) Procuradoria Regional - SR(10)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente

Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

III) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(10)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma

agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(10)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de

reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) Divisão de Desenvolvimento - SR(10)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos

beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) **Educação e Cidadania** - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) **Divisão de Administração - SR(10)A** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) **Desenvolvimento Humano** - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) **Contabilidade** - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) **Administração e Serviços Gerais** - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) **Orçamento e Finanças** - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) **Unidade Avançada - SR(10)UA** - constitui órgão descentralizado, de caráter transitório, subordinado à Superintendência Regional. Compete-lhe executar as atividades finalísticas, especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições, no âmbito de sua área de jurisdição.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Ordenamento da Estrutura Fundiária

O Macroprocesso de Ordenamento da Estrutura Fundiária incorpora o gerenciamento e promoção do ordenamento da estrutura fundiária no estado de Santa Catarina, contando com a colaboração de 17 servidores lotados nos serviços de Cadastro Rural, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização de Territórios Quilombolas.

Como entidade cadastral, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) mantém atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), a SR-10 promove a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC e sua integração ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural catarinense. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo e com vistas ao combate da grilagem de terras, além de executar atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no estado.

Vinculado à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR-10/F) o referido macroprocesso envolve controle e execução da certificação de imóveis rurais, identificando e

impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis; atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais localizadas no estado de Santa Catarina, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo; coordenação da execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

Visando manter o bom desempenho obtido nos anos anteriores, durante o ano de 2012 a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária reviu continuamente suas alternativas de direção e atuação, mantendo os projetos de treinamento e capacitação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento, alcançando claramente seus objetivos, pois se percebe uma melhora significativa na qualidade dos dados inseridos no SNCR.

No tocante as ações de regularização fundiária, esclarecemos da impossibilidade de realização da ação no estado, tendo em vista a natureza de obtenção destas áreas no passado, que foram desapropriadas pelo INCRA no sentido de encerrar os conflitos agrários existentes à época e não arrecadadas ou descriminadas, como preveem os normativos vigentes, além da indisponibilidade de servidores para o atendimento das demandas existentes.

Neste sentido, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária de Santa Catarina encaminhou em 2011, o MEMO/INCRA/SR(10)F/Nº 722/11 à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, esclarecendo a situação em que a Regularização Fundiária se encontra no Estado, bem como da cobrança relativa a elaboração de uma proposta de Instrução Normativa encaminhada deste o ano de 2009.

Assim, tendo em vista a indisponibilidade de servidores para o atendimento da demanda de regularização fundiária em áreas desapropriadas/arrecadadas e diante dos problemas expostos em relação à impossibilidade de enquadramento normativo para a regularização das áreas outrora desapropriadas no estado, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária em Santa Catarina não realizou qualquer ação relativa à Regularização Fundiária no Estado.

Por fim, em relação às atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, os resultados obtidos se restringem, em parte, ao andamento dos trabalhos na alçada da Superintendência.

Tendo sido publicada em 2010, pelo Presidente da República, o Decreto de Reconhecimento à Regularização de Território Quilombola da Comunidade Invernada dos Negros, quando então foram dado início às vistorias de avaliação dos imóveis inseridos total ou parcialmente dentro do território, alcançou-se resultados significativos com a imissão na posse do primeiro imóvel inserido no território, além da realização de vistorias de avaliação em cerca de 80% dos imóveis.

Os trabalhos referentes à Regularização de Território Quilombola da Comunidade São Roque, aguardam ainda a posição da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal quanto ao conflito entre INCRA e ICMBio, haja visto a sobreposição do território pleiteado com os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

Ainda, em 2011 foi encerrado o contrato com a empresa ECODimensão - Meio Ambiente e Responsabilidade Social LTDA, tendo sido elaborado os Laudos Antropológicos de 03 (três) Comunidades: Morro do Boi, localizada em Balneário Camboriú; Família Manoel Thomaz, localizada em Treze de Maio, e Campo dos Poli, localizada em Fraiburgo e Monte Carlo. Em relação à elaboração dos relatórios antropológicos das Comunidades Morro do Fortunato e Aldeia, localizadas em Garopaba, e Santa Cruz, localizada em Paulo Lopes, a empresa não apresentou os produtos contratados, o que ocasionou o encaminhamento do processo de contratação à Divisão de Administração, para os devidos trâmites legais.

Por fim, além do encaminhamento de processos para ajuizamento de ações referentes a desintração dos imóveis inseridos no Território Invernada dos Negros, deu-se continuidade aos processos de reconhecimento dos territórios com Laudo Antropológico concluídos.

Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Vinculado à Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (SR-10/T) o referido macroprocesso engloba a vistoria e avaliação de terras para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção, destinadas à implantação de projetos de reforma agrária. Providencia, também, a perícia judicial em ações de desapropriação e o licenciamento ambiental para possíveis áreas de assentamento. As ações de obtenção visam às propriedades rurais que não estejam cumprindo a sua função social, conforme define a Constituição Federal nos artigos 184 e 186, e que sejam tecnicamente viáveis para fins de reforma agrária.

A seleção de famílias, a promoção do acesso à terra e a criação de projetos de assentamento também figuram como atividades inerentes a este macroprocesso, vinculados também a SR-10/T, bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária. Esta Superintendência Regional, adotou no exercício de 2012 como estratégia de planejamento a eleição de áreas prioritárias de atuação fundamentadas no diagnóstico regional, mapeando as áreas contínuas de terra dentro da Unidade da Federação para o implemento de ações fundiárias visando a obtenção de terras para o assentamento de trabalhadores rurais ou regularização fundiária.

No âmbito do referido macroprocesso a UJ procurou atingir todas as metas estipuladas, executando os trabalhos dentro de um planejamento estratégico que levou em conta a capacidade operacional, os recursos programados e disponibilizados, os recursos humanos, os imóveis decretados para reforma Agrária, os que estão na iminência de expedição de decreto e os possíveis de imissão na posse, e finalmente, a remoção do maior número de acampados para os assentamentos criados, considerando a capacidade técnica e viabilidade.

O objetivo principal das atividades foi a desapropriação para fins de Reforma Agrária, que demanda a meta de vistorias preliminares com o foco de identificar os imóveis que não estão cumprindo com a função social da terra, preconizado nos artigos 184 e 186 da Constituição Federal.

Antecedendo as vistorias, são realizados os levantamentos prévios que demandam visitas em cartórios, órgãos municipais e estaduais, e em alguns casos, abordagem visual dos imóveis alvos, culminando com a comunicação de vistoria do proprietário.

No ano de 2012, com projeção também para 2013, a gestão da Divisão de Obtenção do INCRA de Santa Catarina, atuou de forma própria com seus mecanismos de fiscalização sem a interlocução com os movimentos sociais que se apresentavam redundantes em apresentar sempre os mesmos imóveis para fiscalização. Dessa forma, através de análise feita no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e também através dos processos de imóveis rurais que foram apresentados ao setor de Cartografia, visando à certificação do georreferenciamento dos mesmos, foram selecionadas áreas com potencial para obtenção por parte desta UJ.

Cabe destacar, neste ano de 2012, o término da fiscalização de imóveis que estão em processo de penhora judicial promovidos pela Procuradoria da Fazenda Nacional de Santa Catarina, o qual aparentemente apresentou resultado positivo devido a publicação da Portaria AGU 514/2011, que trata da oportunidade de oferecimento para adjudicação pelo INCRA dos imóveis penhorados. Estes mesmos imóveis estão em fase de análise jurídica para liberação visando à expectativa de adjudicação dos mesmos pelo INCRA.

Os processos para desapropriação dos imóveis improdutivos seguem para Decreto Presidencial depois de seguirem o devido processo administrativo, respeitados o contraditório e ampla defesa previstos na legislação pertinente.. Se não houver impedimento judicial, após o Decreto, é promovido o Ajuizamento da Ação Desapropriatória e Imissão na Posse para finalmente ocorrer a Criação do Projeto de Assentamento.

Em todas as fases processuais existe uma gama de procedimentos a serem seguidas, segundo a legislação em vigor, exigindo, assim, deslocamentos das equipes de trabalho a campo. Assim, diante de tamanho desafio, adotou-se as seguintes estratégias:

1 - Ação de vistorias em áreas prioritárias onde há presença e concentração de latifúndios, demanda social iminente ou em evidência, IDH baixo, tendência de processos migratórios, análise socioeconômica favorável, dentre outros aspectos;

2 - Levantamentos prévios nos imóveis acima de 15 módulos fiscais;

3 - Monitoramento constante dos processos de obtenção;

4 - Concentração das ações dos Peritos Federais Agrários, Analistas e Técnicos da Reforma Agrária nas vistorias preliminares.

A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de Projetos de Assentamentos é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93. Entretanto, no estado de Santa Catarina, em algumas regiões, onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, em virtude da não atualização dos índices de produtividade, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº. 433/92, que não é atrativa aos proprietários rurais em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária. Há, ainda, como alternativa aos dois instrumentos anteriores, a Lei nº. 4.132/62, que trata da desapropriação por interesse social, cujo uso pela autarquia ainda é incipiente.

Ainda no âmbito deste macroprocesso, o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais vinculados a SR(10)/T, realiza as análises ambientais das propriedades em fase de desapropriação e solicita ao órgão competente a sua Licença Ambiental, nesse caso a Licença Prévia – LP, que, posteriormente, após o cumprimento de todas as condicionantes, é convertida em Licença Ambiental Prévia – LAP.

Considerando que esta UJ possui atualmente, sob sua jurisdição, 138 projetos de assentamento, duas regularizações fundiárias e 10 imóveis em obtenção, cumpre destacar que todos possuem a devida licença ambiental expedida ou protocolada no órgão estadual de Meio Ambiente.

No ano de 2012 foram elaborados pelos 4 técnicos do serviço de meio ambiente 49 relatórios necessários para renovação das Licenças Ambientais de Operação. Para a elaboração dos referidos relatórios, foi necessária a visita de todos os 49 Projetos, sendo diagnosticado as melhorias ambientais, sociais e de infraestrutura ocorridas no período de 2008 a 2012, subsidiando a melhor avaliação pelo órgão ambiental no deferimento da renovação das LAOs. O trabalho abrangeu 30.769 ha e 1932 famílias.

Além desses, vale destacar o relatório do P.A. Bela Vista, localizado no município de Abelardo Luz, área de 1295,04 ha e 84 famílias que teve sua situação regularizada no ano de 2012, em virtude de não ter sido protocolizado em 2011, devido à solicitação de pagamento da FATMA no valor de R\$ 6.187,92, através de emissão de um boleto.

O protocolo dos 50 pedidos de renovação de LAOs em 2012 e a manutenção da validade dos protocolos realizados em 2011, somente foram possíveis em razão de decisão judicial liminar e posterior concessão de segurança definitiva, que reconheceu o direito desta UJ de protocolar o pedido de renovação das LAOS sem custos, trazendo uma economia para a União acima de R\$ 600.000,00.

Ainda em relação às Licenças Ambientais de Operação, foram protocolizados 3 novos pedidos, em virtude do vencimento das antigas Licenças Ambientais de Instalação. São eles:

- P.A. Pátria Livre (município de Correia Pinto, área de 1169,02 ha – 80 famílias);
- P.A. Norilda da Cruz (município de Rio Negrinho, área de 1397,61 ha – 80 famílias);
- P.A. Vale da Conquista (município de Irineópolis, área de 136,88 ha – 10 famílias).

Em relação às Licenças Ambientais Prévias, foram protocolizados 2 pedidos de áreas em obtenção denominadas:

•Fazenda Cabaçais (município de Ponte Alta, área de 119,49 ha – proposta inicial de 7 famílias);

•Fazenda Butiá (município de Rio Negrinho, área de 699,33 ha – proposta inicial de 40 famílias).

A Fazenda Xaxim II (hoje PA Neri Fabris, município de Curitibanos, área de 762,74 ha – 49 famílias) obteve a Licença Ambiental Prévia em abril de 2012.

Salientamos que 80 % do tempo despendido pelos técnicos do serviço de Meio Ambiente (2 Eng. Florestais, 1 Técnica em Reforma e Desenvolvimento Agrário, com formação em Geografia e 1 Engenheira Agrônoma) é direcionado para a manutenção das licenças ambientais em vigor, não sendo possível realizar de forma adequada outros trabalhos técnicos, na nossa opinião, mais importantes, tais como: averbações de reservas legais, educação ambiental, monitoramento de crimes ambientais, recuperação ambiental, etc. Verificamos que apesar de conseguirmos manter com o êxito a validade das licenças ambientais, tal procedimento interfere e vem interferindo muito pouco na vida dos assentados. Nesse sentido, as outras demandas, a exemplo da educação ambiental e o acompanhamento dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradas, foram incluídas como metas a serem cumpridas no âmbito do Programa de ATER, através da atual prestadora contratada, via Chamada Pública, para prestar o serviço de ATER para todas as famílias regularmente assentadas no estado.

O quadro abaixo resume o histórico das licenças ambientais relativas às áreas que estão sob a jurisdição do INCRA/SC no ano de 2012:

Imóvel	Licença Ambiental	Protocolo em 2012	Expedido em 2012	Total 2012	Famílias	Área (ha)
Imóvel em obtenção	Prévia	2	0	2	47	818
Projeto de Assentamento	Prévia	0	1	1	49	762
Projeto de Assentamento	Instalação	0	0	0	0	0
Projeto de Assentamento	Operação	3, 49, 1 *	0	53	2186	34766
Regularização Fundiária	Operação	0	0	0	0	0
TOTAL		55	1	56	2282	36346

* 3 pedidos de LAOs em razão do vencimento das LAIs, 49 pedidos de renovação das LAOS vencidas em 2012, 1 pedido de renovação da LAO vencida em 2011.

Desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Assentamento

O Macroprocesso de Desenvolvimento de Sustentável de Projetos de Assentamentos – engloba a coordenação, supervisão das ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento do INCRA/SC, integrando políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem, em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária– PNRA.

As ações no estado de Santa Catarina são desenvolvidas junto com a nossa Unidade Avançada de Chapecó – INCRA/UA/SC, cuja área de atuação abrange a região oeste do estado, onde estão localizados a maioria dos Projetos de Assentamento do INCRA/SC. O INCRA, através da Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento concede a infraestrutura básica rural necessária à estruturação sustentável dos seus Projetos. As prioridades são a construção e/ou recuperação de estradas vicinais, implantação de sistemas de abastecimento de água e construção de redes de eletrificação rural.

Com isso, o INCRA busca instrumentalizar de forma mais eficaz o resultado das políticas públicas e benefícios sociais nas áreas rurais reformadas. Essas ações são fundamentais para a permanência dos assentados no campo e são executadas de forma direta, através de licitações públicas ou por meio de convênios ou acordos de co-participação celebrados com outras instituições governamentais das esferas federal (Ministério de Minas e Energia, através do Programa Luz para Todos, Ministério da Defesa/Batalhão de Engenharia, FNDE, FUNASA), estadual ou municipal.

A execução de Infraestrutura básica é muito demandada pelos assentados e é uma resposta à necessidade premente de cumprir o compromisso do Governo Federal, quando criou os assentamentos, de adotar, na sua jurisdição, padrões de qualidade de vida, principalmente, nos campos da saúde, educação, transporte e água potável. Em algumas regiões do estado o volume de chuvas, alem de outros fenômenos climáticos, proporcionaram prejuízos significativos à malha viária dos projetos de assentamentos atingidos por tais fenômenos. Esta situação tem conduzido varias municipalidades a recorrerem constantemente a esta UJ solicitando apoio na totalidade das demandas, notadamente de recuperação de estradas, para a população beneficiaria do II PNRA.

De outra ordem, encontramos vários municípios que demandam apoio para enfrentar os limites da estiagem. Nestas situações, esta UJ vem apoiando e buscando soluções, entendendo que a execução dessas obras é de vital importância para o desenvolvimento socioeconômico dos projetos de assentamento, pois garantem o acesso dos assentados aos seus lotes; facilitam o escoamento da produção agrícola; diminuem as perdas na produção (principalmente de leite e hortaliças), diminuindo o custo da produção com consequente aumento de renda; facilitam o transporte escolar dos filhos dos assentados e garantem água em quantidade e qualidade. Em síntese, a realização dessas ações servem de estímulo - e também pré requisito instrumental - ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno.

Durante o ano de 2012 as municipalidades atuaram em parceria com esta Unidade Jurisdicionada através de convênios firmados para implantação de infraestrutura básicas nos projetos de assentamento (Ação 8396/ Iniciativa 01EP) – com destaque para as Prefeituras de Chapecó, Campo Erê, São Miguel do Oeste, Caçador, Ponte Alta, Abelardo Luz e Rio Negrinho, contabilizando 37,45 km de estradas implantadas e 22,90 km de estradas recuperadas, beneficiando um total de 230 famílias assentadas.

A concessão de Crédito Instalação permite o suporte creditício inicial aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA. O benefício deve garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos projetos localizados no semi-árido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água; e a aplicação em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, etc) para a geração de renda.

O Crédito Instalação vem sendo concedido desde 1985, sendo um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e manutenção das famílias na parcela rural. São os valores atualmente em uso:

- :: Apoio Inicial: R\$ 3,2 mil por família;
- :: Aquisição de Materiais de Construção: R\$ 25 mil por família;
- :: Fomento: R\$ 3,2 mil por família
- :: Recuperação de Materiais de Construção: Até R\$ 8 mil por família
- :: Apoio Mulher: R\$ 2,4 mil
- :: Adicional do Fomento: R\$ 3,2 mil

O Programa de Crédito Instalação atua com uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do INCRA. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das Associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. Estes são pagos diretamente ao fornecedor – mercados locais, lojas de material de construção e de implementos agrícolas. O programa também faz parcerias com instituições financeiras governamentais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

No ano de 2012 foram disponibilizados créditos para 482 famílias, representando um aumento de 210,48% da meta física prevista para o ano (229 famílias). Deste total de famílias contempladas com crédito verificamos cada modalidade disponibilizada:

Modalidade	Nº de famílias	Nº de PAs
Crédito Apoio Inicial	02 familias	
Crédito Apoio Mulher	31 familias,	09 PAs
Crédito Aquisição de Materiais de Construção	128 familias	33 PAs
Crédito Adicional de Fomento	30 familias	03 PAs
Crédito Recuperação de Materiais de Construção	416 familias	91 PAs

Apesar dos resultados da aplicação do crédito terem sido satisfatórios, acima da meta prevista, a aplicação dos créditos na SR 10/SC enfrentou alguns problemas ocorridos no decorrer do ano, entre eles a aposentadoria e remoção de servidores responsáveis pelo crédito, com descontinuidade dos trabalhos; a mudança da sede da Superintendência do INCRA, do centro de Florianópolis para o município de São José, na região metropolitana do estado, que ocasionou aproximadamente um mês de descontinuidade nas atividades de toda a UJ, dentre a pausa para saída do prédio antigo e efetiva implantação e regular funcionamento na nova sede (efetivação da ligação de energia elétrica, serviços de telefonia e internet, montagem de mobiliário, etc; e por fim, a greve dos servidores do INCRA, que teve inicio em junho e término em agosto, fazendo com que a aplicação dos créditos ficasse paradas por aproximadamente 3 meses.

É importante ressaltar que após a greve a equipe de credito da SR 10/SC foi reestruturada, passando a ser composta por 5 servidores de diferentes formações, mais a asseguradora do crédito. Esta equipe iniciou um processo de organização dos processos e priorização dos trabalhos de aplicação dos recursos, que terá inicio efetivo no inicio do exercício de 2013. Neste processo de reestruturação dos trabalhos foram levantados 163 processos a serem conduzidos, nas diferentes modalidades do crédito. Devido aos problemas levantados anteriormente não houve a finalização – prestação de contas - de nenhum processo de crédito no exercício de 2012.

No que tange ao acompanhamento ao processo produtivo fomentado nesta UJ, intitulado de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, atualmente é realizado pelo Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). É importante registrar que durante o ano foi elaborada a Chamada Pública visando à contratação, em novo instrumento, de nova(s) prestadora de assistência técnica. No final do exercício, de 2012 realizou-se efetivamente a referida contratação, de acordo com a Lei n.º 12.188/2010. Conforme determinações da Lei de ATER n.º 12.188/2010, este serviço esta pautado pelo desenvolvimento de sistemas produtivos mais eficientes considerando os fundamentos da Agroecologia como matriz tecnológica. Este novo paradigma de atividade implantado pelo INCRA tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos.

Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável. Os serviços de ATER são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas,

entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

Em atividade desde 2004, o programa de Ates – atualmente ATER - atua com equipes de técnicos em ciências agrárias, sociais, ambientais e econômicas. Os grupos trabalham nos assentamentos executando atividades como: elaboração de planos de desenvolvimento ou recuperação de projetos de assentamento, extensão rural, capacitação continuada, visando à formação de competências e à mudança de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e promoção do desenvolvimento rural sustentável, adotando metodologias participativas.

O programa Terra Sol, lançado em 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), busca criar meios para o desenvolvimento sustentável e a qualificação da reforma agrária no Brasil ao apoiar organizações de agricultores assentados. Dentre suas metas estão o aumento da renda das famílias e a valorização das especificidades regionais, respeitando as experiências, potencialidades e a diversidade socioeconômica e cultural de cada localidade. As ações do programa são estendidas a todo o território nacional, com atividades desenvolvidas em todas as regiões. A partir de convênios e parcerias, o Programa Terra Sol estimula atividades de agroindustrialização e comercialização da produção, agroextrativismo, capacitação de técnicos e assentados, eventos que promovam a interligação solidária dos assentamentos, divulgação e venda dos produtos da reforma agrária, dentre outras.

O apoio ao desenvolvimento das famílias agricultoras vem sendo modificado nos últimos anos. Além de criar condições para que a pequena produção possa se expandir, melhorar seus produtos e processos de produção na busca pelo aumento do ganho das famílias agricultoras, a ação do Governo Federal tem se ampliado ainda mais. A meta é assegurar mais capital, mais proteção a produção e a renda, através não apenas da ampliação do Crédito Rural do PRONAF, mas de sua articulação com o mecanismo de seguro contra os efeitos do clima adverso que pode afetar a produção e do seguro contra as variações de preços que diminui a renda.

Este conjunto de políticas facilita o planejamento das atividades, permite o acesso a melhor tecnologia e contribui para o aproveitamento de novas oportunidades econômicas, o que permite as famílias agricultoras ampliarem a segurança alimentar de suas famílias e contribuem para o aumento da renda, com risco reduzido ou até inexistente.

Os contratos do Crédito Rural do PRONAF financiam projetos individuais ou coletivos, devem gerar renda e os recursos empregados no seu pagamento retornam para novos empréstimos. Este mecanismo de incentivo à produção não é o “pagamento de uma dívida social”, é uma política dirigida, focada, que incentiva as famílias agricultoras e estimula o sentido de responsabilidade. As famílias agricultoras que contratam financiamentos do PRONAF têm uma das menores taxas de inadimplência entre todos os sistemas de crédito brasileiros. Para fins do crédito do PRONAF as famílias são enquadradas nos Grupos “A”, “A/C”. Essa classificação leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar. Para cada grupo do PRONAF existe um conjunto de linhas de crédito, com condições de acesso e valores diferenciados, garantindo-se assim uma maior proximidade da capacidade de endividamento da família com as alternativas de financiamento de sua produção. O grupo PRONAF A se destina aos beneficiários da Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O PRONAF A é um crédito de investimento rural. O PRONAF A/C atende ao mesmo público e é destinado para despesas de custeio. Vale destacar que no ano de 2012 foram efetivados 331 contratos na modalidade PRONAF A e 49 contratos na modalidade A/C. É importante ressaltar que o término do Convênio de ATES entre o INCRA e a COOPTRASC e a consequente realização de Chamada Pública para contratação de entidades prestadora de ATER apenas em dezembro de 2012, pode ter contribuído para o não aumento neste quantitativo de contratos firmados, uma vez que o trabalho dos técnicos de ATER é de suma importância para a elaboração dos projetos para acesso ao Programa.

Na área de Educação do Campo e Cidadania, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O Pronera capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. O programa apoia projetos em todos os níveis de ensino, conforme relacionado abaixo:

Educação de jovens e adultos (EJA) – Desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas:

- a) Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental;
- b) Capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária;
- c) Formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Ensino Médio e Técnico Profissionalizante – Destina-se à formação de professores no curso Normal e à formação de Técnicos Jovens e Adultos nas áreas de reforma agrária. Objetivam formar nos assentamentos profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e promoção do desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Ensino Superior – Destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais.

Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinariedade. O PRONERA é uma parceria do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

No ano de 2012 esta UJ acompanhou a execução efetiva de dois cursos na área de Ensino Técnico/Médio, totalizando 78 educandos, dos quais 23 concluintes efetivos e um curso em nível superior/especialização, com a formação de 33 educandos.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os Macroprocessos de Apoio englobam as atividades que dão suporte aos macroprocessos finalísticos que estão mais diretamente ligados à Divisão de Administração – SR(10)A, envolvendo atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais, administração de material e patrimônio e serviços gerais, vinculados aos serviços de Administração e Serviços Gerais, Orçamento e Finanças, Contabilidade, Desenvolvimento Humano e Almoxarifado e Patrimônio.

Na Unidade Avançada com sede em Chapecó – INCRA/UA/SC – UG/nº 373071 SC também existem o Setor de Administração de Serviços Gerais e Setor de Orçamento e Finanças que executam as atividades correlatas na sua área de atuação, tendo como Setorial de Contabilidade esta SR(10)SC – UG/373070.

Os macroprocessos ligados à Divisão de Administração estão diretamente relacionados às ações de atividade meio, dando condições às demais divisões da superintendência regional

desenvolver as atividades fins da Instituição, que beneficiam de uma forma direta as famílias beneficiadas pelo Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

No que tange às atividades relativas à administração e serviços gerais, dentre as competências regimentais do Setor de Administração do INCRA/SC e Serviços Gerais, consta prover as unidades da Autarquia de bens, materiais e serviços necessários ao desempenho de suas atividades, efetivando procedimentos licitatórios necessários a aquisição desses bens materiais e da contratação das prestações de serviços.

Relativamente às ações voltadas para as atividades de orçamento e finanças, é a Divisão de Administração do INCRA/SR(10)SC e o Setor de Administração da UA/SC que efetuam fisicamente a execução orçamentária e financeira das dotações aprovadas para a Superintendência Regional de SC na Lei Orçamentária Anual, dando suporte às demais divisões da regional no gerenciamento dos recursos que são de responsabilidades em razão de suas destinações aprovadas no Orçamento Geral da União. Essas atividades são executadas pelo Setor de Orçamento e Finanças em atendimento às demandas das demais divisões da SR(10)SC e UA/SC. Ressalte-se que a SR(10)A que com a autorização do Ordenador de Despesas descentraliza créditos orçamentários e repassa recursos financeiros para a nossa Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC, mantendo rigoroso controle dos recursos orçamentários e financeiros, sendo prestadas pela SR(10)A, na regional, as orientações para o suporte e à tomada de decisões por parte dos gestores das diretorias fins.

A administração do contingente de pessoal da regional é efetuada pelo Setor de Recursos Humanos com a supervisão da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano – INCRA/SEDE/BSB/DF, que dentre as suas atribuições regimentais tem a competência de propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos, instruindo pedidos relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, orientando e coordenando as atividades desenvolvidas no âmbito das Superintendências Regionais, bem como à coordenação de todos os procedimentos de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDATA e a GDARA, progressão funcional, bem como aprovação no estágio probatório.

No que concerne às atividades da área contábil, estas são executadas pelo Setor de Contabilidade, que dentre as suas competências tem a atribuição de analisar as prestações de contas da aplicação dos recursos da regional, que são aplicados via concessão de suprimento de fundos, de transferências voluntárias mediante a celebração de convênios ou de instrumentos congêneres, bem como o controle da concessão de diárias e comprovação de realização de viagens.

No que se refere à parte contábil em si, são executadas atividades de acompanhamento diário das atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional e também da nossa UA/SC, por meio de análise e exame dos registros lançados no SIAFI.

Cabendo a S(10)A, como Setorial de Contabilidade/UG/373070, controlar as atividades da nossa UA/SC, emitindo mensagens de orientações, cobranças de ajustes e questionamentos, quando verificados lançamentos impróprios, bem como retransmissão de mensagens dos Órgãos Setoriais de Contabilidade, aos quais somos subordinados.

Também são de responsabilidade do Setor de Contabilidade, o desenvolvimento de atividades de colaborar na elaboração e confecção do Processo de Prestação de Contas Anual da SR(10)SC em conjunto com o da UA/SC, bem como a instauração dos Processos de Tomadas de Contas/TCE, para apuração de eventuais responsabilidades por procedimentos que tenham causado dano ao erário no âmbito desta regional.

Cabe destacar, que desde 2000, com a reestruturação da Autarquia houve a extinção da Chefia para o encarregado do Setor de Contabilidade da regional, existindo chefias na Coordenação-Geral de Contabilidade somente no INCRA/SEDE, e em contrapartida foram descentralizadas as responsabilidades da área para as regionais, ou seja, a Superintendência Regional ficou com o ônus da descentralização de trabalhos de contabilidade, que ocorreu nos últimos exercícios, sem, no entanto, existir gratificação para o encarregado do Setor Contábil.

Ainda com relação às transferências de recursos vinculados a convênios e/ou instrumentos congêneres, o Setor de Contabilidade mantém controle e acompanhamento da execução, no que se refere aos registros efetuados no SIAFI e a partir de 2009 no SICONV, em nível estadual.

No SICONV com a implantação do sistema em 2009, cabe destacar, a dificuldade do uso do mesmo, prossegue, não só no cadastramento de órgãos públicos do estado, de entidades e outros, mas também da grande dificuldade operacional do referido sistema, o que dificulta e muito os trabalhos do Setor de Contabilidade e também os registros de informações no referido sistema pelos demais servidores desta regional. Lembrando que é consensual a informação dos servidores que operam o mesmo no INCRA/SC.

E, finalmente o Setor de Patrimônio e Almoxarifado desta SR(10)A é que executa o controle de patrimônio e de almoxarifado desta regional, mantendo o gerenciamento do Sistema Informatizado de Controle Patrimonial do INCRA.

1.6 Principais Parceiros

Ao longo do exercício de 2012, a Unidade Jurisdicionada contou com a parceria de outras entidades, governamentais e não governamentais, numa conjunção de esforços para o desenvolvimento das principais atividades, visando o alcance dos principais objetivos estratégicos e consequentemente, o atingimento das metas pactuadas no âmbito de cada uma das iniciativas e ações previstas no PPA 2012/2015, com rebatimento nesta SR-10. Nesse sentido, a seguir serão demonstrados os principais parceiros desta Unidade Jurisdicionada na implantação de políticas públicas afetas à reforma agrária:

a) Prefeituras Municipais – as municipalidades atuaram em parceria com esta Unidade Jurisdicionada através de convênios firmados para implantação de infraestrutura básicas nos projetos de assentamento (Ação 8396/ Iniciativa 01EP) – com destaque para as Prefeituras de Chapecó, Campo Erê, São Miguel do Oeste, Caçador, Ponte Alta, Abelardo Luz e Rio Negrinho - e ações conjuntas nas áreas de educação e saúde. Vale destacar também que algumas Prefeituras Municipais integram a parceria no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, adquirindo alimentos oriundos da produção das famílias assentadas, em articulação com o Programa de ATER;

b) Universidade Federal de Santa Catarina – através de parceria para suporte à implantação de projetos, com foco na região Norte do estado de Santa Catarina, aprovados junto ao Ministério do Desenvolvimento Social visando à implantação e desenvolvimento de cadeias produtivas de hortifrutigranjeiros e consequente comercialização através do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos (Iniciativa 01EW);

c) Companhia Nacional de Abastecimento: vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a CONAB atuou em conjunto com esta Unidade Jurisdicionada na comercialização dos produtos da reforma agrária, adquiridos através do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, bem como na garantia da segurança alimentar e nutricional proporcionada pela distribuição de cestas básicas para a população acampada no estado (Ação 2109);

d) Governo do Estado de Santa Catarina: através da Secretaria de Infraestrutura, o Governo de Santa Catarina e esta Unidade Jurisdicionada firmaram termo de cooperação técnica para suporte à análise de projetos de construção de estradas em projetos de assentamento do estado, em virtude da ausência de profissional de engenharia civil em exercício nesta Unidade Jurisdicionada (circunstância que foi equacionada apenas no mês de novembro/2012, com a chegada de um Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário – Engenheiro Civil, que veio removido da SR-17/Rondônia). Esta parceria visou dar o apoio para a consecução das atividades inerentes à Ação 8396/Iniciativa 01EP;

e) Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina: a Justiça Estadual atuou como parceira desta Unidade Jurisdicionada, através da Vara Agrária, permitindo solução para os conflitos

fundiários, juntamente com a participação da Ouvidoria Agrária desta SR-10, minimizando assim a atuação de força policial com recurso ao uso da força repressiva estatal, contribuindo sobremaneira para a conciliação de conflitos de forma pacífica, sempre que possível;

f) Cooperativa de Trabalhadores da Reforma Agrária em Santa Catarina (COOPTRASC): a atuação desta entidade não governamental, enquanto prestadora do serviço de assistência técnica e extensão rural às famílias assentadas (Ação 4470/ Iniciativa 01CB/ Programa 2012), através de Convênio com esta Unidade Jurisdicionada – o qual encerrou-se no mês de abril/2012 – contribuiu significativamente no âmbito da estratégia de implantação e desenvolvimento das cadeias produtivas no estado, através do suporte técnico à produção primária em bases agroecológicas, suporte na elaboração de projetos de financiamento do PRONAF (Ação 0A81/ Iniciativa 01EX/ Programa 2066), incentivo à organização cooperativa das famílias assentadas, elaboração de projetos para acesso ao PAA e PNNE, bem como a linhas de crédito e fomento do BNDES. Além disso, a COOPTRASC contribuiu decisivamente no suporte à confecção de projetos para construção e reforma de casas a serem viabilizadas através dos recursos do Programa Crédito Instalação (Ação 0427/ Iniciativa 01EP/ Programa 2066);

g) Secretaria de Patrimônio da União - SPU: em diversas disputas envolvendo áreas em terras da união a SPU atuou como parceira, dentro das suas atribuições institucionais, auxiliando esta Unidade Jurisdicionada, inclusive no suporte para instrução de processos judiciais nos quais o INCRA configurou como parte;

h) Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN: atuou como parceira no início de negociações de áreas adjudicadas para a União em processos de obtenção de terras para a reforma agrária;

i) Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: além de constituir-se como órgão do Governo Federal ao qual o INCRA, e em última instância esta Unidade Jurisdicionada possui vinculação, a Delegacia Regional do MDA no estado de Santa Catarina atuou mais diretamente como parceira na implantação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, através da realização de mutirões de documentação que abrangeu vários municípios, através da emissão de 13.035 documentos, beneficiando 10.981 agricultores/as familiares e assentados da reforma agrária;

j) Outros parceiros: finalmente, diversas outras entidades governamentais são auxiliadas por esta Unidade Jurisdicionada como a Advocacia Geral da União (AGU), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Chico Mendes (ICMBio) e demais órgãos vinculados ao Governo de Estado de Santa Catarina e Prefeituras Municipais que, em virtude de dificuldades técnicas e materiais para cumprir suas missões, solicitaram auxílio desta Unidade Jurisdicionada na disponibilização de profissionais para desenvolver atividades a exemplo de medições, confecção de mapas, utilização de veículos, suporte na distribuição de cestas básicas, realização de perícias, etc.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Tomando como base o Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária traçou objetivos estratégicos e consequentemente desenvolveu ações vinculadas aos seguintes Programas Temáticos:

- 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária;
- 2012 – Agricultura Familiar;
- 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial;
- 2120 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As metas vinculadas as ações e a discussão acerca da estratégia operacional para cumprimento do Plano 2012 foi fruto das discussões promovidas pelo INCRA/Sede, envolvendo os Chefes de Divisão e Superintendentes das diversas Superintendências Regionais, incorporando a necessidade de articulação das ações do INCRA com as ações dos demais Ministérios, no âmbito de Programas/Planos Interministeriais, a exemplo do Plano Brasil sem Miséria.

No Plano Estratégico do INCRA, vinculado ao PPA 2012/2015, estão previstos objetivos estratégicos, iniciativas, metas e ações, no âmbito dos quais a Superintendência de Santa Catarina desenvolveu as suas atividades, dentro dos macroprocessos finalísticos e de apoio, e de acordo com o Plano de Compromisso 2012, ajustado pelo Decreto n.º 7.680/2012, o qual dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012 e dentre outras providências, conforme descrito a seguir e complementado no item 2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.

Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

a) Objetivo Estratégico 0418

Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder à certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Iniciativa 01DV – Fiscalização Cadastral das Propriedades Rurais

Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e conferir maior segurança jurídica para o Serviço de Registro de Imóveis - SRI. Fiscalizar o cadastro, visando o cumprimento da função social da propriedade para subsidiar as ações de obtenção de terras; combater à grilagem de terras e o trabalho análogo ao de escravo; verificar a legalidade dominial dos imóveis rurais e a veracidade das informações declaradas; verificar o limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e identificar os imóveis passíveis de ações de reforma agrária; gerir a Rede Nacional de Cadastro Rural; elaborar o Plano Geral de Estatísticas Cadastrais e estudos técnicos cadastrais.

Descrição: Captação, análise e crítica dos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização); fiscalização cadastral da propriedade, visando auferir a legalidade do domínio, o cumprimento da função social plena, inclusive com o combate trabalho análogo ao de escravo e a grilagem de terra; inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR; lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais; qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC e supervisão

periódica de seu funcionamento; disponibilização de informações para estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho; produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE; geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e capacitação dos servidores lotados nos Serviços de Cadastro Rural e Salas da Cidadania, localizadas nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do INCRA, e supervisão regular dos serviços cadastrais disponíveis ao cidadão.

Produto: Imóvel gerenciado.

Unidades Monitoradas: Imóvel.

- Metas INCRA 2012/2015: Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR); Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR);
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Emitir 6.139 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)

b) Objetivo Estratégico 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Iniciativa 01E6- Georreferenciamento e Certificação de Imóveis Rurais

Ação 4426 - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

Finalidade: Georreferenciar imóveis rurais públicos e privados e fiscalizar esse serviço. Ampliar e manter a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS. Manter as atividades do Comitê Nacional de Certificação e Credenciamento e dos Comitês Regionais de Certificações. Digitalizar o acervo fundiário analógico das Superintendências Regionais e dos Governos Estaduais.

Descrição: Georreferenciamento de imóveis rurais, através do levantamento de campo, com o auxílio de tecnologia de posicionamento global (GNSS) e Sensoriamento Remoto, incorporando-os ao Acervo Fundiário Digital do INCRA. Fiscalização padronizada dos serviços topográficos executados em interesse do INCRA. Manutenção do funcionamento da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS- RIBAC, indispensável aos serviços de georreferenciamento e certificação dos imóveis rurais.

Produto: Imóvel georreferenciado.

Unidades Monitoradas: Hectare e Imóvel/Posse.

- Metas INCRA 2012/2015: Georreferenciamento de 4 milhões de hectares, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal; Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de hectares.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não prevista para esta ação.

Iniciativa 01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais.

Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Finalidade: Regularizar as ocupações rurais em terras públicas federais e estaduais, fora da Amazônia Legal. Legalizar imóveis rurais e ratificar títulos na faixa de fronteira.

Descrição: Realização de identificação, levantamento ocupacional, atualização cadastral, vistoria, georreferenciamento, análise processual e titulação das ocupações.

Produto: Imóvel regularizado.

Unidades Monitoradas: Imóvel/Posse, Hectare.

- Metas INCRA 2012/2015: Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Encaminhar 34 imóveis/posses para regularização fundiária.

Ação 8378 - Gestão de Terras Públicas

Finalidade: Realizar a Gestão das terras públicas federais e apoiar na gestão das estaduais, Promovendo, mediante processo discriminatório ou de arrecadação sumária, a demarcação topográfica, a incorporação e posterior destinação de terras públicas federais, para fins de regularização fundiária, reforma agrária, doação para municípios, concessão de direito real de uso para unidades de conservação, dentre outras.

Descrição: Localizar, identificar, demarcar, arrecadar e destinar terras públicas devolutas.

Produto: Área diagnosticada.

Unidades Monitoradas: Hectare e Imóvel/Posse.

- Metas INCRA 2012/2015: Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de hectares de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal.

OBS: Nas ações 8378 (Gestão de Terras Públicas) não houve metas físicas designadas para a Unidade Jurisdicionada no exercício de 2012.

c) Objetivo Estratégico 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder à supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativa 01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).

Ação 0000 - Criação de Projetos de Assentamento

Finalidade: Não se trata de uma ação do PPA e sim de Meta de Governo, cujo objetivo é criar Projetos de Assentamento (PA) para o público da reforma agrária, incluindo projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Assentamento Agroflorestal (PAF) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Reservas Extrativistas (RESEX) e Florestas Nacionais (FLONA). Destaque-se que este dois últimos são criados pelo Ministério do Meio Ambiente, e eventualmente podem ser reconhecidos como projetos de assentamento para público da reforma agrária.

Produto: Projeto Criado.

Unidades Monitoradas: PA, Capacidade de Famílias e Hectare.

- Metas INCRA 2012/2015: Criar 800 projetos de assentamento.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não prevista para a UJ.

Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria de fiscalização do cumprimento da função social da propriedade de imóveis rurais; vistoria de avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação, aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; despesas com processos administrativos e judiciais, levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações; despesas com comunicações a proprietários; custeio de desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações; aquisição de máquinas e equipamentos de uso profissional para apoio às vistorias.

Produto: Área vistoriada.

Unidades Monitoradas: Hectare e Imóvel/vistoria.

- Metas INCRA 2012/2015: Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Vistoria e Avaliação de 10.600 hectares para Obtenção de Imóveis Rurais.

Ação 4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e Ação 20TG - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais, permitindo a imediata imissão na posse.

Descrição: Pagamento inicial de valores referentes à obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante indenização da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente, de acordo com os respectivos decretos de desapropriação por interesse social ou homologação dos acordos de compra e venda direta.

Produto: Área obtida.

Unidades Monitoradas: Hectare, Imóvel e Capacidade de Famílias.

- Metas INCRA 2012/2015: Obter 1 milhão de hectares.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Obter 366 hectares.

Iniciativa 01EL - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.

Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Finalidade: Assentar famílias do público da Reforma Agrária por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com Infraestrutura básica, crédito instalação e licenciamento ambiental, e proceder a supervisão ocupacional dos lotes.

Descrição: Identificação, cadastramento, digitação, seleção, legitimação, homologação e acompanhamento das famílias beneficiárias da reforma agrária, na tipologia: a) Trabalhadores rurais; b) Atingidos por barragem; c) Ocupantes não índios de terras indígenas (TI), de unidades de conservação (UC) e não quilombolas de territórios quilombolas (TQ); d) Reconhecidos de projetos de assentamento das esferas administrativas (Federal, Estadual e Municipal); e) Populações tradicionais (Ribeirinhos, Faxinalenses, Fundo de Pasto, Extrativistas em geral); f) Mini fundiários com área menor que um módulo rural; g) Parceiros, arrendatários e posseiros; h) Trabalhadores rurais assalariados temporários e permanentes; i) Demais entidades familiares que se enquadrem nos critérios do PNRA; manutenção do cadastro de informações dos beneficiários da reforma agrária, principalmente no que se refere aos dados sobre a situação de famílias assentadas, desistentes, eliminadas, evadidas, tituladas e quanto à elegibilidade, bem como produzir dados para a análise da situação sócio-econômica; execução de procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários da reforma agrária; e j) Realizar procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua destinação;

Produto: Família assentada.

Unidades Monitoradas: Famílias.

- Metas INCRA 2012/2015: Assentar 200 mil famílias.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Assentar 190 famílias.

Iniciativa 01EO - Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.

Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

Finalidade: Licenciar e regularizar os assentamentos da reforma agrária nos questões ambientais.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental nas suas diversas modalidades conforme estabelecido pela legislação federal e estadual; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças, outorgas e publicações de licenças e material de educação ambiental e outros similares; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal, quando for o caso; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da manutenção dos recursos naturais nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e do projeto de conservação ou de recuperação de áreas degradadas ou protegidas a ser implementado nos assentamentos; publicação de material informativo; Implantação de projetos de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal; e realização de práticas tecnológicas que visem a recuperação dos solos, como cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes no âmbito do licenciamento ambiental.

Produto: Licença ambiental protocolada.

Unidades Monitoradas: Licenças.

- Metas INCRA 2012/2015: Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Protocolar licença ambiental para 25 Projetos de Assentamento.

Iniciativa 01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária para dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas, auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, viabilizar atividades produtivas e a recuperação ambiental, e garantir a segurança hídrica das famílias assentadas localizadas nas áreas circunscritas pelo Semiárido reconhecidas pelo IBGE.

Produto: Família atendida.

Unidades Monitoradas: Famílias, Famílias atendidas com Complementação de Crédito, Família Atendida com Complementação Restos a Pagar, PA e Casa.

- Metas INCRA 2012/2015: Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher; Conceder

Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria; Construir e/ou reformar 120 mil casas;

- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Conceder Crédito Instalação a 229 famílias dentro das distintas modalidades (Apoio Inicial, Fomento, Adicional Fomento, Aquisição de Material de Construção, Recuperação Material de Construção, Apoio Mulher, Semi Árido, Ambiental, Reabilitação Crédito Produção).

Ação 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

Finalidade: Supervisionar, fiscalizar e acompanhar as famílias assentadas na aplicação adequada do Crédito de Instalação, bem como prestar serviços de assistência técnica tanto na elaboração do projeto quanto na edificação, na reforma ou na ampliação da habitação, nos projetos de assentamentos rurais.

Descrição: Supervisão e acompanhamento da aplicação do Crédito de Instalação e assistência técnica para a elaboração e para os acompanhamentos de projetos arquitetônicos.

Produto: Crédito supervisionado.

Unidades Monitoradas: Famílias/PA.

- Metas INCRA 2012/2015: Não previstas no PPA 2012-2015.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar de não haver previsão específica de metas desta ação do PPA para o INCRA ao nível nacional, a Unidade Jurisdicionada assumiu no Plano de Compromisso 2012 a meta física de supervisão e fiscalização da concessão do crédito instalação para 297 famílias.

Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Produto: Família atendida.

Unidades Monitoradas: Famílias e PA.

- Metas INCRA 2012/2015: Não prevista.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não prevista.

Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Finalidade: Prover ou recuperar a infraestrutura básica dos projetos de assentamento rural, necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou com a recuperação de infraestrutura, como estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e

distribuição de água, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Produto: Família atendida.

Unidades Monitoradas: Família, Km e Unidades.

- Metas INCRA 2012/2015: Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água; Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Beneficiar 381 famílias com a implantação e recuperação de infra-estrutura básica em Projetos de Assentamento do estado.

d) Objetivo Estratégico 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativa 01ES - Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento

Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e para as entidades públicas ou privadas

Descrição: Concessão documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento de cláusulas contratuais; c) realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos.

Produto: Documento de titulação expedido.

Unidades Monitoradas: Documento, PA, Parcela ou Lote, Lote/Parcela Retomada.

- Metas INCRA 2012/2015: Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Concessão de 90 contratos de concessão de uso a famílias assentadas.

Iniciativa 01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental

Ação 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Finalidade: Realizar a gestão ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, por meio do monitoramento das atividades relacionadas com a regularização e com o uso dos recursos naturais, promovendo a implementação do manejo sustentável da flora ou da fauna, e incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com base agro-ecológica, florestal ou agro-florestal.

Descrição: Realização da gestão ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, com o monitoramento das atividades relacionadas com a regularização e com o uso dos recursos naturais, por meio da implantação, da manutenção e da alimentação do sistema de registros de informações ambientais, do levantamento das áreas degradadas, da realização de vistorias, em assentamentos, ou visitas técnicas de supervisão, nas Superintendências Regionais, da realização de estudos que estabeleçam indicadores e cenários relativos à regularidade e à recuperação de passivos ambientais como subsídios para intervenções, promovendo a implementação do manejo de flora ou de fauna como atividade produtiva básica ou complementar visando a geração de renda e incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com base agroecológica, florestal ou agroflorestal, instrumentalizando as Superintendências Regionais do INCRA e realizando as capacitações de assentados e técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural de acordo com as respectivas necessidades e envolvimentos nas finalidades da Ação.

Produto: Assentamento beneficiado/monitorado.

Unidades Monitoradas: Família, PA, Hectare.

- Metas INCRA 2012/2015: Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Promover ações de gestão ambiental em 01 Projeto de Assentamento.

Iniciativa 01EW – Proporcionar, aos projetos de assentamento, condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.

Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol

Finalidade: Incrementar a renda nos projetos de assentamento rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, as experiências e as potencialidades locais, bem como a supervisionar e acompanhar a execução.

Descrição: Apoio a implantação e a recuperação de agroindústrias: a) contratação de serviços de consultoria ou assessoria técnica, de forma temporária, para agroindústrias implantadas ou em implantação; b) capacitação de assentados e técnicos para a atividade agroindustrial; c) aquisição de máquinas e equipamentos; d) construção ou recuperação de edificações e instalações; e) contratação de serviços para elaboração de projetos de engenharia; f) obtenção de licenças e de alvará de funcionamento. II) Inserção mercadológica da produção dos assentados: a) realização de pesquisas de mercado e estratégias de comercialização; b) promoção, divulgação e comercialização dos produtos da reforma agrária; c) construção ou recuperação de edificações e aquisição de equipamentos para viabilizar a comercialização dos produtos da reforma agrária; d) desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; e) realização de estudos de cadeias produtivas; f) certificação de origem, de nichos de mercado, e orgânica; g) capacitação de assentados em gestão administrativa, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas

de fabricação. III) Fomento as atividades econômicas não agrícolas de artesanato, turismo rural e restaurante rural nos assentamentos da reforma agrária. IV) Acompanhamento, monitoramento e fiscalização da implementação da ação em campo.

Produto: Família beneficiada.

Unidades Monitoradas: Família, PA e Projeto Contratado.

- Metas INCRA 2012/2015: Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Atender 403 famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização.

Iniciativa 01EX - Viabilizar o acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar, Pronaf e demais programas de financiamento e compras públicas, bem como às políticas de Seguro Agrícola, para incrementar a produção e a comercialização de alimentos e a renda agrícola das famílias beneficiárias da reforma agrária.

Ação 0A81 - Financiamento para Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)

Finalidade: Prestar apoio financeiro às atividades agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família, no âmbito do PRONAF, por meio de concessão de empréstimos.

Descrição: Concessão de empréstimos destinando recursos do Tesouro Nacional aos beneficiários enquadrados no Grupo A do PRONAF, que não contam com garantias reais exigidas pelas instituições financeiras na concessão de crédito rural.

Unidades Monitoradas: Contrato, Recurso (R\$) e Documento.

- Metas INCRA 2012/2015: Apoiar o acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não houve pactuação de meta para a Unidade Jurisdicionada visto que esta ação depende de outros requisitos alheios à iniciativa da mesma, a exemplo da condição de aptidão das famílias (destaque-se a adimplência perante os organismos financeiros).

e) Objetivo Estratégico 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Iniciativa 01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional

Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)

Finalidade: Capacitar, alfabetizar e escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não logrou concluir-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a alternância regular de períodos de estudos (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e de coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articulação de apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Produto: Trabalhador rural escolarizado.

Unidades Monitoradas: Trabalhador.

- Metas INCRA 2012/2015: Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não houve metas físicas pactuadas para esta ação na Unidade Jurisdicionada.

Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade. Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Concessão de bolsa para estágio de vivência e de especialização lato sensu em regime de alternância, com atuação em assentamentos da Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa para atuarem junto às equipes de ATES e ATER nas escolas e em outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Produto: Profissional capacitado.

Unidades Monitoradas: Profissional.

- Metas INCRA 2012/2015: Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não houve metas físicas pactuadas para esta ação na Unidade Jurisdicionada.

Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Produto: Profissional formado.

Unidades Monitoradas: Profissional.

- Metas INCRA 2012/2015: Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Atender 75 jovens ou adultos no exercício.

Programa 2012 – Agricultura Familiar

a) Objetivo Estratégico 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa 01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais.

Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Finalidade: Viabilizar a Assistência Técnica e a Extensão Rural às famílias dos Projetos de Assentamento, visando promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agrícolas e não agrícolas, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais, contribuindo para a melhoria da renda, da segurança alimentar, da diversificação da produção e acesso as políticas públicas, visando alcançar a sustentabilidade econômica e socioambiental nos assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Viabilização da Assistência Técnica e da Extensão Rural às famílias assentadas de acordo com princípios e objetivos da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária), sendo necessário para isto a realização de ações: a) de elaboração, aperfeiçoamento e implementação do plano de desenvolvimento ou de recuperação do assentamento, bem como dos projetos produtivos, sociais, ambientais e estruturantes dele decorrentes; b) de capacitação das famílias assentadas e suas organizações visando à apropriação de conhecimentos para planejamento e gestão (social, econômica e ambiental), utilização e/ou adaptação de tecnologias apropriadas a produção sustentável; c) que contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; d) que orientem a organização social dos assentamentos no sentido de criar, fortalecer e qualificar as associações e outras formas organizativas das famílias beneficiárias; e) de apoio ao planejamento, supervisão e articulação das ações de ATER prestadas às famílias beneficiárias da Reforma Agrária; f) de acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação dos trabalhos de Assistência Técnica.

Produto: Família assistida.

Unidades Monitoradas: Família, PA, Técnico Contratado e Prestadoras Contratadas/Conveniadas.

- Metas INCRA 2012/2015: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária;

Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado.

- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não houve meta física pactuada para o exercício de 2012 para esta unidade jurisdicionada.

Ação 4448 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

Finalidade: Formar e capacitar agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER que já atuam ou que poderão vir a atuar junto à Agricultura Familiar ou à Reforma Agrária, visando a construção e a disponibilização de conhecimentos técnico-científicos, metodológicos e de gestão que contribuam para a qualificação dos serviços prestados aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Descrição: Coordenação, em parceria com as organizações de ensino formal e não formal e instituições de pesquisa, da elaboração e publicação de materiais informativos e da realização de atividades de formação inicial e avançada, de forma continuada para os agentes de ATER

Produto: Agente formado.

Unidades Monitoradas: Unidade.

- Metas INCRA 2012/2015: Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres.
- Metas -SR(10)/SC 2012: Não houve meta física pactuada para a referida ação.

Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

a) Objetivo Estratégico 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Iniciativa 047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.

Ação 0859 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

Finalidade: Obter terras e indenizar benfeitorias dos territórios reconhecidos e demarcados para titulação em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Indenização aos ocupantes das terras reconhecidas em processos de titulação aos remanescentes das comunidades de quilombos, visando a desintrusão dos ocupantes não quilombolas.

Produto: Área indenizada.

Unidades Monitoradas: Hectare e Imóvel.

- Metas INCRA 2012/2015: Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Indenizar 285 hectares de imóveis inseridos nos territórios quilombolas.

Ação 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; cadastramento das famílias quilombolas; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; publicação de portaria de reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; imissão na posse de imóveis desapropriados; despesas com processos administrativos e judiciais, levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis, levantamento dos não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; demarcação e titulação de território.

Produto: Área reconhecida.

Unidades Monitoradas: Relatório, família, hectare, portaria, unidade, imóvel, decreto, comunidade/território.

- Metas INCRA 2012/2015: Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos; Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas; Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas; Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias; Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Publicação de Portaria(s) reconhecendo 244 hectares.

OBS: Além das ações vinculadas aos objetivos, iniciativas e metas previstas no PPA 2012/2015, vale destacar também as seguintes ações:

Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Assentadas

Finalidade: prestar assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e buscando um processo de inclusão social e produtiva destas famílias.

Descrição: promoção e articulação, junto às diferentes esferas governamentais e não governamentais, de atendimento social, técnico e jurídico às famílias acampadas no estado.

- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar de não haver meta pactuada para esta ação, a Unidade Jurisdicionada procedeu à entrega de 1991 cestas básicas às famílias acampadas ao longo do exercício de 2012, em parceria com a CONAB.

Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ação 2000 - Administração da Unidade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Produto: sem produto.

Unidades Monitoradas: Unidade.

- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Meta Orçamentária: R\$ 2.139.286,00; Provisão: R\$ 2.320.863,82.

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para

capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Produto: Servidor capacitado.

Unidades Monitoradas: Servidor Capacitado e Hora-aula.

- Metas INCRA 2012/2015: Não houve meta estabelecida no PPA/2012-2015.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Capacitar 14 servidores da Unidade Jurisdicionada.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

PROGRAMA 2066 – REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Objetivo Estratégico 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder à certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Visando manter o bom desempenho obtido nos anos anteriores, durante o ano de 2012 a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária reviu continuamente suas alternativas de direção e atuação, mantendo os projetos de treinamento e capacitação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento, alcançando claramente seus objetivos, pois se percebe uma melhora significativa na qualidade dos dados inseridos no SNCR, bem como a superação das metas pactuadas.

Objetivo Estratégico 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

No tocante as ações de regularização fundiária, esclarecemos da impossibilidade de realização da ação no estado, tendo em vista a natureza de obtenção destas áreas no passado, que foram desapropriadas pelo INCRA no sentido de encerrar os conflitos agrários existentes à época e não arrecadadas ou descriminadas, como preveem os normativos vigentes, além da indisponibilidade de servidores para o atendimento das demandas existentes.

Neste sentido, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária de Santa Catarina encaminhou em 2011, o MEMO/INCRA/SR(10)F/Nº 722/11 à Diretoria de Ordenamento da

Estrutura Fundiária, esclarecendo a situação em que a Regularização Fundiária se encontra no Estado, bem como da cobrança relativa a elaboração de uma proposta de Instrução Normativa encaminhada deste o ano de 2009.

Assim, tendo em vista a indisponibilidade de servidores para o atendimento da demanda de regularização fundiária em áreas desapropriadas/arrecadadas e diante dos problemas expostos em relação à impossibilidade de enquadramento normativo para a regularização das áreas outrora desapropriadas no estado, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária em Santa Catarina não realizou qualquer ação relativa à Regularização Fundiária no Estado.

Por fim, em relação às atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, os resultados obtidos se restringem, em parte, ao andamento dos trabalhos na alçada da Superintendência.

Objetivo Estratégico 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder à supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Esta Superintendência Regional, adotou no exercício de 2012 como estratégia de planejamento a eleição de áreas prioritárias de atuação fundamentadas no diagnóstico regional, mapeando as áreas contínuas de terra dentro da Unidade da Federação para o implemento de ações fundiárias visando a obtenção de terras para o assentamento de trabalhadores rurais ou regularização fundiária.

No âmbito do referido macroprocesso a UJ procurou atingir todas as metas estipuladas, executando os trabalhos dentro de um planejamento estratégico que levou em conta a capacidade operacional, os recursos programados e disponibilizados, os recursos humanos, os imóveis decretados para reforma Agrária, os que estão na iminência de expedição de decreto e os passíveis de imissão na posse, e finalmente, a remoção do maior número de acampados para os assentamentos criados, considerando a capacidade técnica e viabilidade.

O objetivo principal das atividades foi a desapropriação para fins de Reforma Agrária, que demanda a meta de vistorias preliminares com o foco de identificar os imóveis que não estão cumprindo com a função social da terra, preconizado nos artigos 184 e 186 da Constituição Federal.

No ano de 2012, com projeção também para 2013, a gestão da Divisão de Obtenção do INCRA de Santa Catarina, atuou de forma própria com seus mecanismos de fiscalização sem a interlocução com os movimentos sociais que se apresentavam redundantes em apresentar sempre os mesmos imóveis para fiscalização. Dessa forma, através de análise feita no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e também através dos processos de imóveis rurais que foram apresentados ao setor de Cartografia, visando à certificação do georreferenciamento dos mesmos, foram selecionadas áreas com potencial para obtenção por parte desta UJ.

No que tange à sustentabilidade e desenvolvimento inerente ao referido objetivo estratégico, durante o ano de 2012 as municipalidades atuaram em parceria com esta Unidade Jurisdicionada através de convênios firmados para implantação de infraestrutura básicas nos projetos de assentamento (Ação 8396/ Iniciativa 01EP) – com destaque para as Prefeituras de Chapecó, Campo Erê, São Miguel do Oeste, Caçador, Ponte Alta, Abelardo Luz e Rio Negrinho, contabilizando 37,45 km de estradas implantadas e 22,90 km de estradas recuperadas, beneficiando um total de 230

famílias assentadas. No ano de 2012 foram disponibilizados também créditos do Programa Crédito Instalação para 482 famílias, representando um aumento de 210,48% da meta física prevista para o ano (229 famílias).

É importante ressaltar que após a greve a equipe de crédito da SR 10/SC foi reestruturada, passando a ser composta por 5 servidores de diferentes formações, mais a asseguradora do crédito. Esta equipe iniciou um processo de organização dos processos e priorização dos trabalhos de aplicação dos recursos, que terá inicio efetivo no inicio do exercício de 2013. Neste processo de reestruturação dos trabalhos foram levantados 163 processos a serem conduzidos, nas diferentes modalidades do crédito. Devido aos problemas levantados anteriormente não houve a finalização – prestação de contas - de nenhum processo de crédito no exercício de 2012.

No que tange ao acompanhamento ao processo produtivo fomentado nesta UJ, intitulado de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, atualmente é realizado pelo Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). É importante registrar que durante o ano foi elaborada a Chamada Pública visando à contratação, em novo instrumento, de nova(s) prestadora de assistência técnica. No final do exercício, de 2012 realizou-se efetivamente a referida a contratação, de acordo com a Lei n.º 12.188/2010. Conforme determinações da Lei de ATER n.º 12.188/2010, este serviço esta pautado pelo desenvolvimento de sistemas produtivos mais eficientes considerando os fundamentos da Agroecologia como matriz tecnológica.

No que tange às ações referentes à sustentabilidade ambiental, salienta-se que 80 % do tempo despendido pelos técnicos do serviço de Meio Ambiente desta UJ (2 Eng. Florestais, 1 Técnica em Reforma e Desenvolvimento Agrário, com formação em Geografia e 1 Engenheira Agrônoma) é direcionado para a manutenção das licenças ambientais em vigor, não sendo possível realizar de forma adequada outros trabalhos técnicos, na nossa opinião, mais importantes, tais como: averbações de reservas legais, educação ambiental, monitoramento de crimes ambientais, recuperação ambiental, etc. Verificamos que apesar de conseguirmos manter com o êxito a validade das licenças ambientais, tal procedimento interfere e vem interferindo muito pouco na vida dos assentados.

Objetivo Estratégico 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Este objetivo foi implementado como continuidade da estratégia de fortalecimento das cadeias produtivas regionais que inserem os projetos de assentamento das regiões, principalmente através da Ação 4470. Neste caso, buscou-se a continuidade e o reforço da assistência técnica que era realizada no âmbito do Programa de ATES, através de realização de Chamada Pública, de acordo com a Lei n.º 12.188/2010, com contratação de 61 técnicos para atendimento universal às famílias regularmente assentadas em Santa Catarina. A contratação se deu por meio de dois Lote. O Lote I abrange a região Oeste e Extremo Oeste do estado – subdivididas em 3 núcleos operacionais – e o Lote II abrange as regiões Norte, Central e Litoral – subdivididas em 8 núcleos operacionais. O início efetivo do trabalho de prestação do serviço de ATER, que prevê o atingimento de 13 metas no Lote I e 15 metas no Lote II, além das atividades complementares – a exemplo da elaboração de projetos do PAA, PNAE, Terra Sol, PRONAF e Estruturação de Agroindústrias – está previsto para fevereiro/março de 2013 e o prazo de duração dos contratos é de 12 meses. Complementar ao trabalho de ATER, o processo de desenvolvimento e reforço da agroindustrialização foi realizada através de reestruturação e reforço de agroindústrias já existentes e construções de novas agroindústrias, dentro da lógica de reforço das cadeias produtivas regionais, sempre em articulação

com o Programa Terra Sol, mas, principalmente no exercício de 2012, aportes através do Programa Desenvolvimento Rural Sustentável do Banco do Brasil e do BNDES.

A comercialização de produtos da reforma agrária teve um grande avanço com as ações do Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB e do Programa Nacional de Alimentação Escolar, através dos quais grande parte da produção dos projetos de assentamento é escoada, além do mercado tradicional de cadeias de supermercados e venda direta.

A gestão ambiental foi realizada através da implementação das mitigações e controles resultantes das licenças ambientais de operação que foram conseguidas para a maioria dos projetos de assentamento de Santa Catarina a partir dos projetos ambientais básicos analisados pela FATMA;

Objetivo Estratégico 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

A capacitação profissional envolve fundamentalmente a assistência técnica, social e ambiental com expansão para a produção de alimentação básica e reforço dos processos de inserção produtiva e comercialização através da Ação 4470 (Convênio INCRA/COOPTRASC – vigência 2008/2012). As ações de educação formal foram oportunizadas através da continuidade das ações de escolarização do PRONERA, através dos Cursos Técnicos em Agropecuária Agroecológica (Convênio INCRA/FAPEU), com a formação de 23 educandos ao final do exercício de 2012 e com a continuidade da formação de 55 educandos no Curso de EJA – Ensino Médio (Termo de Cooperação INCRA/UFSC). A educação de nível superior foi oportunizada para a formação de 33 educandos no Curso de Especialização em Ensino de Ciências Sociais em Escolas do Campo, cujo cronograma encerrou-se em janeiro/2012 (Termo de Cooperação INCRA/UFSC).

As ações relacionadas ao acesso à cultura, saúde, esporte e lazer envolve parcerias com prefeituras municipais que implementam estas políticas públicas com assistência e colaboração desta UJ, através de articulação interinstitucional com outros órgãos governamentais e da disponibilização de documentos e outros instrumentos necessários para a consecução dos objetivos.

PROGRAMA 2012 – AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivo Estratégico 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Com a mudança do marco legal que orienta as ações de ATER nas áreas de agricultura familiar e reforma agrária, a partir da edição da Lei n.º 12.188/2010, bem como da Portaria n.º 581/2010 e Nota Técnica INCRA n.º 01/2010, a contratação dos serviços de assistência técnica e extensão rural nos projetos de assentamentos passa a trilhar uma nova sistemática operacional, através da previsão de contratação de metas e atividades específicas, objetivamente delineadas e identificadas, tanto em sua descrição, como em seus objetivos e público alvo.

Nesse sentido, o Edital de Chamada Pública de ATER n.º 01/2012 buscou contemplar as novas diretrizes legais em articulação com a estratégia já desenvolvida nesta UJ, de fortalecimento

das cadeias produtivas através da agregação de novas famílias ao Programas Governamentais de garantia de compra da produção, a exemplo do PAA e PNAE, uma vez que os dados disponíveis indicam que menos de 15% das famílias beneficiárias estão envolvidas nos processos de agroindustrialização cooperativada. Assim, as 15 metas obrigatórias previstas e as 6 atividades complementares - que eventualmente poderão ser executadas no âmbito do serviço de ATER, a depender da demanda – estão centradas no objetivo de fortalecimento do processo produtivo – para aquelas famílias já inseridas ou consolidadas – e no desafio de inclusão e universalização do serviço de ATES, de caráter mais individual e inicial, para aquelas famílias que encontram-se à margem dos processos de produção, inclusão social, geração de renda e acesso a direitos sociais básicos.

Dessa forma, foram previstas atividades de cunho coletivo (oficinas de planejamento, elaboração de PDA, oficinas de discussão dos PDAs/PRAs existentes, reuniões com temáticas nas áreas social e ambiental, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas, cursos), bem como atividades individuais (visitas técnicas e acompanhamento de Planos de Recuperação de áreas degradadas), de execução obrigatória e atividades complementares que consistem basicamente na destinação/reserva de recursos para eventual elaboração de projetos (PRONAF, TerraSol, Planos de Negócios, Recuperação de Agroindústrias, PAA e PNAE).

Ao final do contrato de 12 meses almeja-se traçar um panorama da contribuição do desenvolvimento das referidas atividades desenvolvidas pela prestadora contratada, através de relatório de avaliação onde devem constar os avanços, dificuldades e desafios do Programa de ATER no âmbito de jurisdição desta UJ, visando ao seu aprimoramento nos próximos exercícios, frente aos objetivos e estratégias então elencados.

PROGRAMA 2034 - ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Objetivo Estratégico 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas

As ações e resultados obtidos no âmbito do referido objetivo estratégico se restringem, em parte, ao andamento dos trabalhos na alçada da Superintendência.

Tendo sido publicada em 2010, pelo Presidente da República, o Decreto de Reconhecimento à Regularização de Território Quilombola da Comunidade Invernada dos Negros, quando então deu-se início às vistorias de avaliação dos imóveis inseridos total ou parcialmente dentro do território, alcançou-se resultados significativos com a imissão na posse do primeiro imóvel inserido no território, além da realização de vistorias de avaliação em cerca de 80% dos imóveis.

Os trabalhos referentes à Regularização de Território Quilombola da Comunidade São Roque, aguardam ainda a posição da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal quanto ao conflito entre INCRA e ICMBio, haja visto a sobreposição do território pleiteado com os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

Ainda, em 2011 foi encerrado o contrato com a empresa ECODimensão - Meio Ambiente e Responsabilidade Social LTDA, tendo sido elaborado os Laudos Antropológicos de 03 (três) Comunidades: Morro do Boi, localizada em Balneário Camboriú; Família Manoel Thomaz, localizada em Treze de Maio, e Campo dos Poli, localizada em Fraiburgo e Monte Carlo. Em relação à elaboração dos relatórios antropológicos das Comunidades Morro do Fortunato e Aldeia,

localizadas em Garopaba, e Santa Cruz, localizada em Paulo Lopes, a empresa não apresentou os produtos contratados, o que ocasionou o encaminhamento do processo de contratação à Divisão de Administração, para os devidos trâmites legais.

Por fim, além do encaminhamento de processos para ajuizamento de ações referentes a desintração dos imóveis inseridos no Território Invernada dos Negros, deu-se continuidade aos processos de reconhecimento dos território com Laudo Antropológico concluídos.

Além das estratégias e táticas mais gerais e vinculadas a cada um dos objetivos estratégicos previstos no PPA 2012-2015, cujas ações e iniciativas agregaram o desenvolvimento de atividades nesta UJ, visando ao atingimento das metas pactuadas para o exercício no Plano de Compromisso 2012, cabe destacar alguns fatos e /ou circunstâncias que ao longo de 2012, contribuíram para a descontinuidade das atividades rotineiras da UJ, algumas impactando inclusive negativamente o cumprimento ou a superação de algumas das metas.

- Mudança física da sede da UJ: durante os meses de junho e julho de 2012 esta UJ esteve envolvida com as atividades de preparação e efetivação da mudança física da sede antes situada à Rua Jerônimo Colho, n.º 185, no Centro de Florianópolis para a Avenida Acioni Souza Filho, s/n, Edifício Dom José Gomes, na Praia Comprida, Município de São José, integrante da Grande Florianópolis. Assim, cabe ressaltar que durante aproximadamente um mês as atividades rotineiras de trabalho estiveram prejudicadas pelas ações inerentes ao deslocamento de toda a estrutura de recursos materiais e humanos da UJ;

- Greve: durante mais de dois meses, cerca de 20% dos servidores desta UJ, pertencentes à Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário deliberaram coletivamente pela paralisação das atividades laborais, após insucesso das negociações salariais e da apresentação de uma pauta de fortalecimento da autarquia por parte do Governo Federal. Vale ressaltar que esta paralisação se inseriu no contexto de greve nacional dos servidores do INCRA e de outros órgãos vinculados aos Poderes Executivo e Judiciário Federais. Nesse sentido durante o período de 09 de julho a 17 de setembro algumas ações inerentes à Divisão de Desenvolvimento e Ordenamento sofreram descontinuidades, mesmo com a permanência de um contingente maior que o mínimo exigido legalmente de servidores em atividade. Cabe ressaltar que a Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, manteve praticamente 90% da sua força de trabalho em atividade, em virtude da não adesão à greve da maioria dos servidores lotados na referida Divisão, bem como. A Divisão de Administração e de Ordenamento da Estrutura Fundiária também mantiveram aproximadamente 70% da sua força de trabalho em atividade durante o movimento paredista;

- Transferência, aposentadoria e exoneração de servidores: no ano de 2012, nove servidores desta UJ aposentaram-se (4 lotados na Divisão de Desenvolvimento; 2 lotados na Divisão de Administração; 1 lotado na Sala da Cidadania/Gabinete; 2 lotados na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária; 1 servidor foi transferido para a SR-09/PR; no final do exercício de 2011 e início de 2012, 3 servidores pediram exoneração/vacância dos cargos em virtude de aprovação em outros concursos públicos (PETROBRAS, CAIXA e Forças Armadas), sendo 1 lotado no Serviço de Cartografia e 2 lotados no serviço de Infraestrutura. Em contrapartida, ao longo do exercício 6 servidores foram removidos e/ou nomeados para cargo em comissão (DAS), sendo 4 lotados na Divisão de Desenvolvimento, sendo um deles no Serviço de Infraestrutura; 1 lotado na Divisão de Obtenção e 1 lotada no Gabinete, na Assessoria de Comunicação. 3 servidores foram nomeados por aprovação em concurso, sendo 1 lotado na Divisão de Administração e 2 no Serviço de Cartografia. Nesse sentido, tendo em vista o déficit de servidores nas Divisões de Obtenção e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, foram necessários remanejamentos de servidores de uma Divisão para outra, afim de não prejudicar ainda mais a sobrecarga de trabalho e atribuições da UJ sem a devida compensação em força de trabalho.esta UJ - Mudança da gestão do INCRA Nacional (mudanças/descontinuidade da política de planejamento prevista pela gestão anterior, com impacto na sustação do processo de planejamento da UJ, o que está previsto para acontecer no período de

abril a julho 2013, tendo como produto a elaboração do Plano 2013-2014, em consonância com as metas/Plano de Compromisso e PPA 2012/2015;

- Readequação das atividades: outro fator que se mostrou urgente e necessário, principalmente em face da circunstância de diminuição, em números absolutos, da força de trabalho desta UJ, foi a readequação de algumas atividades e rotinas de trabalho de forma a atender as disposições do Regimento Interno da autarquia, a exemplo da vinculação administrativa e física da implantação de assentamentos e gerenciamento do SIPRA à SR(10)T, com a devida segregação de funções em relação à SR(10)D. O processo de vistoria ocupacional dos Projetos de Assentamento continua sendo desenvolvido por equipe de servidores lotada na SR(10)D, mas a homologação e efetivo assentamento formal de famílias é efetivado pela SR(10)T, havendo, assim, um servidor lotado nesta última, com atribuição exclusiva para a referida atividade. Cabe ressaltar que esta mudança constituía inclusive uma demanda dos servidores, notadamente aqueles vinculados à SR(10)D, em virtude da sobrecarga de trabalho que se intensificou com a saída/aposentadoria de servidores ao longo do exercício;

- Mudança na Gestão Nacional do INCRA: no final do mês de julho/2012, houve a mudança da Presidência Nacional do INCRA, no contexto de greve nacional dos servidores da autarquia. Essa circunstância, aliada ao fato do término da paralisação nacional só findar em 18 de setembro de 2012, causou a descontinuidade de algumas ações, principalmente em face do anúncio da possibilidade de mudança nas estratégias de condução de ações e programas, com rebatimento nas SRs. No caso específico desta UJ, a mudança da gestão nacional, com consequente mudança imediata na Diretoria de Gestão Estratégica no INCRA/Sede, aliada a outras questões e entraves, a exemplo da própria paralisação de servidores ao nível regional, ocasionou a sustação do projeto de se efetivar um processo de planejamento estratégico participativo, previsto para acontecer tão logo se efetivasse a implantação da mudança de sede física. A antiga gestão, em abril de 2012, promoveu um curso para todos os Asseguradores de Planejamento, sobre Planejamento Estratégico Participativo, com enfoque na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional. No entanto, a mudança de gestão e a consequente mudança na ocupação dos cargos, bem como a mudança aparente na visão estratégica e política acerca da missão do INCRA, paralisou politicamente um processo que estava previsto para acontecer no segundo semestre de 2012. Assim, a execução de oficinas de trabalho para a discussão de metodologia do Planejamento Estratégico nas SRs, conforme diretriz da atual gestão, está prevista para acontecer ao longo do mês de março, com execução dos Planejamento propriamente dito ao longo dos meses de maio a julho/2013, tendo em vista que o Plano de Compromisso 2013 (definição de metas físicas e orçamentárias do INCRA/Sede e Superintendências Regionais) deverá ser pactuado em abril/2012.

Para a execução das estratégias anteriormente pontuadas em relação a cada um dos objetivos estratégicos, esta UJ foi obrigada a readequar rotinas e estruturas de organização interna das atividades, de forma a minimizar as adversidades acima elencadas, com vistas ao cumprimento das metas pactuadas no Plano de Compromisso 2012, e que, em última instância, atingem diretamente a qualidade de vida e o acesso a políticas públicas e prestações do Estado pela clientela que constitui a razão e o objeto institucional da autarquia como um todo.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Conforme já descrito no item 2.1, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária traçou objetivos estratégicos e ações vinculadas aos Programas Temáticos 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária; 2012 – Agricultura Familiar; 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial e 2120 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No Plano Estratégico do INCRA, vinculado ao PPA 2012/2015, a esta UJ coube a execução das ações (ficando os objetivos e iniciativas mais centrados no âmbito da gestão nacional da autarquia). Nesse sentido, esta UJ desenvolveu as suas atividades, dentro dos macroprocessos finalísticos e de apoio, e de acordo com o Plano de Compromisso 2012, ajustado pelo Decreto n.º 7.680/2012, o qual dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012 e dentre outras providências, conforme descrito a seguir.

Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Unidades Monitoradas: Imóvel.

- Metas INCRA 2012/2015: Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR); Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR);
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Emitir 6.139 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: a Unidade Jurisdicionada atingiu 259,06% da meta estabelecida para o exercício de 2012, com 15.904 imóveis gerenciados e 142.161 CCIRs emitidos.

Ação 4426 - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

- Metas INCRA 2012/2015: Georreferenciamento de 4 milhões de hectares, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal; Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de hectares.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não prevista para esta ação.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar de não haver meta prevista para esta Unidade Jurisdicionada, a SR-10 certificou 85 imóveis rurais (13 deles referentes a processos iniciados em 2012 e 72 referentes a processos iniciados em exercícios anteriores), totalizando 37.598,99 hectares certificados.

Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

- Metas INCRA 2012/2015: Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Encaminhar 34 imóveis/posses para regularização fundiária.

•Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar da meta prevista para esta UJ, no tocante as ações de regularização fundiária, a impossibilidade de realização da ação no estado, decorre da natureza de obtenção destas áreas no passado, que foram desapropriadas pelo INCRA no sentido de encerrar os conflitos agrários existentes à época e não arrecadadas ou descriminadas, como prevêem os normativos vigentes, além da indisponibilidade de servidores para o atendimento das demandas existentes. Sendo assim, os recursos orçamentários destinados para a referida ação foram utilizados para as ações de monitoramento das áreas, supervisão de inquéritos instaurados pelo MPF, dentre outras atividades que englobam o monitoramento territorial de competência desta UJ.

Ação 8378 - Gestão de Terras Públicas

•Metas INCRA 2012/2015: Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de hectares de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal.

OBS: Nas ações 8378 (Gestão de Terras Públicas) não houve metas físicas designadas para a Unidade Jurisdicionada no exercício de 2012.

Ação 0000 - Criação de Projetos de Assentamento

•Metas INCRA 2012/2015: Criar 800 projetos de assentamento.

•Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar de não haver meta física prevista em 2012 para esta Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2012 foi criado o Projeto de Assentamento Neri Fabris (Município de Curitibanos), com 763 hectares e capacidade para 49 famílias.

Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

•Metas INCRA 2012/2015: Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

•Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Vistoria e Avaliação de 10.600 hectares para Obtenção de Imóveis Rurais.

•Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: a Unidade Jurisdicionada executou 61,47% da meta física (6.515,88 hectares vistoriados e avaliados). As áreas vistoriadas compreendidas na ação 8387 tiveram redução no alcance da meta física especialmente devido ao contingenciamento de recursos destinados a esta Superintendência. Além disso, a mudança física de sede e de município ocasionou o atraso no andamento dos trabalhos da divisão, uma vez que durante aproximadamente um mês não houve acesso aos sistemas essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos, tais como internet, incranet, rede interna, telefone. Outro fato que impactou o resultado de 2012 foi a aprovação em outubro de 2012 do novo código florestal de nº. 12.727/12. Esta legislação trouxe uma série de indefinições quanto a sua aplicação, as quais foram discutidas em Câmara Técnica pelos Engenheiros Agrônomos. A partir desta discussão elaborou-se um documento contendo os pontos do novo código florestal que influenciaram e impactaram diretamente nos trabalhos de fiscalização e avaliação realizadas por esta Divisão, já que alguns pontos do novo Código Florestal parecem ser conflitantes com a legislação agrária até então vigente, especialmente à Lei de nº 8.629/93. Este documento foi enviado para a DT/DTO, no INCRA/Sede, para que esta Diretoria tomasse conhecimento do que foi discutido nesta Superintendência e a partir disso pudesse orientar os processos em andamento e os futuros trabalhos. Atualmente a Diretoria de Obtenção está em fase de criação um grupo de trabalho para análise e definições quanto à condução das atividades da referida ação.

Ação 4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e Ação 20TG - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

- Metas INCRA 2012/2015: Obter 1 milhão de hectares.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Obter 366 hectares.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: a Unidade Jurisdicionada executou 0% da meta física. Os trabalhos contidos na ação 4460, através de áreas obtidas, tem relação direta com o resultado dos trabalhos conclusivos da ação 8387. Todos os fatores impactantes e descritos na ação 8387 tem influência direta na obtenção de áreas para implantação de projetos de assentamento. Além disso, os processos em análise pela DT/DTO de Brasília do corrente ano sem parecer conclusivo também impossibilitaram o prosseguimento processual visando à decretação dos imóveis. Esta circunstância, aliado ao já exposto em relação à ação 8387 impactou sobremaneira os processos de obtenção de áreas no exercício de 2012 não somente nesta UJ. Tanto que uma das diretrizes de planejamento para área da obtenção para 2013-2014 é a diminuição do passivo de processos em análise na DT/DTO para início de novos processos.

Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

- Metas INCRA 2012/2015: Assentar 200 mil famílias.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Assentar 190 famílias.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: a Unidade Jurisdicionada executou 41,58% da meta física, correspondente a 79 famílias. Além das dificuldades na aquisição de áreas que impactam consequentemente na diminuição da capacidade territorial para assentamento de novas famílias, o atingimento da meta física da ação 8384 foi impactado pela transição de legislação que disciplina os trabalhos de fiscalização dos lotes nos assentamentos. Até meados de 2012 vigeu a instrução normativa nº 47/2008, a qual era muito restritiva e prolixo. Atualmente a fiscalização dos lotes dos assentamentos visando à supervisão ocupacional é abrangida pela instrução normativa nº 71/2012, a qual é menos prolixo e prevê uma rotina de procedimentos mais simplificada.

Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

- Metas INCRA 2012/2015: Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Protocolar licença ambiental para 25 Projetos de Assentamento.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: a Unidade Jurisdicionada executou 220% da meta física, correspondente ao protocolo de licenças ambientais para 55 Projetos de Assentamento (sendo 1 Licença Prévia Nova, 4 Licenças de Instalação e Operação Novas e 50 Licenças de Instalação e Operação renovadas).

Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

- Metas INCRA 2012/2015: Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher; Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria; Construir e/ou reformar 120 mil casas;

•Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Conceder Crédito Instalação a 229 famílias dentro das distintas modalidades (Apoio Inicial, Fomento, Adicional Fomento, Aquisição de Material de Construção, Recuperação Material de Construção, Apoio Mulher, Semi Árido, Ambiental, Reabilitação Crédito Produção).

•Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Concessão de Crédito Instalação a 482 famílias, atingindo 210,48% da meta física. Ressalte-se que a Unidade Jurisdicionada, em face das suas especificidades regionais não desenvolveu atividades inerentes à concessão das modalidades Semi Árido, Ambiental e Reabilitação de Crédito Produção. Vale destacar também que além da concessão do crédito, no exercício de 2012, 71 casas foram construídas em 22 Projetos de Assentamento e 409 casas foram reformadas em 92 Projetos de Assentamento do estado de Santa Catarina, finalizando o processo de aplicação das modalidades Aquisição Material de Construção e Recuperação Material de Construção para 71 e 409 famílias, respectivamente.

Ação 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

•Metas INCRA 2012/2015: Não previstas no PPA 2012-2015.

•Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar de não haver previsão específica de metas desta ação do PPA para o INCRA ao nível nacional, a Unidade Jurisdicionada assumiu no Plano de Compromisso 2012 a meta física de supervisão e fiscalização da concessão do crédito instalação para 297 famílias.

•Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Supervisão e Fiscalização da concessão do crédito instalação para 645 famílias, atingindo, assim, 217,17% da meta física pactuada.

Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

•Metas INCRA 2012/2015: Não prevista.

•Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não prevista.

Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

•Metas INCRA 2012/2015: Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água; Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas.

•Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Beneficiar 381 famílias com a implantação e recuperação de infra-estrutura básica em Projetos de Assentamento do estado.

•Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Em relação a implantação de estradas, cujos processos iniciaram-se em exercício anteriores, no exercício de 2012 a Unidade Jurisdicionada concluiu a implantação de 37,45 km beneficiando 136 famílias assentadas. No que tange à recuperação de estradas, cujos processos iniciaram-se em exercício anteriores, no exercício de 2012 a Unidade Jurisdicionada concluiu a recuperação de 23 km beneficiando 94 famílias assentadas. Ainda assim, foram iniciados processos no referido exercício para recuperação de 34 km de estradas, os quais atingem 270 famílias, bem como a construção de ponte sobre o Rio Preto no P.A. Norilda da Cruz, Município de Rio Negrinho, atingindo diretamente 75 famílias assentadas.

Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

•Metas INCRA 2012/2015: Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso.

- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Concessão de 90 contratos de concessão de uso a famílias assentadas.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Concessão de 169 contratos de concessão de uso a famílias assentadas, atingindo 188% da meta física pactuada no Plano de Compromisso 2012.

Ação 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

- Metas INCRA 2012/2015: Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Promover ações de gestão ambiental em 01 Projeto de Assentamento.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar de não ter sido utilizada recursos da referida ação nas atividades inerentes à condução do processo de gestão ambiental nos projetos de assentamento, cabe destacar as seguintes atividades desenvolvidas no exercício de 2012, a exemplo da elaboração de inventário florestal e análise econômica em aproximadamente 49 ha de Pinus sp. no Projeto de Assentamento Olívio Albani (área de 443 ha e 36 famílias), município de Campo Erê – SC (Processo INCRA-SC 54210.000001/2012-50.), para atender demandas do Ministério Público Federal em relação a reflorestamento de Pinus na reserva legal e em outras áreas do assentamento.

Em razão do número reduzido de servidores no INCRA, em diversas situações os técnicos do Serviço de Meio Ambiente compõem Ordens de Serviço para executar atividades em outros setores, como exemplo:

- participação nas equipes de vistoria e avaliação de imóveis rurais quando se trata de avaliação de reflorestamentos, no caso, inventário florestal de Eucalyptus sp e Pinus sp., inseridos nos imóveis cujas áreas possuem aproximadamente 273 ha, de território quilombola, município de Abdon Batista - SC - Processo INCRA-SC 54210.000550/2012-24. 2012;
- instrução de processos de terras públicas de propriedade do INCRA que serão atingidas por Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs (O.S. 18/2012);
- fiscalização das atividades de Educação Ambiental executada pela empresa São Sebastião Empreendimentos, como uma das medidas compensatórias da implantação da PCH no imóvel de regularização fundiária Boa Esperança, município de Major Gercino, nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2012;
- resposta a demandas do Ministério Público Federal, no que tange à área de meio ambiente.

Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol

- Metas INCRA 2012/2015: Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Atender 403 famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização.

- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Atendimento de 1.264 famílias, através da realização de 3 eventos ao longo do exercício: Transporte de 200 famílias assentadas da reforma agrária no estado de Santa Catarina para participação na III Feira Sustentável 2012: agricultura familiar, economia solidária, pesca, reforma agrária e energias renováveis. Local: Joinville/SC. Valor do contrato: R\$ 72.888,50. Data: 29 de Junho a 01 de julho de 2012; Participação na 13ª Feira da Melancia. Data: 10 a 12 de fevereiro de 2012. Município de Ponte Alta/SC. Entidade Executora: Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina - CCA. Famílias Beneficiadas: 1004 famílias de diversos assentamentos do estado de Santa Catarina. Valor do Contrato: R\$ 45.488,50; Participação na VII Feira do Frango. Data: 16 a 18 de março de 2012. Município de Dionísio Cerqueira/SC. Famílias Beneficiadas: 60 famílias do PA Tracutinga. Entidade Executora: COOPERUNIÃO. Valor do Contrato: R\$ 20.000,00.

Nesta ação, no que tange às atividades que envolvem construção de agroindústrias ou outras obras, destaca-se que foi apresentado um projeto de agroindústrias de conserva do P.A. José Maria que posteriormente foi objeto da desistência da comunidade beneficiária. Além disso, em linhas gerais, na área de construção, ressalte-se a dificuldade das entidades parceiras, notadamente as cooperativas de produção, grupos de assentados e agroindústrias em encaminhar projetos aptos para aprovação.

Ação 0A81 - Financiamento para Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)

- Metas INCRA 2012/2015: Apoiar o acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não houve pactuação de meta para a Unidade Jurisdicionada visto que esta ação depende de outros requisitos alheios à iniciativa da mesma, a exemplo da condição de aptidão das famílias (destaque-se a adimplência perante os organismos financeiros).
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Foram contratados 331 financiamentos na modalidade PRONAF A - Investimento (até R\$ 20.000,00) restrita a assentados da reforma agrária no estado e 49 financiamentos na modalidade A/C - Custeio (até R\$ 5.000,00 por operações, podendo ser feita até 3 operações), destinada também ao público da agricultura familiar, perfazendo assim um total de atendimento/apoio a aproximadamente 7% das famílias assentadas no estado.

OBS: Vale ressaltar que o término do Convênio de ATES entre o INCRA e a Cooperativa dos Trabalhadores na Reforma Agrária de Santa Catarina (COOPTRASC) em abril de 2012 e a consequente contratação, através de Chamada Pública, da mesma entidade apenas em janeiro de 2013, para prestação de assistência técnica e extensão rural às famílias regularmente assentadas no estado, ocasionou dificuldades no apoio para elaboração de projetos às famílias assentadas. Muitas delas tiveram que recorrer a entidades de Assistência Técnica governamentais, a exemplo da EPAGRI.

Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)

- Metas INCRA 2012/2015: Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não houve metas físicas pactuadas para esta ação na Unidade Jurisdicionada.

Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

•Metas INCRA 2012/2015: Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social.

•Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não houve metas físicas pactuadas para esta ação na Unidade Jurisdicionada.

Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

•Metas INCRA 2012/2015: Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente.

•Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Atender 75 jovens ou adultos no exercício.

•Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Atendimento de 111 jovens ou adultos, com atingimento de 148% da meta pactuada, nos seguintes cursos do PRONERA, iniciados em dezembro de 2009: Curso Técnico em Agropecuária Agroecológica (Convênio INCRA/FAPEU) – 23 alunos – término em dezembro/2012; Curso de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio (Termo de Cooperação INCRA/UFSC) – 55 alunos – término previsto para julho/2013; Curso de Especialização em Ensino de Ciências Humanas em Escolas do Campo (Termo de Cooperação INCRA/UFSC) – 33 alunos – término em janeiro/2012.

Programa 2012 – Agricultura Familiar

Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

- Metas INCRA 2012/2015: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária; Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Não houve meta física pactuada para o exercício de 2012 para esta unidade jurisdicionada.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar de não haver meta física pactuada a Unidade Jurisdicionada deu continuidade e encerrou o serviço de prestação de assistência técnica, social e ambiental, em abril de 2012, a 5.169 famílias assentadas no estado, em 132 Projetos de Assentamento, através do Convênio firmado entre a Unidade Jurisdicionada e a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária em Santa Catarina. Em dezembro de 2012 foi realizada Chamada Pública, com consequente contratação de entidade prestadora de ATER por 12 meses execução do referido serviço. O novo contrato foi assinado em janeiro/2013.

Ação 4448 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

- Metas INCRA 2012/2015: Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres.
- Metas -SR(10)/SC 2012: Não houve meta física pactuada para a referida ação.

Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Ação 0859 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

- Metas INCRA 2012/2015: Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Indenizar 285 hectares de imóveis inseridos nos territórios quilombolas.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Indenização de 200 hectares de 1 imóvel inserido em território quilombola, com atingimento de 70,18% da meta física pactuada. Justificativa conforme o constante da análise crítica do Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A

Ação 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

- Metas INCRA 2012/2015: Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos; Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas; Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas; Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias; Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Publicação de Portaria(s) reconhecendo 244 hectares.

- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar de iniciadas vistorias e avaliação de 5 imóveis/4.640 hectares no exercício, não houve publicação de Portaria de reconhecimento, apenas publicação de 1 RTID no mês de dezembro de 2012, referente ao Território Família Thomaz, abrangendo 30 famílias no Município Treze de Maio, com 30,8 hectares (processo iniciado em exercício anterior).

OBS: Além das ações vinculadas aos objetivos, iniciativas e metas previstas no PPA 2012/2015, vale destacar também as seguintes ações:

Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Assentadas

Finalidade: prestar assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e buscando um processo de inclusão social e produtiva destas famílias.

Descrição: promoção e articulação, junto às diferentes esferas governamentais e não governamentais, de atendimento social, técnico e jurídico às famílias acampadas no estado.

- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Apesar de não haver meta pactuada para esta ação, a Unidade Jurisdicionada procedeu à entrega de 1991 cestas básicas às famílias acampadas ao longo do exercício de 2012, em parceria com a CONAB.

Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ação 2000 - Administração da Unidade

- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Meta Orçamentária: R\$ 2.139.286,00; Provisão: R\$ 2.320.863,82.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: R\$ 4.647.529,83

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

- Metas INCRA 2012/2015: Não houve meta estabelecida no PPA/2012-2015.
- Metas INCRA-SR(10)/SC 2012: Capacitar 14 servidores da Unidade Jurisdicionada.
- Resultados INCRA-SR(10)/SC 2012: Capacitação de 24 servidores da Unidade jurisdicionada, com atingimento de 171,43% da meta pactuada no Plano de Compromisso 2012.

2.4 Indicadores

A Superintendência Regional de Santa Catarina ao longo do exercício de 2012 adotou os referidos indicadores, respeitando os critérios de utilidade e de mensurabilidade dos mesmos, como instrumento auxiliar para avaliação dos resultados da gestão da UJ, complementando, assim, a avaliação e monitoramento já realizado de acordo com os critérios usados pelo Sistema de Informações Rurais (SIR) – Módulo de Monitoramento e Avaliação, que descreve a gestão basicamente pelos resultados alcançados em relação ao atingimento das metas físicas pactuadas no Plano de Compromisso 2012 e na Programação Orçamentária da Autarquia no referido exercício. Abaixo segue uma tabela com os principais indicadores usados por esta UJ para avaliação dos seus resultados:

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte/Variáveis	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Superfície, em hectares, ocupada por imóveis cadastrados (X) dividido pela superfície total, em hectares, da área abrangida pela Jurisdição do Incra (Y), no nível de agregação, multiplicado por 100.	SNCR e IBGE. X = 8.919.938,77 Y = 9.534.618,10	(X/Y) x 100 = 93%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício e os protocolados em exercícios anteriores, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (A), somados ao número de processos finalizados no exercício mas protocolados em exercícios anteriores (B) dividido pela soma do número de processos de certificação protocolados no exercício (C) com o número de processos em andamento na UJ no dia 01 de janeiro de 2012 (D), no nível de agregação, multiplicado por 100.	SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. A = 13 B = 72 C = 169 D = 174	(A+B/C+D) x 100 = 25%

Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (X) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício (Y), no nível de agregação multiplicado por 100.	SISPROT, SIR e SISTERLEG. X = 0 Y = 0	0%
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte/Variáveis	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Reais/ha	Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício (X), dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício (Y), no nível de agregação.	Programa PPA 2066/Ação 4460 – SIAFI, SIPRA e SIR. X = 32,27 Y = 0	-

Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (X), dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício (Y), no nível de agregação), multiplicado por 100. INCRA/SR-10, IBAMA e FATMA. X = 55 Y = 2	$(X/Y) \times 100 = 2250\%$
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambiental em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Número de assentamentos com Licença ambiental em vigor (X), dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação (Y), multiplicado por 100. INCRA/SR-10, IBAMA e FATMA. X = 43 Y = 138	$(X/Y) \times 100 = 31\%$

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte/Variáveis	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional	Resultado	Exercício	Porcentagem	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício (X), dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação (Y), multiplicada por 100.	SR-10, SIPRA e SIR. X = 0 Y = 79	0%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra (X) ¹ , dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (Y), multiplicado por 100.	SR-10 e SIR X = 90 Y = 138	(X/Y) x 100 = 65,21%
Índice de acesso a estradas ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas/vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas que apresentam a referida demanda, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Número de famílias providas com acesso a estradas no exercício (X), dividido pelo número total de famílias assentadas identificadas como demandatárias do serviço ² no exercício, no nível de agregação (Y), multiplicada por 100.	SR-10, SIPRA e SIR. X = 230 Y = 508	(X/Y) x 100 = 45%

Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício (X), dividido pela quantidade de famílias demandatárias, no nível de agregação, multiplicada por 100.	SIR e SR-10 X=71 Y=263	$(X/Y) \times 100 = 26\%$
Índice de Acesso ao PRONAF	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Número de contratos de PRONAF A firmados exclusivamente por famílias assentadas no exercício, no nível de agregação (X), dividido pelo número global de famílias regularmente assentadas no nível de agregação (Y), multiplicado por 100	SIR e MDA X=331 Y=4.955	$(X/Y) \times 100 = 6,68\%$
Índice de Provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade de famílias atendidas pela Assistência Técnica	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica (X) ³ no exercício, dividida pelo número de famílias regularmente assentadas no nível de agregação (Y) ⁴ , multiplicado por 100.	SIR e SR-10 X= 4.955 Y=4.955	$\{[(X . 4)/12] / Y\} \times 100 = 33\%$

Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Quantidade de parcelas supervisionadas no exercício nos termos da IN 47/2008 (X), dividido pela quantidade total de parcelas ⁵ (Y) por nível de agregação, multiplicado por 100.	SIR e SIPRA X=170 Y=5288	$(X/Y) \times 100 = 3,21\%$
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários no exercício (X), dividido pela quantidade total de servidores por nível de agregação (Y)	SIR e SR-10 X=218 Y=83	$(X/Y) = 2,62\text{h/servidor}$
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela UJ, conforme legislação vigente.	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício (X), dividido pelo número de convênio com status “comprovado” no exercício, multiplicado por 100.	SR-10, SIAFI e SICONV. X=3 Y=5	$(X/Y) \times 100 = 60\%$
Índice de Fomento a Agroindustrialização	Expressa a proporção de famílias envolvidas em processos de agroindustrialização	Superintendência Regional	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Quantidade de famílias abrangidas por ações de fomento à agroindustrialização através do Programa TerraSol no exercício (X), dividido pelo número total de famílias regularmente assentadas (Y), multiplicado por 100.	SR-10 e SIR X=1.264 Y=4.955	$(X/Y) \times 100 = 25\%$

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança

A estrutura orgânica de controle do INCRA é composta, conforme dispõe o Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 8 de abril de 2009, em seus arts 56 e 112, II, pela Auditoria Interna (AUD) no âmbito do INCRA-Sede e aos setores de Planejamento e Controle, vinculados a cada uma das Superintendências Regionais, a exemplo desta UJ. À Auditoria Interna (AUD) compete assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente: a) assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão; b) prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições; c) planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA; d) subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional; e) examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais; f) elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas e analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

Já a função de Planejamento e Controle nesta UJ, possui a atribuição de: a) coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; b) coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; c) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; d) disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; e) coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; f) coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; g) coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; h) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; i) realizar gestão da infra-estrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; j) propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infra-estrutura de rede no âmbito da Regional; k) gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infra-estrutura de rede no âmbito da Regional; l) promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; m) prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; n) manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; o) realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; p) dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA e q) outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Como se pode depreender da análise das atribuições regimentais, as atividades de controle interno no sentido mais estrito estão centralizadas no INCRA-Sede, através da Auditoria Interna. O setor de Planejamento e Controle nesta UJ, como nas demais Superintendências Regionais, possui atribuição mais ligada ao planejamento, monitoramento e avaliação das atividades da gestão.

Vale destacar também que o funcionamento dos setores de Planejamento e Controle, possui, dentre suas atribuições regimentais, a responsabilidade pela gestão da infra-estrutura da tecnologia de

informação, que, salvo melhor juízo, deveria constituir um setor/função autônomo e desvinculado da função a qual está atualmente vinculado pela própria natureza das atividades que desenvolve, mais diretamente afetas as atribuições logísticas e administrativas de gestão da área tecnológica.

Além disso, cabe destacar as atividades de Controle Interno do Poder Executivo desempenhadas institucionalmente pela Controladoria Geral da União e as atividades de Controle Externo, desempenhadas pelo Tribunal de Contas da União, junto a esta Unidade Jurisdicionada. Durante o exercício de 2012 a Controladoria Geral da União desenvolveu a sua rotina ordinária de auditoria nesta UJ, conforme detalhado em item específico deste Relatório de Gestão.

Além das atividades e instâncias direta ou indiretamente ligadas, em âmbito regimental, às atribuições de controle cabe destacar a atuação do Comitê de Decisão Regional (CDR), da Câmara Técnica (CT) e do Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação (GTVA). O primeiro possui as seguintes atribuições: aprovar procedimentos, atos normativos e operacionais; após exame e deliberação preliminar, encaminhar ao Conselho Diretor, para deliberação definitiva, procedimentos, atos administrativos e operacionais que ultrapassem suas alçadas de decisão; autorizar o Superintendente Regional a adquirir, por compra e venda, imóveis rurais, nos limites de sua alcada; autorizar o Superintendente Regional a encaminhar à Administração Central as propostas de decretação de interesse social para fins de reforma agrária; propor e fundamentar para apreciação do Conselho Diretor normas gerais que tratem de alteração e simplificação de procedimentos operacionais, normas e regulamentos, com vistas ao aprimoramento e agilização do processo de tomada de decisão; e apreciar outros assuntos para os quais seja incumbido pelo Conselho Diretor.

Nesse sentido, cabe destacar que o CDR enquanto órgão colegiado exerce um controle preventivo, na medida em que compartilha a responsabilidade ao mesmo tempo em que controla as decisões fundamentais, inclusive do ponto de vista orçamentário/financeiro, a serem tomadas pela Superintendência Regional, notadamente no âmbito do processo de obtenção de áreas rurais para a reforma agrária. Em verdade, trata-se de órgão colegiado que objetiva a descentralização e o controle do poder decisório em âmbito regional.

Já a Câmara Técnica constitui-se em ambiente formal de reuniões técnicas com o objetivo de aprimoramento dos processos e métodos empregados na obtenção de terras e assentamento de trabalhadores, coordenada por um Engenheiro Agrônomo designado pelo Superintendente Regional, cujas atribuições são fixadas pela Instrução Normativa/INCRA/n.º 62 de 21 de junho de 2010, a seguir descritas: discussão técnica das vistorias e avaliações de imóveis rurais de interesse do INCRA; difusão permanente de experiências técnicas entre os engenheiros agrônomos e demais profissionais da área técnica, relativas às inovações pertinentes à implantação de projetos de assentamentos; elaboração e atualização da Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais – PPR, por microrregião, a ser submetida à aprovação do CDR; promoção de discussões visando ao intercâmbio interinstitucional; manutenção de banco de dados de preços de terras, constando os valores obtidos nas pesquisas, nas avaliações administrativas do INCRA e suas respectivas alterações na esfera judicial, provenientes de perícias ou acordos judiciais.

O Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação é integrado por Engenheiro Agrônomo que atuou na coordenação da equipe de vistoria e avaliação de imóvel rural, na condição de relator, e por outros profissionais da mesma categoria, com direito a voto. Ao GTVA compete: examinar e relatar os laudos de vistoria e avaliação, justificando os critérios técnicos adotados, bem como os valores obtidos; verificar se os critérios técnicos adotados estão de acordo com as normas internas da Autarquia e, subsidiariamente, com a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, específica para avaliação de imóveis rurais; avaliar o custo, por família, do projeto de assentamento, observados os componentes do valor da terra nua, benfeitorias, créditos disponíveis e capacidade potencial de assentamento de imóveis rurais; subsidiar a Câmara Técnica com os preços de terra provenientes das pesquisas e das avaliações administrativas; inserir o imóvel rural nas tipologias de sistemas produtivos predominantes na região, associando-o com os recursos naturais e estabelecer a coerência de preços com a Planilha de Preços Referenciais.

Em resumo, pode-se afirmar que o Regimento Interno de 2009 e IN/INCRA/ n.º 62/2010 são os instrumentos internos que estabelecem as diretrizes e os procedimentos decisórios a serem adotados

pelas principais instâncias da estrutura de governança, no sentido do controle decisório, notadamente dos procedimentos e decisões atinentes ao processo de obtenção de áreas rurais, que envolvem não somente decisão política como aporte financeiro de recursos públicos que necessitam de fiscalização e controle em âmbito interno e externo à Autarquia.

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

A seguir apresenta-se o quadro de avaliação do sistema de controle interno da UJ, não obstante a circunstância ressaltada no item anterior – controle interno e auditoria centrados no INCRA Sede – foi distribuído um questionário contendo réplica do referido quadro para serem respondidos por servidores da UJ e pela equipe de chefia. Os resultados serão agrupados em dois quadros, o primeiro contendo média de avaliação de 36 servidores que não ocupam cargos de direção e assessoramento mas que estão diretamente envolvidos com a execução dos macroprocessos finalísticos e de apoio no âmbito da UJ e o segundo contendo a avaliação por parte de 6 servidores que ocupam cargos de direção e/ou assessoramento na UJ (Chefs de Divisão, Assistentes Técnicos e Superintendente Regional).

- Avaliação Média dos 36 Servidores não ocupantes de cargos de direção e assessoramento**

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	x				
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	x				
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	x				
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		x			
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.	x				
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	x				
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	x				
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	x				
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				

16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x			
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.	x			
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	x			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	x			
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	x			
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	x			
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	X			
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	X			
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	X			
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X			
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X			
Monitoramento	1	2	3	4
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X			
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X			
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	x			
Escala de valores da Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .				
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .				
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.				

Análise Crítica:

A circunstância descrita no item 3.1, notadamente o fato das atividades de auditoria e controle estarem mais centradas no INCRA-Sede podem ter contribuído para o resultado da avaliação. Além disso, o distanciamento e a precariedade da divulgação interna das informações relativas aos resultados de auditorias internas e externas, comissões de sindicância, processos administrativos disciplinares, bem como a dispersão e não consolidação em veículo de informação digital ou impresso das alterações normativas provenientes do INCRA/Sede, bem como das informações da gestão – resultados em relação ao alcance das metas – prejudica a percepção sobre a estrutura geral de controle e o seu impacto no alcance dos resultados da gestão, redundando, assim, numa percepção geral negativa em relação a vários itens constantes do questionário. Ressalte-se ainda a necessidade de melhoria da sistematização e popularização, em veículo digital de fácil acesso, das informações e estatísticas referentes às políticas e ações executadas pela autarquia e pela UJ.

- Avaliação de Média de 6 servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento**

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	x				
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	x				
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	x				
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	x				
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.	x				
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	x				
Avaliação de Risco		1	2	3	4
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	x				
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				

13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x			
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x			
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x			
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x			
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.			x	
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x	
Procedimentos de Controle		1	2	3
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	x			
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	x			
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x		
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x		
Informação e Comunicação		1	2	3
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x	
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x		
Monitoramento		1	2	3
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x		
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x		
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x	

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Análise Crítica:

Os quesitos 3, 4, 10 e 23 a 26 foram melhor avaliados pelos servidores integrantes da equipe de gestão do que pelo conjunto dos servidores da UJ. Esta circunstância pode indicar um melhor acesso às informações consolidadas da gestão, das metas e dos resultados, justamente pelo fato dos ocupantes de cargo de assessoramento e direção estarem mais diretamente em contato com os referidos dados, seja no âmbito da sua rotina de trabalho, seja no contexto da participação em eventos de planejamento, reuniões de superintendentes ou das diretorias setoriais, etc. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de fomento a uma rotina de socialização destas informações acessadas pela equipe de gestão, sem prejuízo das demais medidas relatadas na análise crítica da avaliação do conjunto de servidores. A circunstância descrita no item 3.1, notadamente o fato das atividades de auditoria e controle estarem mais centradas no INCRA-Sede também podem ter contribuído para o resultado da avaliação da equipe de direção e assessoramento. Ressalte-se ainda a necessidade de adoção de uma rotina de avaliação interna a fim de que a equipe de gestão possa monitorar permanentemente a percepção dos servidores em relação aos quesitos 27, 28 e 29.

3.3 Sistema de Correição

O INCRA ainda não possui em sua estrutura regimental uma unidade ou órgão seccional correicional. Atualmente, as atividades de correição decorrentes da instauração de processos administrativos disciplinares e sindicâncias administrativas – conforme diretrizes normativas estabelecidas pela Lei n.º 8.112/90 – são exercidas de forma descentralizada tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, dentre as quais esta UJ. A competência para instauração dos referidos procedimentos é do Presidente da autarquia, Diretores e Superintendentes Regionais, conforme área de atuação e incidência dos atos/fatos a serem apurados. A estrutura organizativa contempla na Sede uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares – GABT1 (vinculada ao Gabinete da residência da Autarquia – órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que exerce suas atribuições de acordo com o art. 16 do Regimento Interno da Autarquia.⁶

No âmbito das Superintendências Regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo, o art. 132 do Regimento Interno da Autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.⁷

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão de apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe unidade seccional, conforme preconiza o Decreto n.º 5480/2005.

Não obstante, a Autarquia tem se esforçado para registrar ns sistemas informatizados disponíveis – CGU-PAD e SISPAD – as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as apurações e resultados.

Ademais a Autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na Autarquia 338 servidores capacitados. Destaca-se a capacitação, em dezembro de 2012, destinada ao aperfeiçoamento de Presidentes e

Membros de Comissões Disciplinares do INCRA, do MDA, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos específicos do INCRA em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, tema no qual há grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado, desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009 , foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abrange a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

Cabe destacar, no entanto, que desde o ano de 2007 está em vigor o Decreto n.º 6.029/07, que institui o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e, nesse sentido, no âmbito desta UJ, foi instaurada uma Comissão de Ética, através da Portaria/INCRA/P/ n.º 31/2009, composta por 3 titulares e 3 suplentes, todos servidores do quadro efetivo desta UJ, com mandato de três anos, o qual expirou em 01 de fevereiro de 2013. Vale salientar que um dos servidores suplentes foi removido para a Superintendência Regional do INCRA no Paraná. No entanto, no exercício de 2012 não foram instaurados processos administrativos disciplinares e/ou sindicâncias para apuração de quaisquer irregularidades cometidas por servidores desta UJ.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Incra conta com 2 servidores por Superintendência Regional - ou seja 60 servidores - treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do Incra.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

4.Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa	01DV					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
110.500,00	107.024,69	107.024,69	-0-	-0-	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	6139	15.904	110.500,00	107.024,69

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado		12.445,39	3927,78	8517,61	12.445,39

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural engloba as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a fidedignidade e consistência das atualizações cadastrais, bem como permite o acompanhamento, análise e a aplicação da legislação cadastral vigente permitindo a execução de atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras, além das atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país.

A Ação também viabiliza o controle e a celebração de termos de cooperação técnica entre o INCRA e as Prefeituras Municipais, possibilitando a implantação das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC e sua integração ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Por fim, permite a execução das atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo.

No âmbito desta superintendência, compreendendo a área territorial do Estado de Santa Catarina, com 9.534.618,1 hectares distribuídos em 293 municípios, e englobando aproximadamente 330.000 mil imóveis rurais através das ações do SNCR, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária efetua seu atendimento à população analisando processos de desmembramento, parcelamento, inclusão e cancelamento de imóveis rurais de acordo com a legislação vigente.

Como principal resultado destacamos que Santa Catarina possui atualmente 287 (duzentos e oitenta e sete) Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs, que contam com o apoio de 2 (dois) servidores lotados no Serviço de Cadastro Rural. Em 2012, foram realizados 06 treinamentos para

UMCs, envolvendo capacitação para iniciantes, reciclagens e Cursos sobre o Manual de Cadastro Rural, perfazendo um total de 103 participantes.

Nesta ação foram emitidas 87 (oitenta e sete) autorizações para o desmembramento de áreas abaixo da Fração Mínima de Parcelamento de acordo com o Decreto 62.504/68, trabalho este realizado por 5 (cinco) servidores da Divisão.

Em 2012, a Superintendência de Santa Catarina possuía na programação orçamentária uma meta física prevista de 6.139 imóveis a serem gerenciados, ou seja, imóveis provavelmente passíveis de alteração do tipo inclusão, alteração, cancelamento, etc. no SNCR. No entanto, no exercício foram gerenciados um total de 15.904 imóveis rurais, alcançando um percentual de 259% de meta realizada. Tal resultado se justifica tendo em vista a continuidade nos cursos de capacitação realizados no exercício, o que vem ampliando a qualidade do atendimento prestado pelos UMC aos proprietários de imóveis rurais, bem como a divulgação da importância de se manter as informações referentes a imóveis rurais atualizados no SNCR. No entanto, relativizando os resultados alcançados nos três últimos anos, vê-se uma considerável diminuição do quantitativo de imóveis gerenciados/ano, isto porque no fim de 2009 houve a emissão do Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR's referente ao exercício 2006/2007/2008 e 2009, o que causou uma grande demanda de atualizações cadastrais em 2010.

Em relação aos problemas encontrados na execução da Ação 2105, destacamos que eles estão relacionados à falta de recursos humanos, o que poderia ser sanado com a realização de concurso para a contratação de novos servidores.

Cabe ressaltar que a Superintendência Regional de Santa Catarina possui 287 (duzentos e oitenta e sete) Termos de Cooperação Técnica firmados entre INCRA e Prefeituras Municipais para implantação e funcionamento das Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs. Estes consistem na nomeação, pelo Prefeito, de um servidor municipal para receber treinamento e capacitação a serem ministrado pelo INCRA a fim de integrar a UMC ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e, assim, permitir ao proprietário de imóvel rural o fácil acesso aos serviços do INCRA.

Quadro A.4.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110

Identificação da Ação						
Código	2110					
Descrição	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
17.000,00	16.727,41	16.439,61	16.427,41	-0-	287,80	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado	Imóvel	34	-0-	17.000,00	16.439,61

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel	0	0	0	0	287,80

	Regularizado				
--	--------------	--	--	--	--

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Em relação à Regularização Fundiária, no tocante às áreas desapropriadas pelo INCRA e que aguardam a análise conclusiva de processos administrativos para a emissão dos títulos definitivos, a Superintendência de Santa Catarina nada realizou no exercício de 2012.

Há de se esclarecer que não existe a possibilidade de tratarmos da regularização fundiária no Estado, tendo em vista que as Instruções Normativas vigentes não se aplicam a áreas desapropriadas, e sim a áreas da União arrecadadas ou descriminadas. O que não é o caso de Santa Catarina, que possui diversas áreas que no passado sofreram desapropriação pelo INCRA, no sentido de encerrar os conflitos agrários existentes à época, e cujas posses ainda não foram regularizadas. O que se vê atualmente são posseiros sem qualquer apoio do Governo Federal e que lutam com suas próprias mãos para produzirem seu sustento e viverem dignamente.

No tocante à liquidação dos recursos, esclarecemos que os mesmos foram utilizados para acompanhar processos judiciais e outras demandas existentes no remanescente de imóveis objeto da regularização.

Apesar da meta prevista para esta UJ, no tocante as ações de regularização fundiária, a impossibilidade de realização da ação no estado, decorre da natureza de obtenção destas áreas no passado, que foram desapropriadas pelo INCRA no sentido de encerrar os conflitos agrários existentes à época e não arrecadadas ou descriminadas, como prevêem os normativos vigentes, além da indisponibilidade de servidores para o atendimento das demandas existentes. Sendo assim, os recursos orçamentários destinados para a referida ação foram utilizados para as ações de monitoramento das áreas, supervisão de inquéritos instaurados pelo MPF, dentre outras atividades que englobam o monitoramento territorial de competência desta UJ.

Quadro A.4.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114

Identificação da Ação						
Código	2114					
Descrição	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantido	Sistema	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Sistema Mantido	0	0	0	0	0

Apesar de estar descrita como Ação de responsabilidade da UJ, atualmente esta ação é executada pelo INCRA/Sede.

Quadro A.4.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Identificação da Ação						
Código	4426					
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O georreferenciamento de imóveis rurais auxilia na constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, o que resulta progressivamente num novo mapa fundiário do país e em uma referência para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural.

Os principais resultados obtidos na Ação em questão fazem referência à Certificação de Imóveis Rurais (análise de processos de georreferenciamento e emissão de Certificação realizada pelo Comitê Regional de Certificação, composto até então por 3 (três) servidores do Serviço de Cartografia e 5 (cinco) servidores do Serviço de Cadastro Rural).

No exercício de 2012 foram emitidas 49 (quarenta e nove) Certificações, destas 38 referentes a processos constituídos em exercícios anteriores e 11 do exercício de 2012.

Como a maioria dos problemas encontrados, e que interferem diretamente no desempenho da ação, está relacionado à falta de recursos humanos, aposentadoria de alguns servidores e saída de outros que realizaram concursos para outros órgãos, o que poderia ser sanado com a realização de concurso para a contratação de novos servidores.

Quadro A.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378

Identificação da Ação	
Código	8378
Descrição	Gestão de Terras Públicas
Iniciativa	01E7
Unidade Responsável	INCRA

Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Diagnosticada	Ha	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Diagnosticada	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não houve meta pactuada nem provisão recebida para a execução desta ação na UJ no exercício de 2012.

Quadro A.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação						
Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
122.601,78	122.500,21	122.364,49	122.500,21	0	135,72	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	10.600,00	6.515,88	106.300,00	122.500,21

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada	18.383,40	1.122,00	17.261,40	18.383,40	18.383,40

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Unidade Jurisdicionada executou 61,47% da meta física (6.515,88 hectares vistoriados e avaliados). As áreas vistoriadas compreendidas na ação 8387 tiveram redução no alcance da meta física especialmente devido ao contingenciamento de recursos destinados a esta Superintendência.

Além disso, a mudança física de sede e de município ocasionou o atraso no andamento dos trabalhos da divisão, uma vez que durante aproximadamente um mês não houve acesso aos sistemas essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos, tais como internet, incranet, rede interna, telefone. Outro fato que impactou o resultado de 2012 foi a aprovação em outubro de 2012 do novo código florestal de nº. 12.727/12.

Esta legislação trouxe uma série de indefinições quanto a sua aplicação, as quais foram discutidas em Câmara Técnica pelos Engenheiros Agrônomos. A partir desta discussão elaborou-se um documento contendo os pontos do novo código florestal que influenciaram e impactaram diretamente nos trabalhos de fiscalização e avaliação realizadas por esta Divisão, já que alguns pontos do novo Código Florestal parecem ser conflitantes com a legislação agrária até então vigente, especialmente à Lei de nº 8.629/93. Este documento foi enviado para a DT/DTO, no INCRA/Sede, para que esta Diretoria tomasse conhecimento do que foi discutido nesta Superintendência e a partir disso pudesse orientar os processos em andamento e os futuros trabalhos. Atualmente a Diretoria de Obtenção está em fase de criação um grupo de trabalho para análise e definições quanto à condução das atividades da referida ação.

Quadro A.4.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação					
Código	4460				
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária				
Iniciativa	01EK				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar	Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
189.563,35	189.563,35	32,27	189.563,35	0	189.531,08
Metas do Exercício Para a Ação					
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)
			Prevista	Realizada	Prevista
1	Área Obtida	Ha	366,00	0,00	1.494.420,28
					32,27

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Unidade Jurisdicionada executou 0% da meta física. Os trabalhos contidos na ação 4460, através de áreas obtidas, tem relação direta com o resultado dos trabalhos conclusivos da ação 8387. Todos os fatores impactantes e descritos na ação 8387 tem influência direta na obtenção de áreas para implantação de projetos de assentamento. Além disso, os processos em análise pela DT/DTO de Brasília do corrente ano sem parecer conclusivo também impossibilitaram o prosseguimento processual visando à decretação dos imóveis. Esta circunstância, aliado ao já exposto em relação à ação 8387 impactou sobremaneira os processos de obtenção de áreas no exercício de 2012 não

somente nesta UJ. Tanto que uma das diretrizes de planejamento para área da obtenção para 2013-2014 é a diminuição do passivo de processos em análise na DT/DTO para início de novos processos.

Quadro A.4.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG

Identificação da Ação						
Código	20TG					
Descrição	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Unidade Jurisdicionada executou 0% da meta física. Os trabalhos contidos na ação 4460, através de áreas obtidas, tem relação direta com o resultado dos trabalhos conclusivos da ação 8387. Todos os fatores impactantes e descritos na ação 8387 tem influência direta na obtenção de áreas para implantação de projetos de assentamento. Além disso, os processos em análise pela DT/DTO de Brasília do corrente ano sem parecer conclusivo também impossibilitaram o prosseguimento processual visando à decretação dos imóveis. Esta circunstância, aliado ao já exposto em relação à ação 8387 impactou sobremaneira os processos de obtenção de áreas no exercício de 2012 não somente nesta UJ. Tanto que uma das diretrizes de planejamento para área da obtenção para 2013-2014 é a diminuição do passivo de processos em análise na DT/DTO para início de novos processos.

Quadro A.4.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação			
Código	8384		
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária		
Iniciativa	01EL		
Unidade Responsável	INCRA		
Unidade Orçamentária	22201		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Provisão Recebida	Despesa		Valores Pagos
			Valores Pagos

	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
20.268,00	19.952,87	18.949,77	19.952,87	0	1.003,40	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	190	79	25.579,22	18.949,77

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada		15.890,60	3.327,41	12.563,19	15.890,60

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Unidade Jurisdicionada executou 41,58% da meta física, correspondente a 79 famílias. Além das dificuldades na aquisição de áreas que impactam consequentemente na diminuição da capacidade territorial para assentamento de novas famílias, o atingimento da meta física da ação 8384 foi impactado pela transição de legislação que disciplina os trabalhos de fiscalização dos lotes nos assentamentos. Até meados de 2012 vigeu a instrução normativa nº 47/2008, a qual era muito restritiva e prolixo. Atualmente a fiscalização dos lotes dos assentamentos visando à supervisão ocupacional é abrangida pela instrução normativa nº 71/2012, a qual é menos prolixo e prevê uma rotina de procedimentos mais simplificada.

Quadro A.4.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
5.148.608,00	2.013.800,00	1.652.400,00	2.013.800,00	0	361.400,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	229	482	5.148.608,00	1.652.400,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida		1.317.250,00	10.000,00	1.307.250,00	1.317.250,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A execução da ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas nesta UJ proporcionou avanços na qualidade de vida das famílias beneficiadas pela ação, ocasionado pelas melhorias nas habitações presentes ou no desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, gerando com isso melhoria na acomodação das famílias assentadas, criando postos de trabalhos, movimentação da economia local, trazendo a sociedade para dentro dos assentamentos e dessa forma gerando nova postura do beneficiado e aumento sua auto-estima.

No ano de 2012 foram disponibilizados créditos para 482 famílias, representando um aumento de 210,48% da meta física prevista para o ano (229 famílias). Deste total de famílias contempladas com crédito verificamos abaixo cada modalidade disponibilizada:

Modalidade	Nº de famílias	Nº de PAs
Crédito Apoio Inicial	02 famílias	
Crédito Apoio Mulher	31 famílias,09 PAs	
Crédito Aquisição de Materiais de Construção	128 famílias	33 PAs
Crédito Adicional de Fomento	30 famílias	03 PAs
Crédito Recuperação de Materiais de Construção	416 famílias	91 PAs

Apesar dos resultados da aplicação do crédito terem sido satisfatórios, acima da meta prevista, a aplicação dos créditos na SR 10/SC enfrentou alguns problemas ocorridos no decorrer do ano, entre eles a aposentadoria e remoção de servidores responsáveis pelo crédito, com descontinuidade dos trabalhos; a mudança da sede da Superintendência do INCRA, do centro de Florianópolis para o município de São José, na região metropolitana do estado, que ocasionou aproximadamente um mês de descontinuidade nas atividades de toda a UJ, dentre a pausa para saída do prédio antigo e efetiva implantação e regular funcionamento na nova sede (efetivação da ligação de energia elétrica, serviços de telefonia e internet, montagem de mobiliário, etc; e por fim, a greve dos servidores do INCRA, que teve inicio em junho e término em agosto, fazendo com que a aplicação dos créditos ficassem paradas por aproximadamente 3 meses.

É importante ressaltar que após a greve a equipe de credito da SR 10/SC foi reestruturada, passando a ser composta por 5 servidores de diferentes formações, mais a asseguradora do crédito. Esta equipe iniciou um processo de organização dos processos e priorização dos trabalhos de aplicação dos recursos, que terá inicio efetivo no inicio do exercício de 2013. Neste processo de reestruturação dos trabalhos foram levantados 163 processos a serem conduzidos, nas diferentes modalidades do crédito. Devido aos problemas levantados anteriormente não houve a finalização – prestação de contas - de nenhum processo de crédito no exercício de 2012.

A seguir pode-se verificar a modalidade do crédito, bem como o número de famílias e projetos de assentamentos atendidos:

CRÉDITO INSTALAÇÃO EM 2012 – Liberado

PA	MUNICÍPIO	FAM	MODALIDADE
SANTA RITA I	CATANDUVAS	1	AQUISIÇÃO
INDIANÓPOLIS	ABELARDO LUZ	10	RECUPERAÇÃO
SÃO JOÃO I	MATOS COSTA	23	RECUPERAÇÃO
SÃO JOÃO II	MATOS COSTA	14	RECUPERAÇÃO
SÃO JOÃO II	MATOS COSTA	1	AQUISIÇÃO
13 DE OUTUBRO	MATOS COSTA	2	AQUISIÇÃO
PÁTRIA LIVRE	CORREIA PINTO	2	APOIO
JANGADA	CALMON	18	AQUISIÇÃO COMP
JANGADA	CALMON	58	AQUISIÇÃO
PUTINGA	CALMON	11	AQUISIÇÃO
PUTINGA	CALMON	108	RECUPERAÇÃO COMP
JOÃO BATISTA	ABELARDO LUZ	1	RECUPERAÇÃO COMP
ZUMBI DOS PALMARES	PASSOS MAIA	8	RECUPERAÇÃO COMP
SANTA RITA III	MATOS COSTA	9	RECUPERAÇÃO COMP
29 DE JUNHO	PASSOS MAIA	2	RECUPERAÇÃO
BANDEIRANTES	BANDEIRANTE	1	AQUISIÇÃO
MARIA SILVESTON	ABELARDO LUZ	2	RECUPERAÇÃO COMP
20 DE NOVEMBRO	PASSOS MAIA	6	RECUPERAÇÃO COMP
20 DE NOVEMBRO	PASSOS MAIA	1	RECUPERAÇÃO COMP
PAPUAN II	ABELARDO LUZ	6	RECUPERAÇÃO
SÃO SEBASTIÃO	ABELARDO LUZ	3	RECUPERAÇÃO
SANDRA	ABELARDO LUZ	1	RECUPERAÇÃO
SANDRA	ABELARDO LUZ	5	AQUISIÇÃO
JOÃO BATISTA	ABELARDO LUZ	2	AQUISIÇÃO COMP
NOVO HORIZONTE	ABELARDO LUZ	1	RECUPERAÇÃO COMP
NOVO HORIZONTE	ABELARDO LUZ	4	AQUISIÇÃO COMP
NOVA AURORA	ABELARDO LUZ	1	RECUPERAÇÃO
NOVA AURORA	ABELARDO LUZ	5	AQUISIÇÃO COMP
PAPUAN I	ABELARDO LUZ	1	RECUPERAÇÃO
PAPUAN I	ABELARDO LUZ	9	AQUISIÇÃO COMP
31 PAS	Total	316	Total

Quadro A.4.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação					
Código	20S7				
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária				
Iniciativa	01EP				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
163.500,00	163.429,34	146.960,63	16.468,71	0	146.468,71
Metas do Exercício Para a Ação					
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de	Meta Física (PC 2012)	Meta Financeira (PC 2012)	

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	297	645	133.500,00	146.960,63

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Apesar de não haver previsão específica de metas desta ação do PPA para o INCRA ao nível nacional, a Unidade Jurisdicionada assumiu no Plano de Compromisso 2012 a meta física de supervisão e fiscalização da concessão do crédito instalação para 297 famílias. No exercício de 2012, a Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação foi efetuada para 645 famílias, notadamente o acompanhamento das modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação Materiais de Construção na região Oeste do estado, atingindo, assim, 217,17% da meta física pactuada.

Quadro A.4.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação						
Código	8396					
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.519.543,5	3.517.365,53	333.952,03	3.517.365,53	0	3.183.413,50	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	381	0	3.499.813,65	333.952,03

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida		3.679.271,12	2.797.268,45	882.002,67	3.679.271,12

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O INCRA-SC, através do setor de infraestrutura, se utiliza dos instrumentos de Convênios e Contratos para a recuperação e implantação da infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento social e econômico dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária localizados.

Busca-se firmar parcerias com as esferas locais para o desenvolvimento das atividades, visto que a capacidade operacional da autarquia é reduzida, em vista do tamanho da demanda potencial proveniente dos projetos de assentamento.

Os projetos de infraestrutura nesta UJ, constituem basicamente na abertura de novas estradas, na recuperação de estradas existentes, na construção de pontes e bueiros, centros comunitários e na construção de sistema de abastecimento de água.

Estas obras são de vital importância para o desenvolvimento socioeconômico dos projetos de assentamento, pois garantem o acesso dos assentados aos seus lotes, facilitam o escoamento da produção agrícola, diminui perdas na produção (principalmente de leite e hortaliças), diminui o custo da produção, aumenta a renda, facilitam o transporte escolar dos filhos dos assentados, garantem água em quantidade e qualidade.

Dessa forma, cria condições necessárias para que o beneficiário da reforma agrária tenha uma vida digna, com possibilidades de desenvolvimento econômico e social no campo, garantindo que as pessoas que ali trabalham sua terra possam permanecer em seus lotes. Em termos de dificuldades encontradas até o momento pelo serviço de infraestrutura destaca-se a o reduzido número de servidores e a ausência de profissional habilitado na área de Engenharia Civil – até novembro/2012 - para análise dos projetos básicos e para a fiscalização da execução dos convênios e contratos, atrasando o início da execução. Para minorar os efeitos negativos da ausência do referido profissional, o INCRA Sede/DF nos disponibilizou o Engenheiro Civil Evangelista Rodrigues Carneiro para elaboração de projetos básicos de engenharia e também para fiscalização das obras que estavam em andamento. Além disso, no final de 2012 passamos a contar no quadro de servidores com Engenheiro Civil Alexandre Augusto Marcolino, o que permitiu realizar análises de algumas propostas que estavam no SICONV, solicitando adequações que culminaram na assinatura de 1 (um) convênio com a Prefeitura de Rio Negrinho. Ressalta-se que com o projeto em andamento, não foi encontrada nenhuma dificuldade, sendo que todos os projetos que se encerraram no período de 2012 ou que ainda estão em vigência, atingiram ou estão atendendo até o momento o objeto proposto.

A seguir segue detalhamento dos convênios firmados na área de infraestrutura:

CONVÊNIOS INICIADOS EM 2011 E FINALIZADOS EM 2012

1)Nº Convênio SICONV: 755986/2011

Município: Campo Erê

PA: Olívio Albani

Nº Famílias Beneficiadas: 30

Vigência: Início: 21/09/2011; Término: 20/03/2012

Objeto: Recuperação de 12,55 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Olívio Albani, localizado no município de Campo Erê. Objeto ampliado para 15,050 Km.

Valor total do convênio: R\$ 285.792,39

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada.

Descrição: Esse convênio foi executado pela Prefeitura Municipal de Campo Erê e teve como objetivo recuperar 12,55 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Olívio Albani, sendo que o objeto foi ampliado para 15,050 Km, mantendo o valor pactuado. No total foram beneficiadas 30 famílias assentadas.

2)Nº Convênio SICONV: 756244/2011

Município: Chapecó

PA: Dom José Gomes

Nº Famílias Beneficiadas: 31

Vigência: Início: 03/11/2011; Término: 30/06/2012

Objeto: Recuperação de 10,30 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Dom José Gomes, localizado no município de Chapecó

Valor total do convênio: R\$ 111.990,00

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada

Descrição: Esse convênio foi executado pela prefeitura municipal de Chapecó e teve como objetivo recuperar 10,30 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Dom José Gomes, beneficiando 31 famílias assentadas.

3)Nº Convênio SICONV: 752073/2010

Município: São Miguel do Oeste

PA's: Antas e Jacutinga

Nº Famílias Beneficiadas: 63

Vigência: Início: 28/02/2012; Término: 06/04/2012

Objeto: Recuperação de 12,60 km de estradas vicinais, sendo 5,60 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Antas e 7,00 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Jacutinga, localizados no município São Miguel do Oeste.

Valor total do convênio: R\$ 201.377,00

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada

Descrição: esse convênio foi executado pela prefeitura municipal de São Miguel do Oeste e teve como objetivo recuperar 12,60 Km de estradas vicinais, sendo 5,60 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Antas e 7,00 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Jacutinga, beneficiando 63 famílias assentadas.

CONTRATOS INICIADOS EM 2011 E FINALIZADOS EM 2012:

1)Nº Contrato: CRT/SC/07000/2011

Empresa Executora: Gaia Rodovias Ltda

Município: Correia Pinto

PA: Pátria Livre

Nº Famílias Beneficiadas: 69

Vigência: Início: 22/11/2011; Término: 22/07/2012

Objeto: Implantação e recuperação de 17,40 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Pátria Livre, localizado no município de Correia Pinto

Valor total do contrato: R\$ 699.473,49

Situação: Finalizado

Descrição: Esse contrato foi executado pela empresa Gaia Rodovias Ltda e teve como objetivo implantar e recuperar 17,40 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Pátria Livre, localizado no município de Correia Pinto, beneficiando 69 famílias assentadas.

2)Nº Contrato: CRT/SC/08000/2011

Empresa Executora: Gaia Rodovias Ltda

Município: Taió

PA: Miguel Fortes da Silva

Nº Famílias Beneficiadas: 37

Vigência: Início: 14/12/2011; Término: 14/06/2012

Objeto: Implantação de 5,00 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió

Valor total do contrato: R\$ 219.590,26

Situação: Finalizado. Termo de recebimento definitivo.

Descrição: Esse contrato foi executado pela empresa Gaia Rodovias Ltda e teve como objetivo implantar 5,00 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió, beneficiando 37 famílias assentadas.

CONVÊNIOS INICIADOS EM 2012 E QUE SE ENCONTRAM EM EXECUÇÃO:

1) Nº Convênio SICONV: 778526/2012

Município: Rio Negrinho

PA: Norilda da Cruz

Nº Famílias Beneficiadas: 79

Vigência: Início: 13/12/2012; Término: 10/08/2014

Objeto: Construção de Ponte sobre o Rio Preto de concreto armado com extensão de 18 metros, largura total de 4,70 metros, sobre 2 pilares em concreto armado executados com tubulões a ar comprimido.

Valor total do convênio: R\$ 322.028,90

Situação: Em andamento

Descrição: Esse convênio está sendo executado pela Prefeitura Municipal de Rio Negrinho e tem como objetivo a Construção de Ponte sobre o Rio Preto de concreto armado com extensão de 18 metros, largura total de 4,70 metros, sobre 2 pilares em concreto armado executados com tubulões a ar comprimido, beneficiando 79 famílias assentadas.

CONTRATOS INICIADOS EM 2012 E QUE SE ENCONTRAM EM EXECUÇÃO:

1) Nº Contrato: CRT/SC/04000/2012

Empresa Executora: Gaia Rodovias Ltda

Município: Abelardo Luz

PA: José Maria

Nº Famílias Beneficiadas: 270

Vigência: Início: 18/10/2012; Término: 17/07/2013

Objeto: Recuperação/complementação de 33,82 Km de estradas vicinais, no Projeto de Assentamento José Maria, no município de Abelardo Luz/SC.

Valor total do contrato: R\$ 989.236,57

Situação: Em execução

Descrição: Esse contrato está sendo executado pela empresa Gaia Rodovias Ltda e tem como objetivo a recuperação/complementação de 33,82 Km de estradas vicinais, no Projeto de Assentamento José Maria, no município de Abelardo Luz/SC, beneficiando 270 famílias assentadas.

CONTRATOS ASSINADOS EM 2013, COM ORÇAMENTO DE 2012, E QUE SE ENCONTRAM EM EXECUÇÃO:

1) Nº Contrato: CRT/SC/02000/2013

Empresa Executora: Maqter Terraplanagem Ltda - EPP

Município: Correia Pinto

PA: 25 de Março

Nº Famílias Beneficiadas: 70

Vigência: Início: 11/01/2013; Término: 10/10/2013

Objeto: Recuperação/complementação de 23,60 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento 25 de Março, localizado no município de Correia Pinto/SC.

Valor total do contrato: R\$ 793.280,63

Situação: Em execução.

Descrição: Esse contrato está sendo executado pela empresa Maqter Terraplanagem Ltda - EPP e tem como objetivo a recuperação/complementação de 23,60 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento 25 de Março, localizado no município de Correia Pinto/SC, beneficiando 70 famílias assentadas.

2) Nº Contrato: CRT/SC/03000/2013

Empresa Executora: Maqter Terraplanagem Ltda - EPP

Município: Correia Pinto

PA: 25 de Março

Nº Famílias Beneficiadas: 48

Vigência: Início: 11/01/2013; Término: 10/10/2013

Objeto: Recuperação/complementação de 9,40 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió/SC.

Valor total do contrato: R\$ 335.794,67

Situação: Em execução.

Descrição: Esse contrato está sendo executado pela empresa Maqter Terraplanagem Ltda - EPP e tem como objetivo a Recuperação/complementação de 9,40 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió/SC, beneficiando 48 famílias assentadas.

3) Nº Contrato: CRT/SC/04000/2013

Empresa Executora: Siliprandi & Zancanaro Construtora Ltda

Município: Correia Pinto

PA: 17 de Abril

Nº Famílias Beneficiadas: 41

Vigência: Início: 11/01/2013; Término: 10/10/2013

Objeto: Recuperação/complementação de 15,15 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento 17 de Abril, localizado no município de Campo Belo do Sul/SC.

Valor total do contrato: R\$ 349.433,31

Situação: Em execução.

Descrição: Esse contrato está sendo executado pela empresa Siliprandi & Zancanaro Construtora Ltda e tem como objetivo a recuperação/complementação de 15,15 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento 17 de Abril, localizado no município de Campo Belo do Sul/SC, beneficiando 41 famílias assentadas.

Quadro A.4.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar	Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não houve meta física nem provisão destinada a UJ no âmbito desta ação no exercício de 2012.

Quadro A.4.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquida	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	1	0	10.000,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Apesar de não ter sido utilizada recursos da referida ação nas atividades inerentes à condução do processo de gestão ambiental nos projetos de assentamento, cabe destacar as seguintes atividades desenvolvidas no exercício de 2012, a exemplo da elaboração de inventário florestal e análise econômica em aproximadamente 49 ha de Pinus sp. no Projeto de Assentamento Olívio Albani (área de 443 ha e 36 famílias), município de Campo Erê – SC (Processo INCRA-SC 54210.000001/2012-50.), para atender demandas do Ministério Público Federal em relação a reflorestamento de Pinus na reserva legal e em outras áreas do assentamento.

Em razão do número reduzido de servidores no INCRA, em diversas situações os técnicos do Serviço de Meio Ambiente compõem Ordens de Serviço para executar atividades em outros setores, como exemplo:

- participação nas equipes de vistoria e avaliação de imóveis rurais quando se trata de avaliação de reflorestamentos, no caso, inventário florestal de Eucalyptus sp e Pinus sp., inseridos nos imóveis cujas áreas possuem aproximadamente 273 ha, de território quilombola, município de Abdon Batista - SC - Processo INCRA-SC 54210.000550/2012-24. 2012;
- instrução de processos de terras públicas de propriedade do INCRA que serão atingidas por Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs (O.S. 18/2012);
- fiscalização das atividades de Educação Ambiental executada pela empresa São Sebastião Empreendimentos, como uma das medidas compensatórias da implantação da PCH no imóvel de regularização fundiária Boa Esperança, município de Major Gercino, nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2012;
- resposta a demandas do Ministério Público Federal, no que tange à área de meio ambiente.

Quadro A.4.1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação						
Código	4320					
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.170.488,5	970.217,13	169.632,13	970.217,13	0	800.585,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	403	1264	170.489,00	169.632,13

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada	501.872,34	407.006,34	33.000,00	501.872,34	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Atendimento de 1.264 famílias, através da realização de 3 eventos ao longo do exercício: Transporte de 200 famílias assentadas da reforma agrária no estado de Santa Catarina para participação na III Feira Sustentável 2012: agricultura familiar, economia solidária, pesca, reforma agrária e energias renováveis. Local: Joinville/SC. Valor do contrato: R\$ 72.888,50. Data: 29 de Junho a 01 de julho de 2012; Participação na 13ª Feira da Melancia. Data: 10 a 12 de fevereiro de 2012. Município de Ponte Alta/SC. Entidade Executora: Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina - CCA. Famílias Beneficiadas: 1004 famílias de diversos assentamentos do estado de Santa Catarina. Valor do Contrato: R\$ 45.488,50; Participação na VII Feira do Frango. Data: 16 a 18 de março de 2012. Município de Dionísio Cerqueira/SC. Famílias Beneficiadas: 60 famílias do PA Tracutinga. Entidade Executora: COOPERUNIÃO. Valor do Contrato: R\$ 20.000,00.

Nesta ação, no que tange às atividades que envolvem construção de agroindústrias ou outras obras, destaca-se que foi apresentado um projeto de agroindústrias de conserva do P.A. José Maria que posteriormente foi objeto da desistência da comunidade beneficiária. Além disso, em linhas gerais, na área de construção, ressalte-se a dificuldade das entidades parceiras, notadamente as cooperativas de produção, grupos de assentados e agroindústrias em encaminhar projetos aptos para aprovação.

Quadro A.4.1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação					
Código	4358				
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento				
Iniciativa	01EU				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.600,00	15.600,00	15.000,00	600,00	0	600,00
Metas do Exercício Para a Ação					
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)
			Prevista	Realizada	Prevista
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	90	169	15.600,00
15.000,00					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido		8.494,00	4.247,00	4.247,00	8.494,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.1.17 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação	
Código	8374
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA

Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
25.000,00	24.771,22	19.352,55	24.771,22	0	5.418,67	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	25	55	42.000,00	19.352,55

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Unidade Jurisdicionada executou 220% da meta física, correspondente ao protocolo de licenças ambientais para 55 Projetos de Assentamento (sendo 1 Licença Prévia Nova, 4 Licenças de Instalação e Operação Novas e 50 Licenças de Instalação e Operação renovadas).

O INCRA no Estado de Santa Catarina possui atualmente, sob sua jurisdição, 138 projetos de assentamento, duas regularizações fundiárias e 10 imóveis em obtenção, sendo que todos possuem a devida licença ambiental expedida ou protocolada.

Somente no ano de 2012 foram elaborados pelos 4 técnicos do serviço de meio ambiente (optou-se por não conveniar ou contratar), 49 relatórios necessários para renovação das Licenças Ambientais de Operação. Para a elaboração dos referidos relatórios, foi necessária a visita de todos os 49 Projetos, sendo diagnosticado as melhorias ambientais, sociais e de infraestrutura ocorridas no período de 2008 a 2012, subsidiando a melhor avaliação pelo órgão ambiental no deferimento da renovação das LAOs. O trabalho abrangeu 30.769 ha e 1932 famílias.

Além desses, o relatório do P.A. Bela Vista, localizado no município de Abelardo Luz, área de 1295,04 ha e 84 famílias, que não foi protocolizado em 2011, (em virtude de ao solicitar o protocolo, a FATMA emitir um boleto para ser efetuado o pagamento no valor de R\$ 6.187,92), no ano de 2012 teve sua situação regularizada.

O protocolo dos 50 pedidos de renovação de LAOs em 2012 e a manutenção da validade dos protocolos realizados em 2011, somente foram possíveis em razão de decisão judicial liminar e posterior concessão de segurança definitiva para efeitos de protocolar o pedido de renovação das LAOS sem custos, trazendo uma economia para a União acima de R\$ 600.000,00.

Ainda em relação às Licenças Ambientais de Operação, foram protocolizados 3 novos pedidos, cujas Licenças Ambientais de Instalação venceram. São eles:

- P.A. Pátria Livre (município de Correia Pinto, área de 1169,02 ha – 80 famílias);
- P.A. Norilda da Cruz (município de Rio Negrinho, área de 1397,61 ha – 80 famílias);
- P.A. Vale da Conquista (município de Irineópolis, área de 136,88 ha – 10 famílias);

Em relação às Licenças Ambientais Prévias, foram protocolizados 2 pedidos de áreas em obtenção denominadas:

- Fazenda Cabaçais (município de Ponte Alta, área de 119,49 ha – proposta inicial de 7 famílias);
- Fazenda Butiá (município de Rio Negrinho, área de 699,33 ha – proposta inicial de 40 famílias).

A Fazenda Xaxim II (hoje PA Neri Fabris, município de Curitibanos, área de 762,74 ha – 49 famílias) obteve a Licença Ambiental Prévia em abril de 2012.

Salientamos que 80 % do tempo despendido pelos técnicos do serviço de Meio Ambiente (2 Eng. Florestais, 1 Geógrafa e 1 Agrônoma) baseia-se em manter as licenças ambientais em vigor, não sendo possível realizar de forma adequada outros trabalhos técnicos, na nossa opinião, mais importantes, tais como: averbações de reservas legais, educação ambiental, monitoramento de crimes ambientais, recuperação ambiental, etc. Verificamos que apesar de conseguirmos manter com o êxito a validade das licenças ambientais, tal procedimento interfere e vem interferindo muito pouco na vida dos assentados.

O quadro abaixo resume o histórico das licenças ambientais relativas às áreas que estão sob a jurisdição do INCRA/SC no ano de 2012:

Quadro 1: Licenças ambientais protocoladas e emitidas no ano de 2012

Imóvel	Licença Ambiental	Protocolo em 2012	Expedido em 2012	Total 2012	Famílias	Área (ha)
Imóvel em obtenção	Prévia	2	0	2	47	818
Projeto de Assentamento	Prévia	0	1	1	49	762
Projeto de Assentamento	Instalação	0	0	0	0	0
Projeto de Assentamento	Operação	3, 49, 1 *	0	53	2186	34766
Regularização Fundiária	Operação	0	0	0	0	0
TOTAL		55	1	56	2282	36346

* 3 pedidos de LAOs em razão do vencimento das LAIs, 49 pedidos de renovação das LAOS vencidas em 2012, 1 pedido de renovação da LAO vencida em 2011.

Quadro A.4.1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474

Identificação da Ação			
Código	4474		
Descrição	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)		
Iniciativa	01F1		
Unidade Responsável	INCRA		
Unidade Orçamentária	22201		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Provisão Recebida	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural Escolarizado	Trabalhador	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural Escolarizado		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952

Identificação da Ação						
Código	6952					
Descrição	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0				
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.1. 20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação						
Código	8370					
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária					
Iniciativa	01F1					

Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
9.168,50	8.883,00	8.440,20	8.883,00	0	442,80	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	75	111	373.969,00	8.440,20

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Nesta ação, o INCRA/SC é responsável pela execução de três projetos de educação, conforme segue:

1. Curso de Ensino Técnico em Agropecuária Agroecológica

O Curso foi implantado através de convênio firmado entre INCRA e a Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária – FAPEU, com a interveniência da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, através do Centro de Educação - CED e em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e tem por objetivo a formação de 50 educandos das áreas de reforma agrária do Estado de Santa Catarina. Cabe destacar que esse convênio foi gerido através do Sistema de Convênios – SICONV do governo federal, sob o registro de proposta nº 008783/2008.

As aulas e atividades presenciais foram ministradas nas dependências da Escola Agrícola 25 de Maio, localizado no Assentamento Faxinal Domingues II, município de Fraiburgo/SC. Essa Escola faz parte da rede oficial de Ensino Estadual, sendo que os educandos que frequentaram o Curso de Técnico em Agropecuária Agroecológica, também cursaram, de forma concomitante, o ensino médio oferecido pelo Estado, em conformidade com o que prevê a legislação vigente sobre o assunto.

O prazo de execução do convênio ficou estabelecido de dezembro/2008 a dezembro/2011. Embora as atividades previstas no Plano de Trabalho tenham sido oficialmente executadas e concluídas em dezembro/2011, a entidade proponente encaminhou ao INCRA um pedido de prorrogação do convênio para julho/2012. Esse pedido foi solicitado tendo em vista a proposta encaminhada por parte da FAPEU para a elaboração de um livro com registros fotográficos comemorativo aos “10 anos do PRONERA em SC”, atividade essa que estava prevista para acontecer no decorrer do primeiro semestre de 2012. Para tanto, foi autorizada a utilização do saldo remanescente do projeto, uma vez que parte dos recursos financeiros repassados não foi utilizada em função da evasão de parte dos educandos do curso. No entanto, em função do movimento grevista de professores e funcionários da UFSC, deflagrado no primeiro semestre/2012, o livro não pode ser concluído em tempo hábil e uma nova solicitação de prorrogação foi concedida para outubro/2012. Esse prazo novamente não foi possível de ser cumprido, já que o movimento paredista estendeu-se para além do inicialmente previsto, o que prejudicou o cronograma necessário para a finalização do processo licitatório para contratação da gráfica responsável pela diagramação, ditoração e impressão

do livro. Sendo assim, e com aval da Procuradoria Jurídica, foi concedido o prazo final de execução do convênio para dezembro/2012.

Cabe destacar que dos 50 educandos inicialmente matriculados, concluíram o curso 23 educandos, sendo que o Ato de Formatura ocorreu no dia 10/12/2011, nas dependências da Escola Agrícola 25 de Maio, em Fraiburgo/SC. As principais razões para a evasão foram a dificuldade de parte dos alunos em acompanhar as atividades dos dois cursos, quer seja, o ensino médio e o técnico, tendo em vista a alta carga horária. Outro fator diz respeito ao atraso na liberação dos recursos por problemas na operacionalização do SICONV, o que levou muitos pais a matricular seus filhos em outras escolas, uma vez que os mesmos iriam cursar o ensino médio e o técnico concomitantemente.

Em se tratando das dificuldades apresentadas na gestão do convênio, a principal delas foi em relação ao Portal de Convênios “SICONV”, na sua operacionalização e registro de informações, seja por parte do pessoal da proponente como do próprio INCRA, o que levou inclusive, ao atraso na liberação dos recursos para dar início ao curso, gerando a desistência de vários alunos do curso. Outras dificuldades foram pontuadas por parte da proponente e dizem respeito aos seguintes aspectos: a) baixo valor de repasse de recursos do PRONERA (aluno/ano), o que dificultou a execução de várias atividades e ações do curso, principalmente em se tratando da contratação de pessoal qualificado (professores, coordenadores, bolsistas, etc.); b) dificuldades de realizar despesas de pequeno vulto em viagens de deslocamento aos assentamentos pela coordenação do curso, mediante realização de despesa e posterior apresentação de nota fiscal (impedimento colocado pela Portaria Interministerial Nº 342/2008); c) problemas de acesso à internet e telefonia por parte da Escola, dificultando a comunicação com a equipe da UFSC; d) distância da Escola/UFSC, dificultando a condução e melhor integração dos trabalhos por parte das duas instituições.

Mediante o que foi exposto, a avaliação geral que se faz do projeto é de que, apesar das dificuldades enfrentadas no decorrer de sua execução, os educandos conseguiram, ao final do curso, articular os conteúdos ministrados (ensino técnico e ensino médio), resultando na elaboração de um conhecimento teórico-prático capaz de problematizar e modificar a prática cotidiana dos educandos em suas propriedades. Exemplo disso, é que nas visitas aos alunos observou-se que a grande maioria conseguiu implantar experiências e práticas na área da agroecologia nas suas propriedades melhorando não somente os sistemas produtivos, como também propiciando um estreitamento na relação e integração familiar. Outro aspecto positivo observado foi a maior participação dos alunos em suas comunidades, através da troca de informações e conhecimentos.

2. Curso de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio

O Termo de Cooperação firmado entre o INCRA e a Universidade Federal de Santa Catarina UFSC (Processo n.º 54210.000925/2009-51), tem como objetivo promover a formação, no âmbito do Ensino Médio, de 200 jovens e adultos assentados(as) da reforma agrária, em assentamentos localizados no espaço territorial do Estado de Santa Catarina. O curso foi desenvolvido em três pólos/municípios: Abelardo Luz (P.A. José Maria), Catanduvas (P.A. 25 de Julho) e Campos Novos (P.A. 30 de Outubro).

O referido termo foi publicado no Diário Oficial da União em dezembro/2009 e a sua execução física iniciou-se no ano de 2010. A duração do curso estava prevista para acontecer de dezembro de 2009 a dezembro de 2012. No entanto, a pedido da UFSC o INCRA autorizou a prorrogação do prazo para julho/2013, tendo em vista a impossibilidade de publicação dos “Cadernos de Referências Pedagógicas”, prevista no referido Plano de Trabalho, em tempo hábil. No entanto e de acordo com o previsto no Plano de Trabalho, é importante destacar que demais atividades pedagógicas do curso foram todas concluídas até dezembro/2012, inclusive a formatura dos educandos, que aconteceu no dia 15/12/2012, nas dependências do Assentamento 25 de Julho, localizado no município de Catanduvas, um dos 3 pólos do Curso.

Embora o curso tenha sido concebido inicialmente para 200 estudantes, formaram-se 55 educandos, lembrando que essa evasão foi ajustada no que diz respeito à descentralização dos recursos financeiros do PRONERA, tendo em vista que o valor total do projeto é calculado tendo por base o valor aluno/ano.

Alguns fatos e especificidades referentes ao tipo de curso e ao perfil dos educandos podem justificar essa evasão. A primeira delas diz respeito ao tempo transcorrido desde a apresentação (2005) até a aprovação do projeto (dezembro de 2009), muitos dos assentados e assentadas que inicialmente estavam mobilizados(as) para a participação no curso acabaram por iniciar o ensino médio regular nas escolas da rede pública e outros acabaram desmotivados em função do tempo de espera. Além disso, por se tratar de um curso no contexto da educação de jovens e adultos, parte dos educandos estava afastada há muito tempo dos bancos escolares, acarretando um grande dificuldade na readaptação à “vida escolar”. Além da exigência de um grande esforço e dedicação na apreensão dos conhecimentos, há que se ter a disponibilidade de um tempo hábil tanto para o afastamento da propriedade até os locais de aulas (tempo escola), como também para o estudo e o desenvolvimento das atividades necessários para a fixação dos conteúdos em casa (tempo comunidade), além do tempo necessário de dedicação às tarefas agrícolas que necessitam ser cumpridas rotineiramente e de acordo com o calendário agrícola, questão essa que afeta diretamente o aspecto financeiro do agricultor. Aliado a isso, a distância que algumas pessoas precisavam percorrer para chegar até os locais das aulas presenciais, agravando-se com o frio e as chuvas, afetou principalmente os educandos de maior idade. Essas questões de uma forma ou outra e com maior ou menor intensidade, foram responsáveis pela grande desistência dos educandos que, infelizmente, não tiveram condições de dar continuidade aos seus estudos.

Outra dificuldade que causou impacto e evasão de educandos foram os problemas oftalmológicos. Muitos dos alunos dos três pólos (estima-se que em torno de 80%) apresentavam algum tipo de dificuldade ou deficiência visual, o que gerou desestímulo e dificuldades para a continuidade de muitos educandos no curso, sobretudo os mais idosos. Para tentar sanar ou diminuir esse problema, a UFSC, através da coordenação do referido curso, articulou com o serviço médico da própria Universidade uma ação para o equacionamento do referido problema, através da realização de um mutirão para consultas e exames de acuidade visual, ação que ocorreu no primeiro semestre/2012 e resultou na compra de óculos para os educandos com dificuldades visuais, através dos recursos do próprio projeto, conforme previsto nas normativas do PRONERA. Essa ação, embora tardia em função dos trâmites burocráticos, auxiliou na diminuição da evasão escolar, além de trazer melhorias significativas para a qualidade de vida desses educandos.

Em se tratando de outras atividades e ações ocorridas durante o ano de 2012, podem ser citadas a realização das últimas etapas presenciais do Curso nos três polos sendo, respectivamente, a 6^a etapa em março, a 7^a em maio/junho e a 8^a e última, em outubro.

É importante destacar uma questão que é comum aos dois cursos aqui avaliados e diz respeito à melhoria na forma de acompanhamento e fiscalização das ações e atividades do convênio por parte do INCRA. Esse avanço ocorreu através do aprimoramento da metodologia de monitoramento através da elaboração e aplicação de questionários junto aos educandos, onde os alunos procuram avaliar o desempenho do pessoal envolvido no projeto (professores, coordenação, bolsistas, etc.), além dos conteúdos ministrados e a metodologia de ensino utilizada, a infra-estrutura oferecida pela Escola e o acompanhamento aos alunos no tempo comunidade por parte da coordenação do curso, apontando sugestões para a melhoria dos pontos que apresentam fragilidades. Foram elaborados três modelos de questionário, sendo um para a avaliação parcial das metas propostas, outro para a avaliação do estágio obrigatório, quando for o caso, e o terceiro para avaliação final do curso. Após a sistematização e análise dos dados, foi elaborado um relatório com sugestões e orientações de melhorias e/ou readequações, quando necessário, e encaminhado à proponente para a devida implementação.

3. Curso de Especialização em Ensino de Ciências Humanas em Escolas do Campo.

O curso tem por meta a formação de 50 graduados de áreas de reforma agrária, de diversos estados do Brasil tendo, portanto, abrangência nacional. O Termo de Cooperação foi firmado em dezembro/2009, entre INCRA/Sede e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, através do Centro de Ciências da Educação – CED, sendo que coube ao INCRA/SC o acompanhamento e fiscalização das ações e atividades.

O prazo de execução do Termo de Cooperação foi de dezembro/2009 a dezembro/2011, sendo que nesse último mês aconteceram as bancas de defesa das monografias de conclusão do curso, com vias à emissão dos certificados de especialistas aos educandos que cumpriram todos os requisitos básicos para tal. Apesar do cronograma das aulas e atividades pedagógicas ter finalizado em 2011, a finalização do cronograma de execução do termo de cooperação foi em janeiro do presente exercício. Em termos quantitativos, o projeto apresentou a seguinte situação: 67 candidatos inscreveram-se no edital público para seleção do curso e 53 foram aprovados. Destes, apenas 45, de fato, se matricularam e compareceram à primeira etapa. Dos quarenta e cinco alunos matriculados, uma aluna desistiu durante a Etapa 1. Outros 8 foram deixando o curso ao longo das etapas, sendo que ao final do curso contou-se com 37 educandos concluintes. Destes, um educando concluiu a monografia, mas não compareceu à defesa; outros dois não concluíram a monografia, resultando assim, em um total de 33 educandos que defenderam suas monografias e que receberão o título de especialistas.

Uma das principais razões para a evasão dos educandos do curso é devido à dificuldade de conciliar as atividades de docência dos educandos nos assentamentos e as atividades das etapas presenciais, além do deslocamento das regiões de origem, em que parte dos educandos são de outros estados, até os locais de realização das aulas. No decorrer da execução do Termo de Cooperação aconteceram seis etapas presenciais, denominadas de “tempo escola”, que consistem em aulas presenciais de aproximadamente vinte dias. As aulas e atividades presenciais foram ministradas de forma alternada nas dependências da UFSC, em Florianópolis/SC e no Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis/RS. No intervalo entre cada uma das etapas presenciais, ocorreram os tempos-comunidade (tempo acadêmico), onde os educandos realizaram leituras e trabalhos referentes aos componentes curriculares do curso, além do trabalho de pesquisa com elaboração de monografia conclusiva, os quais fizeram parte do processo de avaliação final, com vistas ao recebimento do certificado de conclusão do curso. Além disso, foram realizados vários “Seminários Temáticos” e “Seminários de Socialização de Experiências”, onde se procurou debater questões e assuntos pertinentes ao contexto do curso, visando a ampliação e o aprofundamento das disciplinas e conteúdos ministrados pelos professores, aliado à troca de informações e experiências inerentes aos diferentes contextos de vida pessoal e profissional dos educandos, tendo em vista os seus diferentes locais de origem.

Em se tratando das dificuldades enfrentadas, a principal delas foi a obrigação da entidade proponente realizar licitações de todo o recurso até o final de cada ano, do contrário o mesmo retornava aos cofres públicos, não podendo ser novamente solicitada a descentralização do valor perdido, o que aconteceu no decorrer do projeto (os valores numéricos exatos das devoluções serão apresentados por ocasião da prestação final de contas, em andamento). Outras questões a serem pontuadas dizem respeito ao valor aluno/ano, insuficiente para custear todas as despesas do curso, principalmente por se tratar de um projeto de abrangência nacional, onde os custos com deslocamento aéreo dos educandos das regiões mais distantes acabou por onerar em demasiado o projeto; assim como a dificuldade em se conseguir alojamento com um preço compatível ao orçamento, durante as etapas presenciais. Isso tudo limitou, de acordo com a coordenação do curso, o gasto com materiais pedagógicos e o acesso dos educandos a outras possibilidades educativas, artísticas e culturais, que também fazem parte da concepção de formação integral do cidadão.

Na gestão do Termo de Cooperação por parte do INCRA, a principal dificuldade enfrentada foi em relação à falta de uma legislação específica que trate desse instrumento de transferência de recursos, o que dificultou o repasse de informações precisas e detalhadas para a proponente em diversas etapas da execução do projeto, assim como na própria gestão/operacionalização do Termo de Cooperação por parte dos servidores do INCRA. Além disso, como o instrumento foi estabelecido

diretamente com o INCRA/Sede, o processo administrativo precisou ser encaminhado por diversas vezes à Brasília para tramitação, permanecendo nesse local por períodos prolongados.

Esse fato, além de impedir que se anexasse documentos pelo INCRA/SC ao processo, de acordo com a ordem de data de expedição/recebimento (o que ocorria somente após o seu retorno), também dificultou o processo de fiscalização e acompanhamento por parte das Asseguradoras e da Comissão, já que não se tinha como consultar o Plano de Trabalho e demais peças do processo administrativo.

Como aspecto positivo e central do curso, pode ser apontada a troca de experiências e conhecimentos entre os educandos de diferente regiões e realidades sobre os conteúdos e as metodologias de ensino nas escolas do campo. Outro aspecto bem avaliado diz respeito às leituras disponibilizadas pelos professores para a realização dos trabalhos das disciplinas, bem como das monografias durante do tempo comunidade, bibliografias essas que servirão não somente de apoio à escrita das monografias, mas também no cotidiano dos educandos em suas atividades docentes.

Em se tratando da avaliação final do curso por parte dos beneficiários, embora os membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do INCRA tenham aplicado questionários junto aos educandos na última etapa do curso (dez/2011), o resultado dessa avaliação foi entregue somente no mês de março de 2012, juntamente com o relatório final da Comissão sobre a execução física do Termo de Cooperação.

4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
5.049.069,69	5.048.651,63	50.371,79	5.048.651,63	0	4.998.279,84	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	0	5.169	0,00	50.371,79

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Apesar de não haver meta física pactuada a Unidade Jurisdicionada deu continuidade e encerrou o serviço de prestação de assistência técnica, social e ambiental, em abril de 2012, a 5.169 famílias assentadas no estado, em 132 Projetos de Assentamento, através do Convênio firmado entre a Unidade Jurisdicionada e a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária em Santa Catarina. Em dezembro de 2012 foi realizada Chamada Pública, com consequente contratação de entidade

prestadora de ATER por 12 meses execução do referido serviço. O novo contrato foi assinado em janeiro/2013.

Quadro A.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448

Identificação da Ação						
Código	4448					
Descrição	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Agente Formado	Agente	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Agente Formado		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não houve meta física nem provisão recebida para esta ação no âmbito da UJ.

4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859

Identificação da Ação					
Código	0859				
Descrição	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos				
Iniciativa	047A				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.263.111,94	4.263.111,94	2.290.289,15	4.263.111,94	0	1.972.822,79
Metas do Exercício Para a Ação					
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física	Meta Financeira	

	(Meta PC 2012)	Medida	(PC 2012)		(PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	285	200	3.475.875,51	2.290.289,15

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
92.500,00	92.307,32	72.307,32	92.307,32	0	20.000,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	244	-0-	97.500,00	72.307,32

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Em relação às ações 20T1 e 0859, com a publicação do Decreto Presidencial em 18 de junho de 2010, declarando de interesse social para fins de desapropriação o Território Quilombola Invernada dos Negros, localizado nos municípios de Campos Novos e Abdon Batista, estado de Santa Catarina, abrangendo a área total 7.952,9067 ha (sete mil, novecentos e cinquenta e dois hectares, noventa ares e sessenta e sete centiares), deu-se continuidade aos trabalhos de vistoria de avaliação nos imóveis rurais inseridos total ou parcialmente dentro do território.

Em 2012, alcançaram-se resultados significativos com a desapropriação e imissão na posse do primeiro imóvel inserido no território, com área registrada de 200,0000 ha (duzentos hectares), além da realização de vistorias em cerca 6.500,0000 ha (seis mil e quinhentos hectares), aproximadamente 80% do total da área.

Os trabalhos referentes à Regularização de Território Quilombola da Comunidade São Roque aguardam, ainda, a posição da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal quanto ao conflito entre o INCRA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, haja visto a sobreposição do território pleiteado com os Parques Nacionais de Aparados da Serra e

Serra Geral, no entanto, foram obtidos diversos avanços na discussão com este órgão, juntamente com o Ministério Público Federal – MPF, para a elaboração de um Termo de Compromisso que viabilize o desenvolvimento sustentável dos descendentes quilombolas que ocupam o território pleiteado.

Ainda, o Contrato SC/10000/2011, firmado entre INCRA/SC (contratante) e Ecodimensão - Meio Ambiente e Responsabilidade Social Ltda. (contratada), em 10 de janeiro de 2011, cujo Extrato encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU), na edição de 14 de janeiro de 2011, foi estabelecido em conformidade ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 15/2010 e seus Anexos, tendo como objeto a execução de serviços de elaboração de Relatório Antropológico em 06 (seis) Comunidades Remanescentes de Quilombo, relacionadas conforme os Itens e o Grupo abaixo:

SERVIÇOS/ATIVIDADES	MESES							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
PRODUTO: RELATÓRIO ANTROPOLOGICO								
ETAPA I: PLANEJAMENTO E APRESENTAÇÃO								
Reunião Preliminar com Equipe Técnica do INCRA	X							
Primeira incursão a campo (apresentação da equipe contratada)	X							
Entrega do projeto de Pesquisa (Meta I)								
ETAPA II: PROCESSO DE PESQUISA								
Pesquisa bibliográfica		x	x	x				
Pesquisa documental	x	x	x					
Pesquisa etnográfica			x					
Reunião de trabalho com equipe do INCRA/SC (Meta II)				x				
ETAPA III: ELABORAÇÃO DO PRODUTO								
Organização e análise das informações				x	x			
Obtenção de dados complementares					x	x		
Redação, elaboração e confecção do Relatório Antropológico					x	x	x	
Apresentação e aprovação do Relatório Antropológico								x

A autorização para o início da execução dos serviços pela contratada foi efetivada através da Ordem de Serviço n.º 005, de 18 de janeiro de 2011, entrando em vigor a partir do dia 21 de janeiro de 2011.

Os produtos correspondentes à primeira etapa dos serviços contratados, isto é, os Projetos de Pesquisa, foram entregues nas seguintes datas, conforme os Itens e Grupo: em 09/03/2011, para os produtos relativos aos Itens 01, 02 e 03; em 15/03/2011, para o produto relativo ao Grupo 01. Todos os produtos entregues foram avaliados e aprovados pelo Assegurador do Contrato e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

A contratada solicitou prorrogação para o prazo de entrega dos produtos relativos à segunda etapa dos serviços, motivada pelo atraso nos pagamentos dos produtos relativos à primeira etapa dos serviços por parte do INCRA/SC. Esta solicitação foi deferida pelo Assegurador do Contrato e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

Os produtos correspondentes à segunda etapa dos serviços contratados, isto é, os Relatórios de Pesquisa, foram entregues nas seguintes datas, conforme os Itens e Grupo: em 07/07/2011, para os produtos relativos aos Itens 01, 02 e 03; em 29/09/2011, para o produto relativo ao Grupo 01. Todos os produtos entregues foram avaliados e aprovados, contando com algumas ressalvas, pelo Assegurador do Contrato e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

No caso do produto relativo ao Grupo 01, o INCRA/SC procedeu ao desconto financeiro do valor correspondente aos honorários e diárias de técnico integrante da equipe responsável, o qual não participou efetivamente dos serviços, conforme havia sido acordado contratualmente. Esta decisão encontra seu fundamento no Parecer Técnico emitido pelo Assegurador do Contrato e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, e em resposta a posterior Ofício da contratada, buscando a reavaliação por parte do INCRA/SC do desconto efetuado. Em virtude do não cumprimento da

proposta em relação à participação do referido técnico assistente e do consequente inconveniente criado pela responsabilização de pessoas das próprias comunidades para a execução das atividades de competência da contratada, no que diz respeito aos serviços relativos ao Grupo 01, o INCRA/SC primeiramente emitiu Notificação solicitando esclarecimentos, e após resposta da contratada, emitiu a Primeira Advertência.

Em 29 e 30 de setembro de 2011, no Auditório da Superintendência Regional, foi realizada a reunião técnica para a conclusão da segunda etapa dos serviços, conforme previsto no Cronograma de Trabalho. Nesta reunião, participaram os membros de todas as equipes da contratada, oportunidade em que expuseram e debateram junto aos técnicos do INCRA/SC os dados obtidos até então, apresentando cada equipe as dificuldades encontradas até então e um plano prospectivo para a devida conclusão dos Relatórios Antropológicos.

Em 04/10/2011, por solicitação da contratada e após o posicionamento do Assegurador do Contrato e da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, foi publicado o Primeiro Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato em 04 (quatro) meses, portanto, coincidindo à data da vigência contratual, ou seja, 13/01/2012.

Durante o mês de outubro/2011, técnicos do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas visitaram as Comunidades Remanescentes de Quilombo envolvidas nos serviços contratados, prestando esclarecimentos quanto à prorrogação dos prazos para a conclusão dos Relatórios Antropológicos e obtendo das comunidades uma avaliação positiva sobre o andamento da execução destes serviços.

Tendo em vista manifestação da contratada, através da equipe responsável pelos serviços correspondentes ao Grupo 01, alegando a inviabilidade de prosseguimento da pesquisa antropológica na Comunidade Santa Cruz (Item 06), argumentos contidos no produto Relatório de Pesquisa, foi realizada reunião na própria comunidade, em 14/10/2011, sendo produzida a Ata da respectiva reunião. Nesta reunião, os quilombolas se manifestaram pela interrupção da pesquisa antropológica, considerando a necessidade de amadurecimento da organização política e representativa comunitária, no sentido de superar o corrente desinteresse e consecutiva desinformação generalizados com relação aos serviços em andamento. Esta decisão pela interrupção da pesquisa foi corroborada pelo Assegurador do Contrato e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

Em 20/01/2012, conforme nova solicitação da contratada e após o posicionamento do Assegurador do Contrato e da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização e da Procuradoria Federal Especializada – PFE/INCRA/SC, foi publicado o Segundo Termo Aditivo prorrogando a vigência contratual em 120 (cento e vinte) dias, ou seja, até 11/05/2012.

Os produtos correspondentes à terceira e final etapa dos serviços contratados, isto é, os Relatórios Antropológicos, relativos aos Itens 01, 02 e 03 do objeto contratual, foram entregues após a devida apresentação e aprovação nas Comunidades Remanescentes de Quilombo envolvidas, de acordo ao estabelecido no Termo de Referência, nas seguintes datas, conforme os Itens: em 16/03/2012, o Item 02; em 02/04/2012, o Item 01; e em 08/05/2012, o Item 03. Estes Relatórios Antropológicos foram avaliados e aprovados pelo Assegurador do Contrato e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, concluindo definitivamente os serviços relativos aos Itens 01, 02 e 03.

Os Relatórios Antropológicos relativos ao Grupo 01, não foram concluídos dentro da vigência contratual. Em relação à Comunidade Santa Cruz (Item 06), como referido anteriormente, os serviços foram interrompidos desde outubro/2011. Quanto à Comunidade Morro do Fortunato (Item 05), foi agendada, prorrogada e enfim realizada, em 14/04/2012, reunião para a apresentação do Relatório Antropológico, visando sua aprovação pela comunidade. No entanto, o material encaminhado ao INCRA/SC mostrou-se insuficiente do ponto de vista técnico e também foi reprovado pela comunidade diretamente interessada, durante sua apresentação. No que se refere à Comunidade Aldeia (Item 04), não foi apresentado qualquer material ou agendada reunião para apresentação com vistas a sua aprovação pela comunidade dentro do prazo da vigência contratual. O INCRA/SC então emitiu a Segunda Advertência à contratada, tendo em vista a reprovação (técnica e da comunidade) do material relativo à Comunidade Morro do Fortunato e o exíguo prazo restante para a conclusão dos serviços.

A contratada solicitou prorrogação, primeiro via fax, em 03/05/2012 , cujo original foi entregue em 11/05/2012, coincidente à data da vigência contratual. A solicitação foi indeferida, tendo em vista sua intempestividade e a insuficiência dos argumentos técnicos apresentados, conforme Parecer Técnico emitido pelo Assegurador do Contrato e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização. Desse modo, os serviços relativos ao Grupo 01 do objeto contratual não foram concluídos, sendo sua execução efetivada de maneira apenas parcial, correspondente a primeira e segunda etapas do Cronograma de Trabalho.

Os pagamentos foram devidamente realizados, conforme a entrega e aprovação dos produtos relativos a cada etapa dos serviços contratados, configurando o cumprimento das metas estabelecidas no Termo de Referência, à exceção das correspondentes a segunda e terceira etapa relativa aos Itens do Grupo 01 do objeto contratual. No que se refere à segunda etapa, correspondente aos serviços de pesquisa etnográfica, documental e bibliográfica e ao produto Relatório de Pesquisa, a execução foi cumprida parcialmente, ou seja, o produto foi aprovado com ressalvas e os serviços foram prejudicados devido à não-participação de um dos membros da equipe. Quanto à terceira etapa, correspondente aos serviços de organização das informações e elaboração do produto Relatório Antropológico, com sua respectiva aprovação pela Comunidade Remanescente de Quilombo, a execução não foi concluída em nenhum dos Itens do Grupo 01.

Desse modo, do valor global de trezentos e cinquenta mil, cento e dezoito reais e noventa centavos (R\$350.118,90), não foram executados sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos (R\$67.831,59), sendo este valor, em sua totalidade, relativo à inexecução parcial dos serviços correspondentes ao Grupo 01.

Por fim, além do encaminhamento de processos para ajuizamento de ações referentes a desincrição dos imóveis inseridos no Território Invernada dos Negros, deu-se continuidade aos processos de reconhecimento dos território com Laudo Antropológico concluídos. Sendo publicado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID do Território Quilombola denominado Família Thomaz, localizado no município de Treze de Maio/SC.

4.4 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.445.504,20	2.273.873,24	2.120.469,78	2.273.873,24	-0-	153.403,46	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-		

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

1	Área Reconhecida	228.319,19	4.476,49	223.842,70	228.319,19
---	------------------	------------	----------	------------	------------

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
31.088,91	27.635,41	27.122,05	27.635,41	-0-	513,36	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida		3.096,00	-0-	3.096,00	3.096,00

Quadro A.4.4.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
174.345,80	174.073,75	142.041,02	174.073,75	-0-	32.032,73	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

4.5 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.5.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.5 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC	49201	373070
Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC	49201	373071

OBS: A Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC é a unidade orçamentária que recebe, executa e descentraliza créditos orçamentários para a nossa Subunidade orçamentária – INCRA - Unidade Avançada de Santa Catarina – localizada em Chapecó/SC. Conforme determinação do nosso Órgão Central, a Superintendência Regional é a única responsável pela elaboração do Relatório de Gestão desta UJ.

4.5.2 Programação de Despesas

4.5.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.5.1 – Programação de Despesas Correntes

						Valores em R\$ 1,00		
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
			Exercícios	Exercícios	Exercícios			
			2012	2011	2012	2011		
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								
Fonte:								

OBS: Não se aplica a UG/373070 – Programação a cargo do INCRA/SEDE – UG/373001

4.5.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.5.2 – Programação de Despesas de Capital

				Valores em R\$ 1,00
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital		
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida

		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Fonte:

Não se aplica a UG/373070 – Programação a cargo do INCRA/SEDE – UG/373001

4.5.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.5.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

							Valores em R\$ 1,00
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência
			Exercícios		Exercícios		Exercícios
			2012	2011	2012	2011	2012
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Fonte:

4.5.2.4 Análise Crítica

Não se aplica a UG/373070 – Programação a cargo do INCRA/SEDE – UG/373001

4.5.3 Programação de Despesas

O Quadro A.5.4 abaixo, denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG.

Quadro A.5.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito				Classificação da ação	Despesas Correntes			Valores em R\$ 1,00		
	UG		Concedente		Concedente	Recebadora	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida		
	Concedente	Recebadora								
Movimentação Interna	Concedidos	373070	373071	2120/2000				124.640,38		
		373070	373071	2034/2T01				500,00		
	Recebidos	373001	373070	0089/0181	7.119,48					
		373001	373070	2012/4470				5.049.069,69		
		373001	373070	2029/8402				238.492,95		
		373001	373070	2034/20T1				93.000,00		
		373001	373070	2066/20S7				163.500,00		
		373001	373070	2066/2105				110.500,00		
		373001	373070	2066/2109				27.557,57		
		373001	373070	2066/2110				17.000,00		
		373001	373070	2066/4320				1.170.488,50		
		373001	373070	2066/4358				15.600,00		
		373001	373070	2066/8370				9.168,50		
		373001	373070	2066/8374				25.000,00		
		373001	373070	2066/8384				20.268,00		
		373001	373070	2066/8387				122.601,78		
		373001	373070	2066/8396				1.051.798,32		

		373001	373070	2120/2000			2.211.330,41
		373001	373070	2120/2103			165.345,80
		373001	373070	2120/4572			31.088,91
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	=0=	=0=		=0=	=0=	=0=
	Recebidos	373001	373070	2034/0859		4.263.111,94	
		373001	373070	2066/0427		5.148.608,00	
		373001	373070	2066/4460		189.563,35	
		373001	373070	2066/8396	2.467.745,18		
		373001	373070	2120/2000	234.173,79		
		373001	373070	2120/2103	9.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte:

4.5.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.5.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.5.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.5.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada				Valores em R\$ 1,00	
	Despesa Liquidada		Despesa paga			
	2012	2011	2012	2011		
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	=0=	=0=	=0=	=-0=		
a) Convite	=0=	=0=	=0=	=0=		
b) Tomada de Preços	=0=	=0=	=0=	=-0=		
c) Concorrência	=0=	=0=	=0=	=0=		
d) Pregão	=0=	=0=	=0=	=-0=		
e) Concurso	=0=	=0=	=0=	=0=		
f) Consulta	=0=	=0=	=0=	=-0=		
2. Contratações Diretas (g+h)	=0=	=0=	=0=	=0=		
g) Dispensa	=0=	=0=	=0=	=-0=		
h) Inexigibilidade	=0=	=0=	=0=	=0=		
3. Regime de Execução Especial	=0=	=0=	=0=	=-0=		
i) Suprimento de Fundos	=0=	=0=	=0=	=-0=		
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	=0=	=0=	=0=	=-0=		
j) Pagamento em Folha	=0=	=0=	=0=	=-0=		
k) Diárias	=0=	=0=	=0=	=-0=		
5. Outros	=0=	=0=	=0=	=-0=		
6. Total (1+2+3+4+5)	=0=	=0=	=0=	=-0=		

Fonte:

Obs.: Ver Quadro do Item 4.2.4.2 – Créditos por Movimentação da UJ.

4.5.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

O Quadro A.5.6 abaixo, denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**, contém quatro (4) colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2012 e 2011. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas pelos três (3) grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa contém os **3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2012 discriminados em ordem decrescente desse montante** (indicando o nome do elemento de despesa nas linhas 1º, 2º e 3º elemento de despesa), enquanto um quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Quadro A.5.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

DESPESAS CORRENTES								Valores em R\$ 1,00
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Nome 1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2. Juros e Encargos da Dívida	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3. Outras Despesas Correntes	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2º elemento de despesa-	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=

4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
5. Inversões Financeiras	=0=							
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
6. Amortização da Dívida	=0=							
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=

Fonte:

Obs. Ver Quadro do Item 4.2.4.2.2 - Créditos por Movimentação da UJ.

4.5.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Como já dito, o segundo demonstrativo, denominado **Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos.

4.5.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.5.7 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Modalidade de Contratação					Valores em R\$ 1,00	
	Despesa Liquidada		Despesa paga			
	2012	2011	2012	2011		
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	4.470.307,16	3.954.728,75	1.813.122,30	1.548.232,49		
a) Convite	117.271,01	148.185,96	11.671,77	23.443,56		
b) Tomada de Preços	2.467.745,18	919.063,75	=0=	919.063,75		
c) Concorrência	7.470,73	193.620,47	7.470,73	93.620,47		
d) Pregão	1.877.820,24	2.693.858,57	1.793.979,80	512.104,71		
e) Concurso	=0=	-0-	=0=	-0-		
f) Consulta	=0=	-0-	=0=	-0-		
2. Contratações Diretas (g+h)	6.449.252,14	981.531,36	1.407.440,63	726.647,93		
g) Dispensa	6.085.258,91	710.881,99	1.088.221,72	710.881,99		
h) Inexigibilidade	363.993,23	270.649,37	319.218,91	15.765,94		
3. Regime de Execução Especial	27.472,51	53.967,22	27.472,51	53.967,22		
i) Suprimento de Fundos	27.472,51	53.967,22	27.472,51	53.967,22		
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	345.530,34	407.336,62	345.530,34	407.336,62		
j) Pagamento em Folha	7.119,48	20.789,24	7.119,48	20.789,24		
k) Diárias	338.410,86	386.547,38	338.410,86	386.547,38		
5. Outros	8.030.095,89	7.701.025,43	3.992.753,70	4.212.691,21		
6. Total (1+2+3+4+5)	19.322.658,04	12.229.949,32	7.586.319,48	6.948.875,47		

Fonte:

Obs.: Das despesas por Modalidade de Licitação cabe destacar no exercício/2012 o que segue:

1. Dispensa – O valor registrado na Conta Contábil/19241.02.03 – DISPENSA DE LICITAÇÃO - é elevado, principalmente, pelos fatos, que julgamos importante destacar:

1.1 - Houve a contratação de Assistência Técnica no Programa ATER – cujo valor empenhado para o contrato foi no valor de **R\$ 4.995.369,69**;

1.2 – Existiam contratos dos alugueis da Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC – na cidade de Florianópolis/SC - no valor anual em 2012 de **R\$ 292.878,99** e

da Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC – na cidade de Chapecó/SC - no valor anual em 2012 de **R\$ 81.026,16** – que totalizaram **R\$ 373.905,15**;

2. Outros – já os valores referentes à **Conta Contábil/19241.02.08 – NÃO APLICÁVEL** – São também elevados principalmente devido aos Empenhos correspondentes a Créditos Instalação, Habitação ou Recuperação (Legislação - INCRA: Norma de Execução nº 79 – 26/12/2008 e Instrução Normativa nº 54 – 22/07/2009) – que no exercício/2012 – totalizaram **R\$ 1.513.588,32**;

2.1. As liberações voluntárias – Convênios – firmados com Prefeituras Municipais no exercício/2012 – totalizaram o valor de **R\$ 3.550.319,25** – com amparo na Portaria Interministerial nº 127/2008;

2.2. E, finalmente, as despesas no valor de **R\$ 4.452.675,29** correspondem a aquisições de imóveis rurais para assentamentos e regularização de áreas de Quilombolas no Estado de Santa Catarina.

4.5.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.5.8 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

							Valores em R\$ 1,00
DESPESAS CORRENTES							
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não processados		Valores Pagos
<i>1 – Despesas de Pessoal</i>	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Nome 1º elemento de despesa - 319008	7.119,48	20.789,24	7.119,48	20.789,24	=0=	=0=	7.119,48
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
<i>2 – Juros e Encargos da Dívida</i>	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
<i>3 – Outras Despesas Correntes</i>	9.856.315,85	3.327.631,92	3.532.663,90	3.327.631,92	6.323.651,95	450.982,75	3.532.663,90
1º elemento de despesa - 339039	6.252.366,66	1.338.937,19	1.179.320,61	1.338.937,19	5.073.046,05	85.779,28	1.179.320,61
2º elemento de despesa - 334041	1.198.000,00	=0=	=0=	=0=	1.198.000,00	=0=	=0=
3º elemento de despesa - 339037	1.052.422,48	732.355,42	1.051.022,48	732.355,42	1.400,00	2.327,27	1.051.022,48
Demais elementos do grupo	1.353.526,71	1.256.339,31	1.302.320,81	1.256.339,31	51.205,90	362.876,20	1.302.320,81
DESPESAS DE CAPITAL							
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não Processados		Valores Pagos
<i>4 – Investimentos</i>	2.992.747,42	5.608.955,54	103.814,68	5.608.955,54	2.888.932,74	4.381.781,16	103.814,68
1º elemento de despesa - 449051	2.653.165,15	1.428.083,82	79.820,73	1.428.083,82	2.573.344,42	1.112.684,22	79.820,73
							315.399,60

2º elemento de despesa - 444041	315.588,32	3.550.319,25	=0=	3.550.319,25	315.588,32	3.167.213,71	=0=	383.105,54
3º elemento de despesa - 449052	23.993,95	630.552,47	23.993,95	630.552,47	=0=	101.883,23	23.993,95	528.669,24
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
5 – Inversões Financeiras	6.466.475,29	4.141.212,68	3.942.721,42	4.141.212,68	2.523.753,87	1.317.250,00	3.942.721,42	2.823.962,68
1º elemento de despesa 459061	4.452.675,29	491.115,28	2.290.321,42	491.115,28	2.162.353,87	=0=	2.290.321,42	491.115,28
2º elemento de despesa - 459066	2.013.800,00	3.650.097,40	1.652.400,00	3.650.097,40	361.400,00	1.317.250,00	1.652.400,00	2.332.847,40
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
6 – Amortização da Dívida	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=

Fonte:

4.5.4.2.3 Análise Crítica

Os eventos negativos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da Superintendência Regional de SC foram:

- a) O contingenciamento de despesas do Instituto pelo Governo Federal, fato que ocasionou retardo nas liberações, principalmente nas despesas de capital e inversões financeiras/investimentos, tendo ocorrido liberações somente no final do exercício, fato que atropelou os trabalhos;
- b) Em relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ, cabe destacar, como já havíamos informado a CGU-R/SC, nos trabalhos de auditagem dos últimos exercícios, os problemas são a insuficiência de pessoal na área meio para cuidar das licitações, licenciamento ambiental, elaboração de contratos, que aliados à intempestividade na liberação de recursos, dificultaram a execução dos trabalhos;
- c) Os fatos em comento resultaram na inscrição de despesas em Restos a Pagar/2012, com permanência de contratos, cujos efeitos ficarão para o exercício seguinte;
- d) Conforme já informado a CGU-R/SC nas auditagens de 2012, quando a mesma nos cobrou atingimento de metas financeiras por parte da UJ em 2011, o assunto, pelos motivos ora apontados, foge da nossa alçada, ou seja, caso os **Órgãos de Controle Interno e Externo do Governo Federal entendam que o atingimento de metas financeiras é objetivo a ser alcançado pelos órgãos federais nos exercícios financeiros, o assunto deve, a nosso ver, ser debatido como já havíamos anunciado para a CGU-R/SC à nível Ministerial e/ou direto com a Presidência da República.**

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.6.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

				Valores em R\$ 1,00	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
Razões e Justificativas:					
Fonte:					

OBS.: O INCRA/SR(10)SC não apresentou movimento relativo ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2012.

5.1.2 Análise Crítica

Não existe análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos a ser apresentada, pois conforme informado esta UJ não apresentou movimento no item em comento nos últimos exercícios financeiros.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O **Quadro A.6.2** abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando divido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Quadro A.6.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	=0=	=0=	=0=	=0=
2010	=0=	=0=	=0=	=0=
...	=0=	=0=	=0=	=0=
Restos a Pagar não Processados				

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	6.150.013,91	3.298.429,78	2.789.718,13	6.866,00
2010	8.097.720,53	1.256.550,74	6.841.169,79	=0=
2012	11.736.338,56	=0=	=0=	=0=
Fonte: SIAFI2012 e Sistema WIKI INCRA				

5.2.2 Análise Crítica

Trata-se de despesas inscritas pelo processo automático em restos a pagar não processados quando do encerramento dos exercícios em comento.

Considera-se Restos a Pagar, nos termos do item 1.3.1 da Macrofunção SIAFI nº 020317, as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente.

A inscrição em Restos a Pagar decorreu da observância do Regime de Competência para as despesas. Portanto, as despesas empenhadas, não pagas até o encerramento do exercício e não canceladas pelo processo de análise e depuração foram inscritas em conta específica pelo processo automático no Sistema SIAFI.

O montante inscrito em 2012 em Restos a Pagar não processado sofreu acréscimo em relação aos exercícios anteriores principalmente devido ao contingenciamento ocorrido no início do exercício na programação deste Instituto.

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão teve a sua vigência prorrogada por decreto;
- O evento negativo que prejudicou a gestão de RP conforme já afirmamos é devido aos contingenciamentos do Governo Federal, fato que ocorre geralmente nos inícios dos exercícios financeiros.
- Conforme justificado à Controladoria-Geral da União de Santa Catarina – CGU-R/SC em 2012, caso haja críticas dos Órgãos de Controle a permanência de valores em inscritos em Restos a Pagar pelo Governo Federal, reiteramos que a referida circunstância deveriam a nosso ver, ser discutido a nível Ministerial e/ou a nível de Gabinete da Presidência com os órgãos em comento.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O Quadro A.6.3 contempla os valores das transferências vigentes no exercício de referência do relatório de gestão. A UJ deverá informar, por concedente ou contratante, o conjunto de instrumentos de transferências vigentes no exercício, informando o tipo e identificação da transferência, a identificação do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no SIAFI ou outro sistema equivalente. Deve ser elaborado um quadro específico para cada concedente ou contratante que compõe o Relatório de Gestão.

Comentário da UJ:

Conforme sugerido na nota acima, o Quadro A.6.3 encontra-se juntados nos ANEXOS do corpo do presente Relatório de Gestão.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome:	Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC						
	CNPJ: 00.375.972/0012-13						
UG/GESTÃO:	373070/37201						
	Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício		Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)			
		2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	04	14	09		=0=	3.345.674,23	4.561.674,23
Contrato de Repasse	=	=	=		=0=	=0=	=0=
Termo de Cooperação	=	=	=		=0=	=0=	=0=
Termo de Compromisso	=	=	=		=0=	=0=	=0=
Totais					-	-	-
Fonte:							

5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC		UG/GESTÃO: 373070/37201				
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012	
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013		
Convênio	04	1.328.469,80	=0=	1.328.469,80	0,00	
Contrato de Repasse	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
Termo de Cooperação	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
Termo de Compromisso	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
Totais	04	1.328.469,80	=0=	1.328.469,80	0,00	
Fonte:						

5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC					
CNPJ: 00.375.972/0012-13		UG/GESTÃO: 373070/37201			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos			
		(Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	16	=	=
		Montante Repassado	3.247.054,08	=	=
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	=	=	=
		Montante Repassado	=	=	=
2011	Contas Prestadas	Quantidade	10	=	=
		Montante Repassado	7.443.565,72	=	=
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	=	=	=
		Montante Repassado	=	=	=
2010	Contas Prestadas	Quantidade	02	=	=
		Montante Repassado	2.706.941,04	=	=
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	=	=
		Montante Repassado	1.348.000,00	=	=
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	=	=	=
		Montante Repassado	=	=	=

Fonte: SIAFI e SICONV

Análise da Situação:

- 1º) Dos 16 convênios lançados – contas prestadas – 03 tiveram as contas analisadas pela área técnica e financeira e foram aprovadas no Sistema SICONV:
02 convênios tiveram as contas prestadas, com análise parcial somente da parte financeira, restando no final de 2012, o complemento da análise do atingimento do objeto dos mesmos, para a emissão do parecer técnico definitivo – parecer este que foi concluído em 2013; **11 convênios desta UJ, que foram registrados no Sistema SICONV no mês de dezembro/2011, foram na verdade cancelados no Sistema SICONV no início de 2012, atendendo recomendação da Equipe de Auditoria da CGU-R/SC, que esteve auditando os convênios relacionados no Relatório de Gestão do exercício/2011, no primeiro semestre de 2012, não tendo havido repasse de recursos.**

- 2º) O valor do montante repassado – lançado no quadro em comento – refere-se a parte de parcelas dos Convênios nº 627.837 e 625.531 – mais o total repassado relativo aos Convênios nº 752073/2011, 755986/2011 e 756244/2011.

5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

				Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC				
CNPJ: 00.375.972/0012-13	UG/GESTÃO: 373070/37201			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos
				Convênios
2010	Quantidade de Contas Prestadas			16 =
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	=	14 =
			=	00 =
	Montante Repassado (R\$)			580.626,00 =
	2011	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	14 =
			Quantidade Reprovada	00 =
			Quantidade de TCE	00 =
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	02 =
			Montante Repassado (R\$)	2.666.599,08 =
	2012	Quantidade de contas prestadas		
Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	10 =	
		Quantidade Reprovada	= =	
		Quantidade de TCE	= =	
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	= =	
		Montante repassado (R\$)	= =	
2013	Quantidade de Contas Prestadas			06 =
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	05 =	
		Quantidade Reprovada	01 =	
		Quantidade de TCE	01 =	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	= =	
		Montante Repassado	= =	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	= =	
		Montante Repassado	= =	

Fonte:

Análise da Situação:

- 1º) Dos 14 convênios lançados – com prazo não vencido – informamos que 03 tiveram as contas aprovadas pela UJ – os outros 11 tiveram os termos de convênios cancelados no Sistema SICON – os registros atenderam recomendações da CGU-R/SC.
- 2º) Os Convênios nº 627.837 e 625.531 – cujo lançamento foi em contas NÃO analisadas foram aprovados somente no exercício/2013 – tendo as Prestações de Contas apresentadas em 2012, no entanto, carecendo de parecer técnico definitivo; Os mesmos sofreram diligência por parte da regional, tendo a nossa Área Técnica cobrado das convenentes acréscimos de trabalhos, documentos e comprovantes de objetivos de atingimento de objeto dos convênios, para só, então, ter emitido o Parecer Técnico Definitivo – que ocorreu no início de 2013. O montante lançado refere-se apenas a duas parcelas de cada um dos convênios em comento.

5.3.6 Análise Crítica

A situação da gestão das transferências vigentes no exercício 2012, conforme já citado, apresentou 02 (dois) convênios com as contas não analisadas, pois os mesmos foram diligenciados pelo INCRA/SR(10)SC no decorrer do ano, tendo sido cobrado das convenentes acréscimos na documentação técnica para se chegar a bom termo a execução do objeto do Programa Assistência Técnica, Social e Ambiental/ATES.

Pelos motivos acima citados, as Prestações de Contas foram aprovadas pelo INCRA/SR(10)SC somente no início do exercício/2013.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens esta UJ considera adequado informar o que segue:

- As medidas adotadas para sanear as transferências que poderiam ficar em situação de inadimplência foram: efetuar diligências e cobrar administrativamente das convenentes em atraso as providências que os casos requeriam em 2012;
- Houve uma diminuição no volume das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, sendo que, no exercício/2012 não houve repasse de recursos devido, principalmente ao contingenciamento de despesas deste Instituto.
- Diminuiu o volume de prestações de contas com pendências no exercício 2012 e melhorou à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.6.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

					Valor em R\$ 1,00	
Suprimento de Fundos						
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral	
		Conta Tipo “B”		CPGF		
		Saque	Fatura			
UG 1	373070	=0=	15.215,66	8.162,85	23.378,51	

UG 2	373071	=0=	2.508,00	1.586,00	4.094,00
UG 3					-
UG n...					-
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	=0=	17.723,66	9.748,85	27.472,51

OBS.: O INCRA/SR(10)SC não realizou despesas com a utilização de Contas Tipo “B”, somente utilizou cartão de crédito corporativo, com gastos subdivididos nas modalidades acima listadas.

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

Quadro A.6.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

							Valores em R\$ 1,00
Código da UG 1	CPF		Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF
		Nº	Data	ND			
Total Utilizado pela UG							
Código da UG 2	CPF		Nome da UG				
Total Utilizado pela UG							
Total Utilizado pela UJ							

OBS.: O INCRA/SR(10)SC não realizou despesas com a utilização de Contas Tipo “B”, somente utilizou cartão de crédito corporativo.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.6.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

					Valores em R\$ 1,00
Código da UG 1			Limite de Utilização da UG		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Nilton Tadeu Garcia	31264379900		615,41	=0=	615,41
Giovani Mauricio Simas	48500534915		6.260,25	4.682,06	10.942,31
Airton João Nottar	49213075987		5.105,00	=0=	5.105,00
Cristiano de Oliveira Mascarenhas	92875459953		3.235,00	3.480,79	6.715,79

Valdecir Cezar Marcon	42295203953		2.508,00	1.586,00	4.094,00
Total Utilizado pela UG			17.723,66	9.748,85	27.472,51
Código da UG 2	Limite de Utilização da UG				
373070			15.215,66	8.162,85	23.378,51
373071			2.508,00	1.586,00	4.094,00
Total Utilizado pela UG			15.215,66	8.162,85	23.378,51
Total Utilizado pela UJ			17.723,66	9.748,85	27.472,51

Fonte:

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.6.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Suprimento de Fundos							Valores em R\$ 1,00
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	=0=	=0=	67	17.723,66	77	9.748,85	27.472,85
2011	=0=	=0=	49	21.735,78	231	32.231,38	53.967,16
2010	=0=	=0=	59	22.584,86	700	99.797,75	122.382,61

Fonte:

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

O Quadro A.6.12 abaixo contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, abrangendo as prestações de contas referentes à aplicação realizada pelo suprido (Conta Tipo “B”) e pelo Portador do CPGF, do exercício de referência do Relatório de Gestão e dos dois exercícios imediatamente anteriores, conforme exige a legislação em vigor.

Quadro A.6.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
Situação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
PC Aguardando Análise	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
PC em Análise	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
PC não Aprovadas	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
PC Aprovadas	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	08	27.472,85	32	53.967,16	50	122.382,61

Fonte:

5.4.1.6 Análise Crítica

A Superintendência Regional de SC possui um controle rígido no controle das prestações de contas e aplicação dos recursos em conformidade com a legislação vigente. Cabendo o registro de que houve uma substancial diminuição do uso do CPDF no decorrer dos últimos exercícios financeiros conforme demonstrado nos quadros em comento.

Destacando que somente utilizamos o uso do cartão CPGF, nos exercícios em comento, não havendo conforme demonstrado nenhum atraso nas prestações de contas pelos supridos nesta UJ.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada, cabendo ao nosso Órgão Central prestar as informações sobre Renúncias Tributárias.

5.6 Gestão de Precatórios

O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada. Assunto é da alçada do nosso Órgão Central.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	93	93	03	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	=0=	=0=	=0=	=0=
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	93	93	03	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	90	90	03	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	03	03	=0=	=0=
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	=0=	=0=	=0=	=0=
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	=0=	=0=	=0=	=0=
2. Servidores com Contratos Temporários	=0=	=0=	=0=	=0=
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	=0=	=0=	=0=	=0=
4. Total de Servidores (1+2+3)	=0=	=0=	=0=	=0=

Fonte:

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	06
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	=0=
1.2. Exercício de Função de Confiança	=0=
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	06
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	=0=
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	=0=
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	=0=
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	=0=
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	=0=
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	=0=
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	=0=
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	=0=
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	=0=
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	=0=
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	=0=
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	=0=
4.1. Doença em Pessoa da Família	=0=
4.2. Capacitação	=0=
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	=0=
5.1. Afastamento do Cônjugue ou Companheiro	=0=
5.2. Serviço Militar	=0=
5.3. Atividade Política	=0=
5.4. Interesses Particulares	=0=
5.5. Mandato Classista	=0=
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	=0=
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	06

Fonte:

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

O Quadro A.7.3 abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ, baseando-se na estrutura apresentada no Quadro A.7.1.

Quadro A.7.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	03	03
1.1. Cargos Natureza Especial	=0=	=0=	=0=	=0=

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	03	03
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	09	09	03	02
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	01	01	=0=	=0=
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	=0=	=0=	=0=	=0=
1.2.4. Sem Vínculo	03	03	=0=	01
1.2.5. Aposentados	=0=	=0=	=0=	=0=
2. Funções Gratificadas	03	03	=0=	=0=
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	03	03	=0=	=0=
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	=0=	=0=	=0=	=0=
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	=0=	=0=	=0=	=0=
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	16	16	03	03

Fonte:

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.7.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	05	16	11	42	04
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
1.2. Servidores de Carreira	05	16	11	42	04
1.3. Servidores com Contratos Temporários	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2. Provimento de Cargo em Comissão	=0=	07	03	06	=0=
2.1. Cargos de Natureza Especial	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	=0=	07	03	03	=0=
2.3. Funções Gratificadas	=0=	=0=	=0=	03	=0=
3. Totais (1+2)	05	23	14	48	04

Fonte:

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.7.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	=0=	=0=	=0=	=0=	20	43	05	07	03
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
1.2. Servidores de Carreira	=0=	=0=	=0=	=0=	20	43	05	07	03
1.3. Servidores com Contratos Temporários	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2. Provimento de Cargo em Comissão	=0=	=0=	=0=	=0=	05	04	03	03	=0=
2.1. Cargos de Natureza Especial	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	=0=								

Superior		=0=	=0=	=0=	03	03	03	03	=0=
2.3. Funções Gratificadas	=0=	=0=	=0=	=0=	02	01	=0=	=0=	=0=
3. Totais (1+2)	=0=	=0=	=0=	=0=	25	47	08	10	03
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Valores em R\$ 1,00		
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
	2011	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
	2010	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	11.175.411,75	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	79.887,10	=0=	11.255.298,85
	2011	10.956.419,23	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	10.956.419,23
	2010	10.529.512,98	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	19.877,13	=0=	10.549.390,11
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
	2011	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
	2010	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
	2011	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
	2010	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
	2011	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
	2010	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=

Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
Exercícios	2012	865.927,14	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	865.927,14
	2011	807.025,94	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	807.025,94
	2010	818.759,38	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	818.759,38
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas												
Exercícios	2012	166.709,18	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	166.709,18
	2011	162.819,04	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	162.819,04
	2010	161.184,73	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	161.184,73
Fonte:												

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ - Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.7.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	39	11
1.1 Voluntária	36	11
1.2 Compulsória	=0=	=0=
1.3 Invalidez Permanente	03	=0=
1.4 Outras	=0=	=0=
2. Proporcional	52	01
2.1 Voluntária	50	=0=
2.2 Compulsória	01	01
2.3 Invalidez Permanente	01	=0=
2.4 Outras	=0=	=0=
3. Totais (1+2)	91	12

Fonte:

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	21	01
1.1. Integral	11	01
1.2. Proporcional	10	=0=
2. Em Atividade	11	=0=
3. Total (1+2)	32	01

Fonte:

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No que diz respeito a esta questão temos a esclarecer que o INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, passamos a oferecer as seguintes respostas:

- a) Não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este Órgão tem recebido candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto à acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

- b) Não há nenhum tipo de controle implementado e periodicidade de revisão;
- c) Não existem controles implementados em termos de utilidade e eficiência;
- d) Quanto à existência e o quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do INCRA, podemos afirmar que este Órgão não dispõe destes dados. Porém, frisamos que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGEP/MP, efetuam cruzamento de dados e constatam a acumulação indevida de servidor desta Autarquia as providências visando sanar a irregularidade são imediatamente adotadas, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

- a) No exercício de 2012 não foram feitas notificações, visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela SEGEP/MP;
- b) Não existe quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;
- c) Não há resultado relativo a notificações realizadas;
- d) Não houve processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.

OBS: Importa informar que as informações relativas aos itens 6.1.5 E 6.1.6 foram espelhadas na análise dos fatos pela nossa Coordenação-Geral de Recursos Humanos do nosso Órgão Central – informações anotadas no Sistema WIKI INCRA, criado com o objetivo de facilitar a interação entre os responsáveis pela produção de documentos oficiais deste Instituto.

Esta UJ se baseou no Sistema em comento para efetuar o preenchimento do presente Relatório de Gestão do exercício/2012.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.7.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de aposentadoria	11	08	11	08
Concessão de pensão civil	01	01	01	01
Concessão de pensão especial a ex-combatente	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de reforma	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de pensão militar	=0=	=0=	=0=	=0=
Alteração do fundamento legal de ato concessório	=0=	=0=	=0=	=0=

Totais	12	09	12	09
---------------	-----------	-----------	-----------	-----------

O Quadro A.7.10 a seguir tem o objetivo de evidenciar a relação entre a quantidade dos atos sujeitos à comunicação ao TCU ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de atos efetivamente cadastrada no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, de forma demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal da UJ com o art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Quadro A.7.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	=0=	=0=	=0=	=0=
Cancelamento de concessão	=0=	=0=	=0=	=0=
Cancelamento de desligamento	=0=	=0=	=0=	=0=
Totais	=0=	=0=	=0=	=0=

Quadro A.7.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de aposentadoria	=0=	11	=0=	=0=
Concessão de pensão civil	=0=	01	=0=	=0=
Concessão de pensão especial a ex-combatente	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de reforma	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de pensão militar	=0=	=0=	=0=	=0=
Alteração do fundamento legal de ato concessório	=0=	=0=	=0=	=0=
Total	=0=	12	=0=	=0=
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	=0=	=0=	=0=	=0=
Cancelamento de concessão	=0=	=0=	=0=	=0=
Cancelamento de desligamento	=0=	=0=	=0=	=0=
Total	=0=	=0=	=0=	=0=

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

O Quadro A.7.12 a seguir tem por objetivo evidenciar a quantidade de atos que devem ser comunicados ao TCU, porém, sem o uso do SISAC, nos termos do art. 14 da IN TCU 55/2007.

Quadro A.7.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosa ou indenizatórias	=0=	=0=	=0=	=0=
Outros atos fora do SISAC (especificar)	=0=	=0=	=0=	=0=
Totais	=0=	=0=	=0=	=0=

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.7.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de aposentadoria	03	=0=	=0=	=0=
Concessão de pensão civil	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de pensão especial a ex-combatente	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de reforma	=0=	=0=	=0=	=0=
Concessão de pensão militar	=0=	=0=	=0=	=0=
Alteração do fundamento legal de ato concessório	=0=	=0=	=0=	=0=
Totais	03	=0=	=0=	=0=

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UJ em comento não é responsável pela área de recursos humanos. Lembrando que, por contenção de despesas deste instituto, o Governo Federal extinguiu em meados do ano 2000, as Divisões de Recursos Humanos/DAH das Superintendências Regionais, tendo extinguido também naquela época os Setores de Contabilidade das regionais.

Diante do exposto, a responsabilidade pelos indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos deste Instituto cabe à nossa Coordenação de Recursos Humanos, ou seja, ao INCRA/SEDE – BRASÍLIA/DF.

No tocante ao desempenho funcional, os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que o primeiro interstício de avaliação para fins de concessão da GDARA e da GDAPA corresponde ao período de 01/07/11 a 29/02/12, portanto, os servidores foram avaliados no mês de março/12, observando o disposto no Decreto nº 7.133/10.

Segundo informa o DAH do INCRA/SEDE, periodicamente são elaborados relatórios gerenciais para avaliação da força de trabalho que compõe o Quadro de Pessoal do INCRA.

Pelos termos, acreditamos que as informações, sobre futuras previsões de desenvolvimento de indicadlWEres deverá, se for o caso, ser objeto de cobrança dos órgãos de controle do Governo Federal perante nosso Órgão Central.

Junto aos ANEXOS deste relatório tecemos algumas considerações e juntamos GRÁFICOS E QUADROS que foram elaborados pelo nosso Órgão Central (encontram-se disponíveis no

Sistema WIKI INCRA), onde consta estudo sobre a situação dos Recursos Humanos deste Instituto no período de 2003 a 2011.

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.7.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Fonte:					

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.7.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.7.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Portaria nº 508/2009 do MPOG	508	29/12/2009	550
Edital nº 02 do INCRA/DA	02	13/11/2012	550
	=0=	=0=	=0=
Fonte:			

Análise da Situação:

Segundo informa o DAH do INCRA/SEDE, o concurso público teve o primeiro edital publicado em 08/04/2010, tendo ocorrido a prorrogação do mesmo em 13/11/2012, com validade

até o dia 29/12/2013, que permite à Autarquia Federal continuar o provimento das 550 vagas previstas.

Ressalte-se, no entanto, que o referido concurso não tem relação com a substituição de terceirizados, pois as contratações de terceirizados na regional são apenas para vigilância, limpeza, higiene, recepção, copeiragem e serviços manutenção de informática, ou seja, não estão nos planos de carreira do Governo Federal.

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante											
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA – SR 10 (SC)											
UG/Gestão: 373070/37201				CNPJ: 00.375.972/0012-13							
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
					01/07/08	30/06/13			1		
2008	V	O	4.000/2008.	03.130.750/0001-76	01/07/08	30/06/13			1		P
2010	L	O	8.000/2010.	84.965.706/0001-88	01/08/10	31/07/15	4				E
2012	V	O	1.000/2012.	03.130.750/0001-76	13/02/12	12/03/17			3		P
2012	L	O	1.000/2013 .	79.283065/0001-41	03/01/13	02/01/18	8				A
2012	L	E	3.000/2012.	79.283065/0001-41	0307/12	30/12/12	8				E
Observações:											
LEGENDA											
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.											

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.	
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.	
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.	
Fonte:	

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.7.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante											
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA – SR 10 (SC)											
UG/Gestão:373070/37201				CNPJ: 00.375.972/0012-13							
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
									P	C	
2007	5. Recepção	O	6.000/2007.	78.533.312/0001-58	21/01/08	20/01/13			13		E
2007	12. outros/digitador	O	6.000/2007.	78.533.312/0001-58	21/01/08	20/01/13			4		E
2010	4. Copeiragem	O	8.000/2010.	84.965.706/0001-88	01/08/10	31/07/15	1				E
2011	3. Informática	O	4.000/2011.	85.240.869/0001-66	13/06/11	12/06/16			2		A

2012	4. Copeiragem	O	1.000/2013.	79.283065/0001-41	03/01/13	02/01/18	1						A
2012	4. Copeiragem	E	3.000/2012.	79.283065/0001-41	03/07/12	30/12/12	1						E

Observações:

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Informática;	
4. Copeiragem;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadistas	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes	
12. Outras	
Fonte:	

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.7.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	03	03	03	02	16.368,00
1.1 Área Fim	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
1.2 Área Meio	03	03	03	02	16.368,00
2. Nível Médio	01	01	01	01	4.020,00
2.1 Área Fim	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2.2 Área Meio	01	01	01	01	4.020,00
3. Total (1+2)	04	04	04	03	20.388,00

Fonte:

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Neste subitem o gestor evidencia a forma pela qual a UJ realiza a gestão da frota de veículos sob sua responsabilidade. Em sua análise o gestor se posicionou, conforme recomendado sobre os seguintes aspectos:

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos se baseia nas orientações contidas na Instrução Normativa Nº 3, de 15 de maio de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

b) Os veículos a disposição desta UNIDADE são de fundamental importância para atendimento das necessidades desta superintendência, uma vez que a grande maioria das atividades são executadas em CAMPO, necessitando dessa forma de deslocamento. Destacamos também que existem três veículos de pequeno porte que são utilizados para deslocamento de expedientes na Grande Florianópolis e para viagens que não envolvam deslocamento por estradas de chão, a exemplo de prefeituras municipais e a própria UA do Incra em Chapecó SC.

Ver Quadro juntado abaixo contendo a Tabela de Veículos em uso na regional:

VEÍCULOS EM USO NO INCRA/SR(10)SC

TABELA VEÍCULOS DO INCRA NA SUPERINTENDÊNCIA DE SANTA CATARINA

PLACA	MARCA	MODELO	ANO/ MODELO	GRUPO	CARACTER	IDADE (ANOS)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
MFH-6092	MMC	L200 4X4 GL	2005/2005	IV	CAMINHONETE	8	BOM
MMA-5769	MMC	L200 4X4 GL	2011/2012	IV	CAMINHONETE	2	EXCELENTE
MIK-3851	FIAT	PALIO ATTR. 1.4	2011/2011	IV	AUTOMÓVEL	2	EXCELENTE
MDE-5765	MMC	L200 4X4 GL	2006/2006	IV	CAMINHONETE	7	SATISFATÓRIO
MFH-6082	MMC	L200 4X4 GL	2005/2005	IV	CAMINHONETE	8	BOM
MFV-7639	FORD	RANGER XL 13P	2007/2008	IV	CAMINHONETE	6	BOM
MIW-1679	FIAT	LINEA LX 1.8	2010/2011	IV	AUTOMÓVEL	3	EXCELENTE
MHJ-9142	MMC	L200 4X4 GL	2007/2007	IV	CAMINHONETE	6	BOM
MFV-7649	FORD	RANGER XL 13P	2007/2008	IV	CAMINHONETE	6	BOM
MGZ-3710	NISSAN	FRONTIER4x4 SE	2003/2004	IV	CAMINHONETE	10	SATISFATÓRIO
MFH-6062	MMC	L200 4X4 GL	2005/2005	IV	CAMINHONETE	8	SATISFATÓRIO
MEB-8047	MMC	L200 4X4 GL	2006/2007	IV	CAMINHONETE	7	BOM
MFG-8107	FIAT	PALIO ELX FLEX	2008/2009	IV	AUTOMÓVEL	5	BOM
MGC-1038	VW	25250 CNC 6X2	2007/2008	IV	CAMINHÃO	6	BOM
MEN-8571	GM	S10 COLINA D4x4	2005/2005	IV	CAMINHONETE	8	PÉSSIMO
MFG-4121	FORD	FIESTA STREET	2006/2006	IV	AUTOMÓVEL	7	PÉSSIMO
MEP-4501	VW	GOL 1.6 POWER	2005/2005	IV	AUTOMÓVEL	8	PÉSSIMO
LZV-6225	TOYOTA	HILUX	1998/1998	IV	CAMINHONETE	15	PÉSSIMO

VEÍCULOS EM USO NO INCRA/UA/SC - SUBUNIDADE

TABELA VEÍCULOS DO INCRA UNIDADE AVANÇADA SANTA CATARINA

PLACA	MARCA	MODELO	ANO/ MODELO	GRUPO	CARACTER	IDADE (ANOS)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
LYZ-2147	GM	S-10	1997	IV	CAMIONETA	16	PÉSSIMO
MGG-3128	FORD	RANGER	2007/2008	IV	AUTOMÓVEL	06	BOM
MCH-0285	FORD	RANGER	2004/2004	IV	CAMIONETA	09	REGULAR
LWX-6853	TOYOTA	BANDEIRANTE	1995/1995	IV	CAMOONETA	18	PÉSSIMO
LZT-8294	TOYOTA	HILUX	1998/1998	IV	CAMIONETA	15	PÉSSIMO
MFT-0842	FIAT	PÁLIO	2005/2006	IV	AUTOMÓVEL	07	BOM
MFG-4131	FORD	FIESTA	2006/2006	IV	AUTOMÓVEL	07	SATISFATÓRIO
MEP-4581	GM	CELTA	2005/2005	IV	AUTOMÓVEL	08	SATISFATÓRIO
ALN-5936	VOLKS	GOL	2004/2004	IV	AUTOMÓVEL	09	SATISFATÓRIO
MFG-8117	FIAT	PÁLIO	2008/2009	IV	AUTOMÓVEL	06	BOM
MGA-7488	FIAT	PÁLIO	2007/2008	IV	AUTOMÓVEL	06	BOM
MGA-7458	FIAT	PÁLIO	2007/2008	IV	AUTOMÓVEL	06	BOM
MGA-7378	FIAT	PÁLIO	2007/2008	IV	AUTOMÓVEL	06	BOM

MÉDIA QUILOMETRO RODADO POR GRUPO DO INCRA/SR(10)SC

DEMONSTRATIVO MÉDIA POR QUILOMETRO – GRUPO IV

VEÍCULOS	KM RODADO	TOTAL LITROS	MÉDIA GERAL
VEÍCULOS A DIESEL	187066	23297,2	8,03
VEÍCULOS A GASOLINA	44157	3716,37	11,88

c) Idade média da frota, por grupo de veículos INCRA/SR(10)SC: a idade média da frota de veículos lotados nesta SR(10)SC é de 6,29 anos – no INCRA/UA/SC é de 9,15 anos.

d) Custo associado Da manutenção do INCRA/SR(10)SC

VEÍCULOS	KM RODADO	TOTAL DE GASTOS	CUSTO GERAL
VEÍCULOS A DIESEL	187066	R\$ 137.393,58	0,73 POR KM RODADO
VEÍCULOS A GASOLINA	44157	R\$ 23.225,90	0,53 POR KM RODADO

e) Plano de substituição da frota: não há plano de substituição da frota. Tais controles e tomadas de decisões são provenientes da sede do INCRASEDE em Brasília DF, que centraliza as aquisições de veículos neste Instituto.

f) Razão de escolha da aquisição em detrimento da locação: considerando que o volume das viagens e a quilometragem de utilização da frota, a aquisição e manutenção é mais adequada do que a própria locação.

g) Estrutura de controle: a frota atualmente é controlada através do sistema TICKET, onde a referida empresa foi contratada para gerenciar esse tipo de serviços, incluindo manutenção e oferta de combustível em postos conveniados. Esse sistema é administrado de forma on-line, sendo possível a emissão de relatórios imediatos dos mais diversos itens. Há um servidor específico no INCRA/SR(10)SC e também no INCRA/UA/SC que mantém o controle de utilização dos veículos, entre viagens, manutenção e outros relacionados a frota.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro A.8.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro A.8.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1	01	01
	município 2	01	01
	município “n”	02	02
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	=0=	=0=
	município 2	=0=	=0=
	município “n”	=0=	=0=
	Subtotal Brasil	Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	=0=	=0=
	cidade 2	=0=	=0=
	cidade “n”	=0=	=0=
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	=0=	=0=
	cidade 2	=0=	=0=
	cidade “n”	=0=	=0=
	Subtotal Exterior	=0=	=0=
Total (Brasil + Exterior)		04	04

Fonte:

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O Quadro A.7.2 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro A.8.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	02	02
	município 1	01	01
	município 2	01	01
	município “n”	=0=	=0=
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	=0=	=0=
	município 2	=0=	=0=
	município “n”	=0=	=0=

Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	=0=	=0=
	cidade 2	=0=	=0=
	cidade “n”	=0=	=0=
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	=0=	=0=
	cidade 2	=0=	=0=
	cidade “n”	=0=	=0=
	Subtotal Exterior	=0=	=0=
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte:

Discriminação da situação em 2012:

- a) Município 1 – Florianópolis/SC – Trata-se de imóvel locado para a antiga sede da Superintendência Regional de Santa Catarina – como Edifício Sede do INCRA/SR(10)SC – Sita a Rua Jeronimo Coelho, 185 – Centro – Florianópolis/SC – destacando que houve mudança para a nova sede no mês de Maio/2012 – não havendo mais despesas com locação a partir do mês em comento;
- b) Município 2 – Chapecó/SC – Trata-se de imóvel locado pela Superintendência Regional de Santa Catarina – como Edifício Sede da Unidade Avançada de Santa Catarina/INCRA/UA/SC – Sita na Avenida Getúlio Vargas, 180/S – Centro – Chapecó/SC.

OBS: Importa ressaltar que o imóvel locado pelo INCRA/SR(10)SC foi entregue ao proprietário não havendo mais a locação em Florianópolis/SC. Evidenciando que no tocante ao imóvel locado para sede da nossa INCRA/UA/SC em Chapecó/SC teve diminuição de área locada, havendo, portanto, diminuição de custo com a locação em comento.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

O Quadro A.8.3 a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro devem ser relacionados todos os imóveis que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada.

Quadro A.8.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373070	8327 00058.500-3	4	1	610.217,55	12/07/2012	3.512.860,00	=0=	=0=
373070	8073 00026-500-3	4	8	7.145.000,00	20/08/2012	7.145.000,00	=0=	=0=
373070	8073 00008.500-5	4	8	7.145.000,00	26/06/2000	7.145.000,00	=0=	=0=
Total								
Fonte:								

Análise Crítica da Situação:

a) Tratam-se de imóveis cedidos para a Superintendência Regional de Santa Catarina, sendo:

*1 - 01 Imóvel cedido pelo Ministério da Agricultura – através do Departamento de Patrimônio da União/DPU de Florianópolis/SC – localizado em Florianópolis – utilizado para Garagem/Depósito da regional;

*2 - 01 Imóvel cedido pelo Departamento de Patrimônio da União/DPU de Florianópolis/SC – localizado em São José/SC – utilizado para Edificação da nova SEDE do INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina - INCRA/SR(10)SC – cuja inauguração ocorreu em meados do mês de Maio/2012;

*3 - 02 - Imóveis cedido pelo Ministério do Exército – através do Departamento de Patrimônio da União de Florianópolis/SC – localizados no interior do município da Canoinhas - Estado de Santa Catarina..

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.9.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados

1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
x	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditória de governança de TI.
	Auditória de sistemas de informação.
	Auditória de segurança da informação.
	Auditória de contratos de TI.
	Auditória de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.

<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócios.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:

5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:

	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.

6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:

	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.

7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre

(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).

8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)

	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?

<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

8.2 Análise Crítica

Informamos que este Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação

mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET – na Sede do Incra em Brasília.

Segundo o nosso Órgão Central, o INCRA elaborou o “Diagnóstico e Proposições no Contexto do Desenvolvimento Agrário 2011/2014” de forma participativa. Este documento teve a colaboração dos superintendentes regionais, por meio do encontro de dirigentes realizado em agosto de 2011, das Diretorias e das Coordenações-Gerais e a coordenação do gabinete da Presidência do INCRA.

O referido diagnóstico aponta diversas informações sobre o INCRA, tais como: principais ações realizadas; estrutura e força de trabalho; Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária – PQRA; impactos dos assentamentos no desenvolvimento econômico; orçamento do INCRA; passivos e perspectivas das ações para 2011/2014; principais problemas e ações necessárias para combatê-las.

De forma complementar e resumida, embasada nas informações do referido documento foi elaborado um estudo intitulado “A Reforma Agrária no Governo Dilma: Política de Desenvolvimento Agrário, de Combate à Pobreza Extrema e de Aceleração do Crescimento”, que aponta o diagnóstico dos principais passivos/problemas, os resultados esperados nos cenários desfavoráveis e favoráveis, bem como as principais condicionantes para o alcance das metas no contexto do cenário favorável.

Para facilitar a interação entre os responsáveis pela produção de documentos oficiais do INCRA foi criado o Sistema WIKI INCRA que possibilita a edição de documentos de forma colaborativa entre vários atores, bem como registra todo o histórico de alterações e quem realizou cada uma das alterações.

No que tange ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o mesmo tem como objetivo atender a Instrução Normativa nº 04 SLTI/MPOG e apresenta as políticas, objetivos e estratégias que deverão nortear os rumos da Área de Tecnologia da Informação do INCRA para os próximos quatro anos, no período de 2010 a 2014.

Ali estão relacionadas as ações tecnológicas alinhadas às ações político-institucional conduzidas pela atual administração, tendo como propósito definir, de forma clara, metas realistas e consistentes com a missão social do INCRA, dentro de limites temporais e orçamentários. Busca também o correto equilíbrio entre o atendimento à expectativa das áreas clientes quanto ao serviço prestado pela Área de Tecnologia da Informação (DET) e a organização interna da mesma, a fim de minimizar custos e viabilizar soluções.

Neste processo de planejamento, à reflexão técnica, foi somada a reflexão social, embaladas pela ampliação do espírito colaborativo, pela preocupação efetiva de resgate da dignidade e cidadania no país e pelas ações concretas de melhoria da vida dos brasileiros, que passaram a ocupar a agenda nacional. O papel social da Tecnologia da Informação, principalmente como mecanismo de automação e melhora nos processos internos e externos, foi realmente considerado como premissa para as definições que se seguiram.

Como na condução dos trabalhos privilegiou-se a ação participativa, todos os Coordenadores das diversas diretórias do INCRA foram ouvidos e realizaram, com suas equipes, o levantamento de necessidades de sua coordenação e a avaliação dos serviços de tecnologia prestados pela DET. A colaboração teve como objetivo criar um trabalho mais consistente e próximo da realidade do INCRA, bem como conquistar o apoio de todos quanto aos objetivos constantes do plano e suas ações decorrentes.

A abrangência das soluções obtida com este trabalho será preservada e comunicada, de forma a garantir a todos o conhecimento das diretrizes, aqui equacionadas, para que todos possam contribuir de forma pró-ativa no acompanhamento e na implementação de todas as ações da Área de Tecnologia da Informação. A construção deste consenso corporativo deve ser modelo para o estabelecimento de processo capaz de acompanhar e viabilizar o alcance dos objetivos presentes no Plano.

Entretanto, por tratar-se de instrumento de cunho estratégico, o PDTI será periodicamente reavaliado, de modo a permitirem-se atualizações baseadas nas grandes mudanças no ambiente e a garantir-se a adequação das ações da Área de Tecnologia da Informação a missão institucional do INCRA.

No tocante a esta UJ, particularmente, a seguir descreve-se sucintamente as principais ações realizadas durante o ano de 2012 no setor de Tecnologia da Informação. O exercício de 2012 comportou mudanças no INCRA SR-10, a começar pela mudança de sua localização e sede física, antes no município de Florianópolis e agora no município de São José. A mudança de localidade veio acompanhada de uma nova infraestrutura de rede e de telefonia - deixando de lado a rede que antes era cascataada para uma rede lógica - com maior controle e rapidez de acesso.

O ambiente de trabalho da TI teve uma boa melhoria no espaço físico principalmente para os servidores que nele desempenham suas atividades, os quais dispõem agora de uma sala exclusiva e climatizada. Destaca-se também a melhoria de banda de Internet passando de 34 Mbps para 64 Mbps, melhorando assim o acesso a sistemas corporativos/governamentais que utilizam a internet (Ex: Siafi, Sisprot, Siap e outros).

Com esta reforma a TI passou a contar com uma estrutura mais adequada ao seu funcionamento, permitindo, inclusive, que medidas de segurança fossem tomadas. A TI ficou dividida em dois setores, o primeiro de acesso público, formado pelos Técnicos com um ambiente para manutenção. O segundo espaço (Rede), de acesso restrito, contando com câmeras de vigilância.

Durante o exercício de 2012 foi possível mapear a rede e a telefonia de todos os ambientes do prédio. Muitos dos objetivos definidos para 2012 foram alcançados, porém o impacto maior destas atividades só será sentido em 2013/2014, com a aquisição dos moveis e equipamentos de informática, já solicitados à área de TI do INCRA/Sede, bem como a aquisição dos aplicativos de suma importância como Office, AutoCAD, e outros necessários para atender a necessidade desta UJ.

Durante o ano 2012 muitas responsabilidades foram incorporadas e estas tendem aumentar cada vez mais, dado o cenário de crescimento do INCRA SR-10 e da importância da TI enunciada pela atual gestão nacional.

Um dos grandes desafios do INCRA – tanto a Sede quanto as Superintendências Regionais, dentre as quais esta UJ - na área da TI é a incorporação, no âmbito do plano estratégico institucional, de indicadores e metas de desempenho, distribuição e definição dos papéis em relação à gestão corporativa de TI, para, a partir de então, adotar-se uma rotina de monitoramento e avaliação constante da gestão de TI, principalmente no que tange às exigências sociais do público demandatário dos serviços da autarquia em adequação com as disposições normativas que regem a matéria.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 a seguir, denominado **Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					x
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Resposta: descarte de produtos e matérias primas.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				x	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					x
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.				x	
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Resposta: aquisição de veículos bicompostível.					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				x	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: Através de folder e internet.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					

Considerações Gerais: Nos últimos exercícios as licitações para aquisições de veículos automotores e bens e serviços de equipamentos de TI para uso corporativo foram realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Administração e Serviços Gerais (DAA) e pela Coordenação Geral de Tecnologia do nosso Órgão Central. Segundo informa o Órgão Central, as aquisições de bens e serviços e equipamentos de TI realizadas nos exercícios de 2010/2012, levaram em consideração o disposto na Instrução Normativa n.º 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, e o Decreto n.º 5.940/2006 que institui a separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Quadro A.10.2 a seguir, denominado **Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, bem como verificar se a UJ aderiu a algum tipo de programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental. Para tanto, o quadro encontra-se subdividido em duas partes distintas. Na primeira, o gestor deverá incluir informações sobre o tipo de programa, ano de adesão e resultados obtidos com a adesão a tal programa. Na segunda, o gestor deverá trazer informações sobre quantidades e valores despendidos com o consumo de papel, energia elétrica e água. Este quadro deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

Previamente ao preenchimento deste quadro, a UJ deverá detalhar a política por ela adotada para estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água. Esse detalhamento deverá ser demonstrado como um subitem imediatamente anterior ao Quadro A.9.2.

Quadro A.10.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade					
Nome do Programa	Año de Adesão	Resultados			
Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água					
Recurso Consumido	Quantidade			Valor	
	Exercícios				
	2012	2011	2010	2012	2011
Papel					
Água					

Energia Elétrica						
				Total	-	-
Fonte:						

OBS: A UJ não aderiu a nenhum programa de gestão ligado à temática da sustentabilidade ambiental. Entretanto, cabe ressaltar que a redução do consumo de papel, energia elétrica e água configura diretriz nacional, com metas a serem assumidas e cumpridas, no âmbito da execução do Plano Estratégico do INCRA 2013-2014, a ser divulgado até o final do mês de abril de 2013.

10. Conformidades e Tratamentos de Disposições Legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.11.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	025.203/2010-7	57/2012	1	DE	Acórdão
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC					1799
Descrição da Deliberação					
Determinar à Superintendência Regional de Santa Catarina do INCRA que, caso ainda não o tenha feito, adote as providências indicadas no Acórdão em comento, encaminhando ao TCU no prazo de 60 dias os documentos comprobatórios correspondentes às medidas e resultados obtidos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina					1799
Síntese da Providência Adotada					
Através do Ofício INCRA/SR(10)G/nº 1061/2012 de 13/04/2012 o INCRA/SC apresentou os documentos e também quais foram as providências adotadas para regularizar a situação dos Convênios nº 627.837 e 625.531.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foram retidos os valores e providenciado as baixas no Sistema SIAFI2012, foram tomadas as providências e levantado os valores a serem recolhidos pelas Convenentes dos Convênios nº 627.837 e 625.531 nos termos determinados pelo Órgão de Controle Externo do Governo Federal.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Em novembro de 2012 através do Acórdão nº 2001/2012/TCU – Plenário, houve determinação de que fossem tomadas novas providências pelo INCRA/SC e que se recolhessem valores do período em que o Convênio nº 625.531 esteve paralisado por conta do ACÓRDÃO Nº 3047/2009. No ACÓRDÃO nº 57/2012 restou definido pelo TCU de que adotadas as medidas impostas pelo mesmo, ficariam sanadas as irregularidades e o processo seria arquivado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	025.203/2010-7	2001/2012	1	DE	Ofício nº 661/2012-TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC					Código SIORG
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC					1799
Descrição da Deliberação					
Determinar à Superintendência Regional de Santa Catarina do INCRA que, adote as providências indicadas no Acórdão em comento, encaminhando ao TCU no prazo de 60 dias os documentos comprobatórios do recolhimento de valores do período em que o Convênio nº 625531 e apresenta-se às medidas e resultados obtidos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina					Código SIORG
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina					1799
Síntese da Providência Adotada					
Através do Ofício INCRA/SR(10)G/nº 2799/2012 de 27/11/2012 o INCRA/SC apresentou os documentos e também quais foram as providências adotadas para regularizar a situação dos Convênios nº 625.531, lembrando que ficou acordado que a conveniente recolheria os valores em parcelas mensais, o que se encontra em andamento .					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foram levantados e estão sendo recolhidos os valores do Convênio nº 625.531, nos termos determinados pelo Órgão de Controle Externo do Governo Federal, conforme informado pelo INCRA/SC no ofício acima citado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Foram adotadas as medidas impostas pelo mesmo TCU, ou seja, o INCRA/SR(10)SC cumpriu as determinações no acórdão em comento.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	045.678/2012-0	AUDIÊNCIA	1	RE	Ofício nº 948/2012-TCU-SECEX-SC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC					Código SIORG
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC					1799
Descrição da Deliberação					
Procedeu o TCU/SECEX-SC audiência determinando que o INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina, apresenta-se no prazo de 15 dias da comunicação, razões e justificativas quanto ao pagamento de diárias a servidores aposentados – Gilberto Martins e Godofredo Otomar Leising – ambos aposentados em 28/06/2012, sem indicação de que tenha havido o deslocamento a serviço, em possível afronta ao art. 58 da Lei nº 8.112/90.					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina	1799
Síntese da Providência Adotada	
Através do Ofício INCRA/SR(10)G/nº 3107/2012 de 18/12/2012 o INCRA/SC apresentou as razões e justificativas para o procedimento, argumentou sobre a situação e pediu em caso de não haver forma de pagar os trabalhos prestados pelos servidores aposentados deste Instituto, se não haveria possibilidade de parcelar a restituição se for o caso.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Foi levado a nossa resposta, de ofício, ao Órgão de Controle Externo estando o INCRA/SC no aguardo da decisão do TCU/SECEX-SC.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Foram respondido os questionamentos estando o INCRA/SR(10)SC à disposição do TCU/SECEX-SC para demais providências se por acaso houver.	

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

OBS: Salvo melhor juízo, esta UJ cumpriu todas as deliberações/solicitações do TCU no exercício em comento.

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.11.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01 a 23	2012/3484	01 a 23	Ofício nº 9.644/2012 da CGU-R/SC		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU-R/SC.					
Descrição da Recomendação					
Realização de trabalhos de Auditoria Anual de Contas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC.		1799			
Síntese da Providência Adotada					
Foram apresentadas justificativas, manifestações e providências pelo INCRA/SR(10)SC, nos termos solicitados e recomendados pelo Órgão de Controle Interno do Governo Federal.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Conforme citado dentro das nossas possibilidades foram feitas as argumentações, respondidos os questionamentos e levado ao conhecimento dos Setores da Regional os questionamentos da CGU-R/SC para melhora da gestão administrativa no INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A grande quantidade de Solicitações de Auditoria sobrecarrega os trabalhos administrativos do INCRA/SR(10)SC. O fator positivo é a busca de melhoria na gestão, controle e gestão dos recursos públicos.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01 a 23	2012/3484	01 a 23	Ofício nº 9.644/2012 da CGU-R/SC		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU-R/SC.					
Descrição da Recomendação					
Realização de trabalhos de Auditoria Anual de Contas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC.		1799			
Síntese da Providência Adotada					

Foram apresentadas justificativas, manifestações e providências pelo INCRA/SR(10)SC, nos termos solicitados e recomendados pelo Órgão de Controle Interno do Governo Federal.

Síntese dos Resultados Obtidos

Conforme citado dentro das nossas possibilidades foram feitas as argumentações, respondidos os questionamentos e levado ao conhecimento dos Setores da Regional os questionamentos da CGU-R/SC para melhora da gestão administrativa no INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A grande quantidade de Solicitações de Auditoria sobrecarrega os trabalhos administrativos do INCRA/SR(10)SC. O fator positivo é a busca de melhoria na gestão, controle e gestão dos recursos públicos.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa		Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		1799

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01 e 02	2012/3484	Certificação	Ofício nº 24.589/2012 da CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Código SIORG

Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU-R/SC.

Descrição da Recomendação

Constatações (49) e Constatação (33) relativo Certificação CGU-Auditoria de 2011 – RA/nº 201203484.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC.	1799

Síntese da Providência Adotada

Foi anunciado que foi cumprida a Recomendação da CONSTATAÇÃO (49), ou seja, que foi implantado o Sistema SPIUnet no INCRA/SR(10)SC. Foi também, levado ao conhecimento da CGU-R/SC de que a nossa Coordenação-Geral de Recursos Humanos apresentou argumentação e comprovação de que existe fundamento legal para que servidora deste Instituto cedida para o Ministério da Pesca e Aquicultura perceba a Gratificação específica da GDARA, nos termos do nosso Ofício/INCRA/SR(10)G/Nº 2063/2012.

Síntese dos Resultados Obtidos

Conforme citado acreditamos que foram atendidas as recomendações relativamente as CONSTATAÇÕES acima descritas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Adotadas as providências que o caso requeria, julgamos não haver comentários adicionais.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa		Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		1799

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01 a 18	201208136-02e 201211980-01	02	201208136-02 e 201211980-01

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Código SIORG

Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU-R/SC.

Descrição da Recomendação			
Inconsistências na Gestão Patrimonial e na Gestão de Recursos Humanos e falhas nos controles dos veículos oficiais e na concessão de diárias no INCRA/SR(10)SC.			
Dos fatos resultaram algumas CONSTATATAÇÕES por parte da CGU-R/SC que recomendou recolhimento de valores recebidos indevidamente através de diárias do INCRA/SC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC.			1799
Síntese da Providência Adotada			
Foi incialmente apresentadas justificativas, manifestações e providências pelo INCRA/SR(10)SC, conforme os termos do Ofício/INCRA/SR(10)/G/Nº 2433 e 2539/2012. Posteriormente esta Superintendência Regional ao concordar com as CONSTATATAÇÕES da Equipe de Auditoria da CGU-R/SC, apresentou o Ofício/INCRA/SR(10)/G/Nº 2548/2012, onde apresentou que houveram os recolhimentos dos valores recebidos na concessão de diárias, restando demonstrado que foram sanadas as inconsistências citadas nas CONSTATATAÇÕES enumeradas pelo Órgão de Controle Interno.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Com os recolhimentos dos valores foram conforme afirmamos sanadas as inconsistências, acreditando que a CGU-R/SC poderá acatar com ressalvas as implementações do INCRA/SC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fator positivo é a busca de melhoria na gestão e controle da frota de veículos e na concessão de diárias.			
Quadro A.10.3.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	NOTA DE AUDITORIA Nº 2012/03484/01	NA/201203484/01	NA/201203484/01
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU-R/SC.			
Descrição da Recomendação			
CONSTATATAÇÕES e RECOMENDAÇÕES solicitando RETIFICAR as inconsistências verificadas pela Equipe de Auditoria da CGU/R-SC que executou os trabalhos de auditagem no RELATÓRIO DE GESTÃO de 2011 do INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC.			1799
Síntese da Providência Adotada			
Foi incialmente apresentadas e providências pelo INCRA/SR(10)SC, conforme os termos do Ofício/INCRA/SR(10)/G/Nº 1335/2012. Posteriormente esta Superintendência Regional junto ao Relatório nº 201203484, onde a CGU/R-SC nos apresentou os resultados dos exames realizados sobre a Prestação de Contas Anual apresentada por esta regional, apresentou nas colunas – Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho e Providências Adotadas – apresentou as justificativas e providências adotadas, buscando regularizar as inconsistências..			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Acreditamos que foram sanadas as inconsistências, julgando de nossa parte, que caberá a CGU-R/SC julgar os fatos e também os resultados obtidos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Os fatores negativos é a complexidade do Relatório de Gestão que demanda muito trabalho da Equipe de servidores do INCRA/SR(10)SC. Quanto as providências a cargo do Gestor, acreditamos que foram respondidas e acatadas as recomendações da CGU/R-SC, relacionadas ao Relatório de Gestão/2011.

Quadro A.10.3.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	Solicitação de Auditoria nº 20110328/01	SA/20110328/01	SA/20110328/01		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU-R/SC.					
Descrição da Recomendação					
Auditoria da CGU/R-SC verificou, por meio de clipagens elaboradas pelas Coordenações do Órgão Central da CGU e de que pesquisa com a ferramenta Google, as notícias referente à UJ correspondentes ao período de janeiro a dezembro de 2011.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC.		1799			
Síntese da Providência Adotada					
Foram esclarecidos os fatos, apresentadas providências tomadas pelo INCRA/SR(10)SC, conforme os termos do Ofício/INCRA/SR(10)/G/Nº 334/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Acreditamos feito os esclarecimentos e tomadas as providências à cargo do INCRA/SR(10)SC caberá a CGU-R/SC julgar os fatos e também os resultados obtidos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Conforme manifestado no nosso ofício acima citado, julgamos não ser procedente trabalhos de auditagem através de um site de pesquisas – no caso presente através do Google.					

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
Descrição da Recomendação					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

À Auditoria Interna compete assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

Segundo nos informou a nossa Auditoria Interna no tocante a estruturação e nos trabalhos de acompanhamento da mesma temos a informar o que segue:

a)A Auditoria Interna do INCRA atualmente é composta por 04 Ocupantes de Cargos em Comissão sendo: 01 Auditor-Chefe (DAS-4), 01 Assistente (DAS-2), 02 Assistentes Técnicos (DAS-1), 6 técnicos com formação superior, 1 técnico com formação nível médio, 01 Assistente de Administração nível médio, 04 terceirizados e 02 estagiários conforme abaixo;

b)Nos demais quesitos, ou seja, 1) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações; 2) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência; 3) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna; 4) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna e outros, acreditamos que deverá ser objeto de informação no Relatório de Gestão do nosso Órgão Central.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	=0=	=0=	=0=
	Entregaram a DBR	=0=	=0=	=0=
	Não cumpriram a obrigação	=0=	=0=	=0=
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	=0=	=0=	=0=
	Entregaram a DBR	=0=	=0=	=0=
	Não cumpriram a obrigação	=0=	=0=	=0=
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	03	02	16
	Entregaram a DBR	03	02	16
	Não cumpriram a obrigação	=0=	=0=	=0=

Fonte:

10.3.1.1 Análise Crítica

Complementando as informações do Quadro A.10.7 a Unidade Jurisdicionada tem a acrescer o que segue:

- Foram cumpridas integralmente as obrigações de entregar a DBR;
- A unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR é o Setor de Recursos Humanos do INCRA/SC que atualmente conta com apenas duas servidoras, pois conforme informado neste relatório houve a centralização das atividades de RH no nosso Órgão Central;
- Não existe sistema informatizado para esse gerenciamento na UJ;
- Forma de recepção das DBR é em papel;
- Nesta UJ não existe nenhum tipo de análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;
- Forma de guarda das DBR é em pasta funcional dos servidores que exercem cargos em comissão. Salientando o RH, que todos os servidores comissionados preencheram e assinaram o Anexo I – da Portaria Interministerial MP/CGU/nº 298/2007 – que autoriza o acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.11.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
Eu, José Henrique Ferreira – CPF nº 342.119.349/53 – Chefe da Divisão de Administração do INCRA/SR(10)SC, exercido na Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC – declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Florianópolis/SC, 25 de Março de 2013.
<u>(José Henrique Ferreira)</u>
<u>(CPF/342.119.349-53)</u>
<u>(Chefe da Divisão de Administração)</u>

11. Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

- Segundo nos informou a nossa Coordenação-Geral de Contabilidade através de Planilhas elaboradas pela Coordenação-Geral de Patrimônio do nosso Órgão Central, a partir do exercício/2010 passou-se haver o registro pela mesma da Depreciação de Bens Móveis;
- Os procedimento adotados nesta UJ seguem o estabelecido na macrofunção SIAFI –ASSUNTO 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nessa referida macrofunção está contida a base legal de sua elaboração: Lei n 4.320/64, Lei Complementar n 101/00, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei n 10.180/2001.

A macrofunção informa ainda as metodologias a serem adotadas para:

- . se estimar a vida útil econômica dos ativos;
- . cálculo de depreciação, amortização e exaustão e taxas utilizadas;
- . realização de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívida, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

c) No processo administrativo a ser montado e entregue a CGU-R/SC juntaremos os comprovantes que contem os registros das depreciações dos últimos exercícios, o que demonstrara quais as providências tomadas pela nosso Central de Contabilidade.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.12.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina	373070		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p>			
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Florianópolis/SC	Data	25/03/2013
Contador Responsável	Claudia Carrano de Almeida	CRC nº	RS-059518/O/0T/SC

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.12.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p>	
a).....	
b).....	

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

OBS: Não se aplica a UJ.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

OBS: Não se aplica a UJ.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU N° 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU N° 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

Não se aplica a UJ.

12. Outras Informações Sobre a Gestão

Importa informar que esta UJ recebeu e aplicou provisões extras à Programação da UJ, que foram demonstrados junto aos ANEXOS deste relatório de gestão de 2012.

As estratégias de estabelecimento de metas do INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina se baseiam nos programas deste Instituto, cumprindo as nossas atividades ao âmbito do Estado de Santa Catarina. Com relação à estratégia de estabelecimento de metas da regional, elas são instituídas a princípio com base no projeto de lei orçamentária, onde os responsáveis pelas ações definem as metas físicas e limites orçamentários a serem executados pelas Superintendências Regionais a partir de dados/informações fornecidos pelas mesmas, levando em conta a capacidade operacional, perspectivas de parcerias e os custos unitários praticados tendo em vista as peculiaridades regionais, dentre outros. Isso acontece, em regra ao final do exercício que antecede o ano da vigência da Lei de Orçamento, ou no início deste último.

Nesse sentido, ss metas para o exercício seguinte terão como base as estabelecidas no Plano Plurianual, ajustadas aos limites orçamentários disponibilizados pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, Lei orçamentária Anual e Decreto de programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso, consubstanciadas nos parâmetros descritos acima, visando atender a execução das ações inerentes à Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiário, Agricultura Familiar e Enfrentamento ao Racismo, no exercício.

Ouvidoria Agrária Regional

No âmbito da estrutura regimental do INCRA, vinculada ao gabinete das Superintendências Regionais, dentre as quais esta UJ, está prevista a Ouvidoria Agrária, com as seguintes atribuições: prevenir e mediar conflitos agrários; articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e d) outras atividades compatíveis com suas atribuições.

A Ouvidoria Agrária Regional do INCRA/SC em 2012 adotou uma estratégia de atuação em conjunto com a Vara Estadual Agrária e com o Núcleo de Gerenciamento de Crises, setor especializado da Polícia Militar estadual em atuação no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Nesse sentido, o Gabinete desta UJ, por meio da Ouvidoria Agrária, participou de diversas audiências de reintegração de posse na Vara Agrária/SC, referente às áreas rurais ocupadas, bem como audiências de reintegração de posse envolvendo pescadores e atingidos por barragens.

Acrescente-se ainda a participação em reuniões no Ministério Público Estadual, Federal e na AGU/SC, bem como com os movimentos sociais MST, MAB, Pescadores e Comunidades Tradicionais, para tratar dos conflitos envolvendo cada movimento, no que tange à ocupação de áreas rurais onde haja conflito de interesses entre os diversos atores e o INCRA, ou entre aqueles e terceiros; atuação da Ouvidoria Agrária, junto à Policia Militar do Estado de Santa Catarina, no intuito de solicitar apoio policial aos servidores do INCRA/SC para a execução de Notificações de ocupantes irregulares de lotes em assentamentos sob jurisdição desta UJ, acompanhando várias destas notificações in loco.

Vale destacar também a elaboração de relatório junto às famílias assentadas de agricultores do município de Abelardo Luz, entregue ao Ministério Público e à Policia Civil, solicitando a prisão de sujeitos suspeitos de cometerem homicídio em assentamento. Vale destacar, que foram efetuadas prisões no âmbito do referido inquérito.

PARTE B–CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

13. Cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis

Todos os imóveis acima de 10.000,000 hectares, sob jurisdição desta UJ, já foram objeto de fiscalização, de acordo com o disposto na Portaria n.º 12/2006, não restando, portanto passivo

14.Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Cabe ressaltar que as dificuldades dos últimos exercícios financeiros persistem, conforme o que a seguir apresenta-se:

a)Corte no orçamento nacional, principalmente com relação ao Decreto 7.446/2011, que limitou a quantidade de diárias de servidores nos exercícios, minimizando a capacidade de execução dos trabalhos das áreas finalísticas, considerando que o INCRA é um órgão executor e possui convênios já em andamento que necessitam de fiscalização “in loco”. Projetamos os impactos mais significativos na execução das ações de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos Créditos Instalação (0427), nos trabalhos de supervisão dos Projetos de Assentamento, as fiscalizações dos convênios de infraestrutura (8396), de Assistência Técnica (4470) e PRONERA (8370), dos contratos de Demarcação Topográfica (8398), os trabalhos dos técnicos em reforma e desenvolvimento agrário (área de agrimensura) e técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, analistas em reforma e desenvolvimento agrário, que para executar as suas funções, dependem de viagens a campo. Os trabalhos de regularização fundiária e a de regularização dos Territórios Quilombolas também devem ser afetados.

c)Previsão de aposentadoria, no primeiro semestre de 2013, de vários servidores que já detinham as condições/requisitos para tal no biênio 2011/2012, o que deverá ocorrer em todas as divisões desta UJ, devido principalmente, a possíveis perdas na gratificação de atividade executiva a nível institucional – chamada GDARA.

d) Evasão da força de trabalho via aposentadorias e aprovação em novos concursos públicos, situação que depende de gestão político-administrativa junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, órgão com atribuição de autorizar a criação de vagas e nomeação de aprovados em eventuais concursos públicos realizados.

ANEXOS

ANEXO I - Quadro A.6.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante														
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC														
CNPJ: 00.375.972/0012-13		UG/GESTÃO: 373070 / 37201												
Informações sobre as Transferências														
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência							
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício								
							Início	Fim						
1	625.531	Associação Estadual de Cooperação Agrícola - AESCA	940.051,59	9.400,51	0,00	940.051,590	17/06/2008	14/04/2012	2					
1	627.837	Coop. De Trabalho e Extensão Rural Terra Viva – COOPTRASC	9.154.727,43	91.547,27	0,00	8.506.646,65	04/07/2008	24/04/2012	2					
1	700372/2008	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	606.100,00	6.100,00	0,00	600.000,00	30/12/2008	28/12/2012	1					
1	752073/2011	Pref. Municipal de São Miguel do Oeste	201.377,00	4.027,54	0,00	197.349,46	28/02/2011	06/04/2012	4					
1	755149/2011	Pref. Municipal de Abelardo Luz	3.013.329,00	31.000,00	0,00	0,00	22/01/2011	31/03/2012	5					
1	755986/2011	Pref. Municipal de Campo Erê	285.792,39	5.715,85	0,00	280.076,54	21/09/2011	06/08/2012	4					
1	756244/2011	Pref. Municipal de Chapecó	111.990,00	8.961,00	0,00	103.029,00	03/11/2011	30/06/2012	4					
1	759059/2011	Pref. Municipal de Rio Negrinho	242.892,18	4.857,84	0,00	0,00	01/08/2011	01/02/2012	5					
1	762014/2011	Pref. Municipal de Abelardo Luz	419.406,34	12.400,00	0,00	0,00	15/12/2011	14/12/2012	5					
1	762539/2011	Pref. Municipal de Abelardo Luz	270.000,00	20.000,00	0,00	0,00	12/12/2011	20/11/2012	5					
1	762517/2011	Pref. Municipal de Timbó Grande	405.978,25	8.478,25	0,00	0,00	09/12/2011	30/06/2012	5					
1	762541/2011	Pref. Municipal de Calmon	328.537,70	28.537,70	0,00	0,00	15/12/2011	15/12/2012	5					

1	762553/2011	Pref. Municipal de Matos Costa	370.000,00	10.326,07	0,00	0,00	09/12/2011	09/12/2012	5
1	762618/2011	Pref. Municipal de Caçador	100.000,00	8.000,00	0,00	0,00	20/12/2011	01/11/2012	5
1	762725/2011	Pref. Municipal de Vargem	154.500,00	4.500,00	0,00	0,00	09/12/2011	09/07/2012	5
1	762774/2011	Pref. Municipal de São Miguel do Oeste	256.590,00	6.590,00	0,00	0,00	14/12/2011	19/06/2012	5
1	764330/2011	Pref. Municipal de Lebon Régis	886.267,95	58.267,95	0,00	0,00	15/12/2011	31/12/2012	5
1	778526/2012	Pref. Municipal de Rio Negrinho	322.028,90	6.440,58	0,00	0,00	13/12/2012	10/08/2014	1
1	781252/2012	Pref. Municipal de Abelardo Luz	107.200,00	7.200,00	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2013	1
1	781278/2012	Pref. Municipal de Caçador	108.700,00	8.700,00	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2013	1
1	781283/2012	Pref. Municipal de São Miguel do Oeste	820.510,38	20.510,38	0,00	0,00	31/12/2012	31/03/2014	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

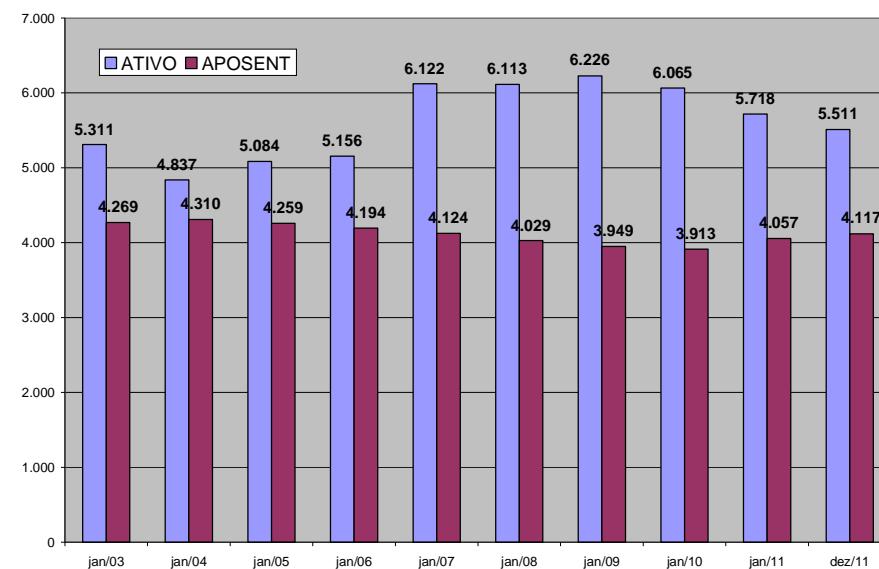
Fonte:

OBS: Ver comentários no Item 5.3.6 – com explicações sobre a Situação dos Convênios da UJ.

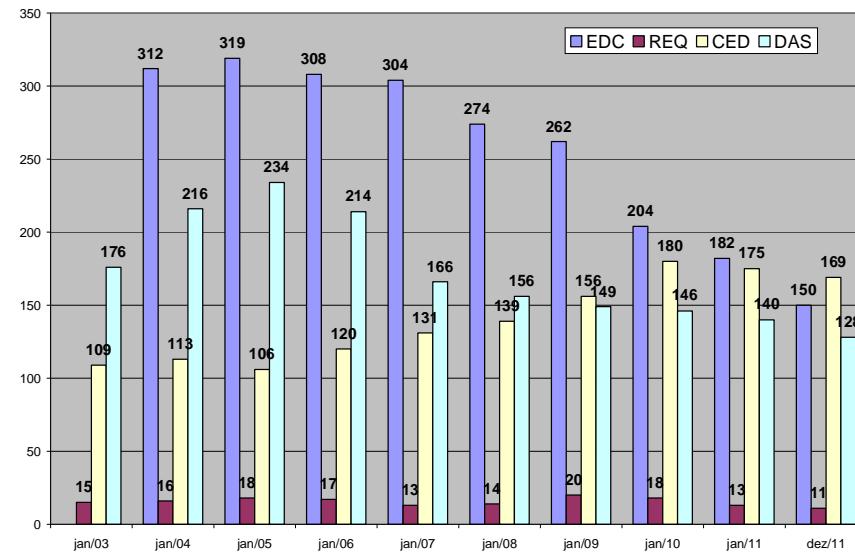
ANEXO II – CONTENDO INDICADORES GERENCIAIS DE RECURSOS HUMANOS 2003 A 2011

ELABORADO PELA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DESTE INSTITUTO

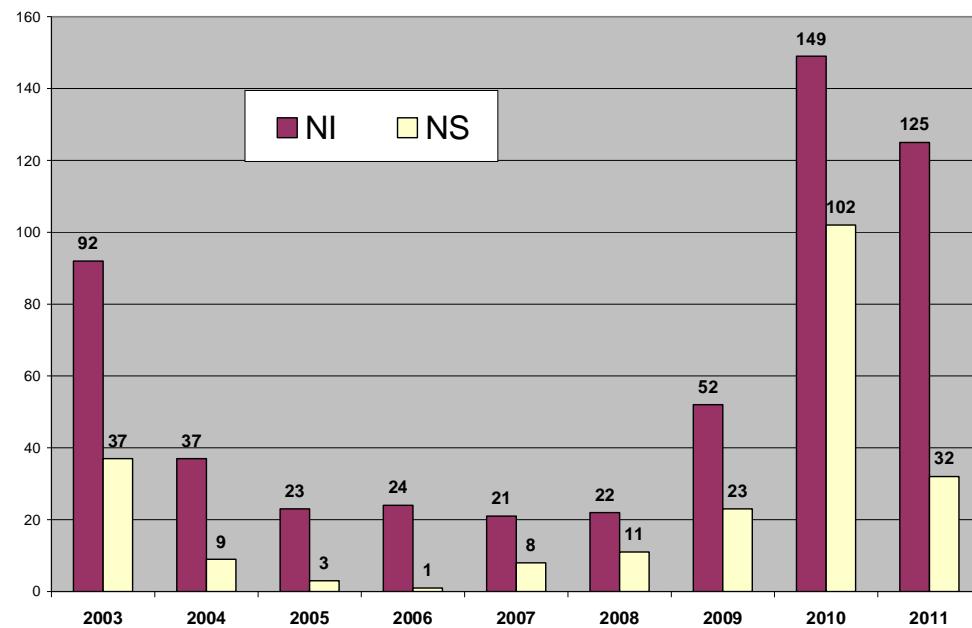
a) ATIVOS X APOSENTADOS (2003 A 2011).



b) OUTRAS SITUAÇÕES FUNCIONAIS (2003 A 2011):

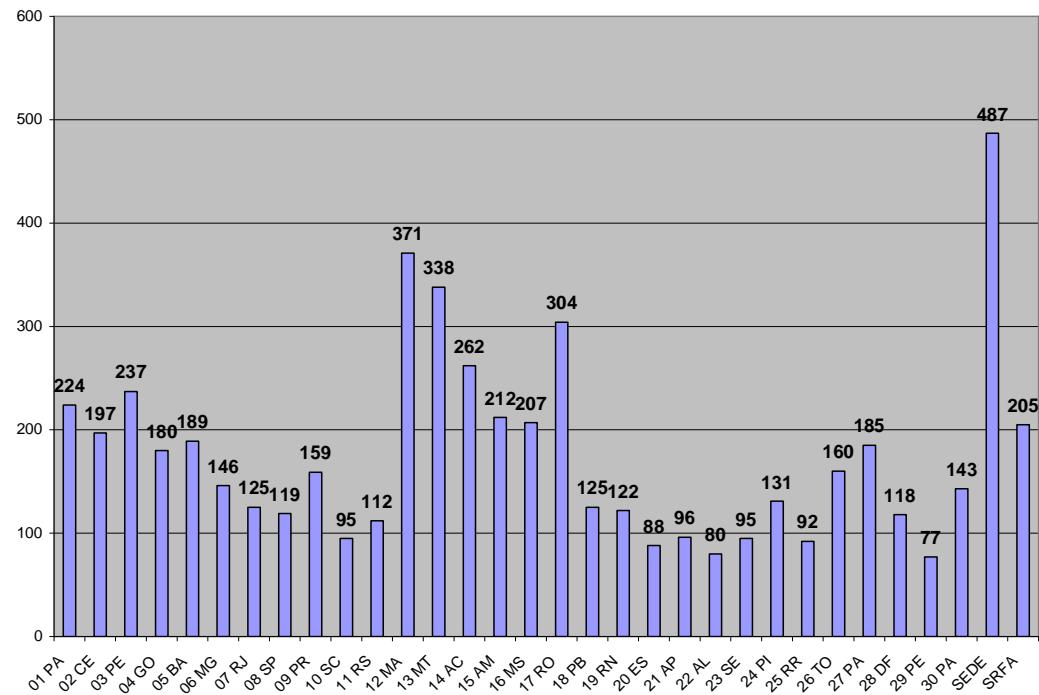


c) APOSENTADORIAS (2003 A 2011)

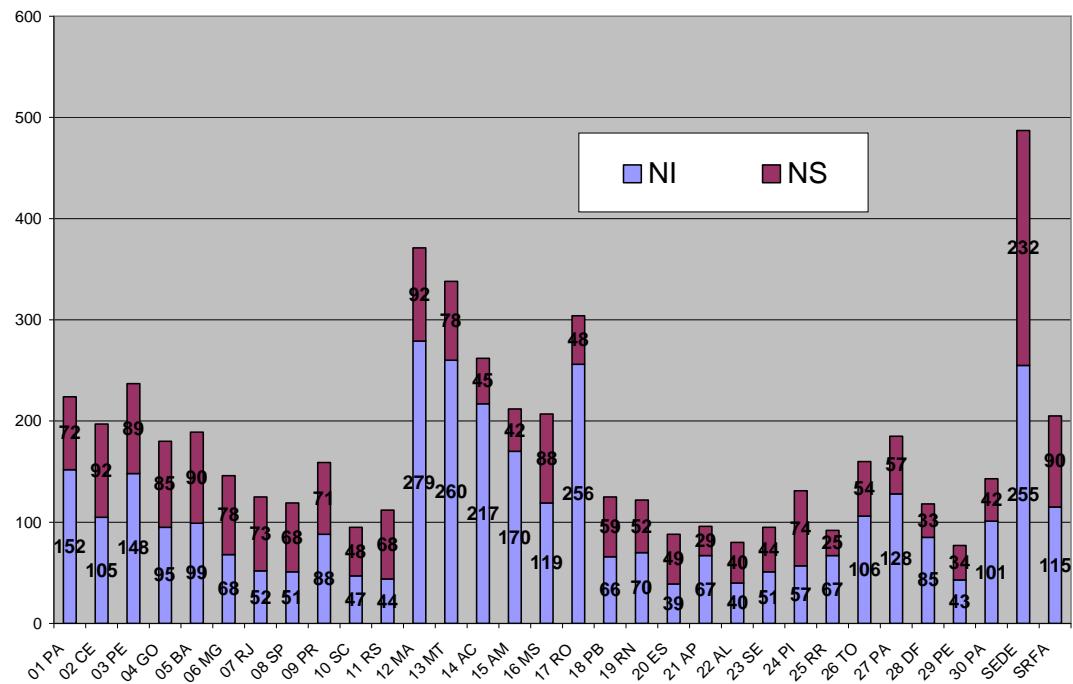


d) DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR UNIDADE:

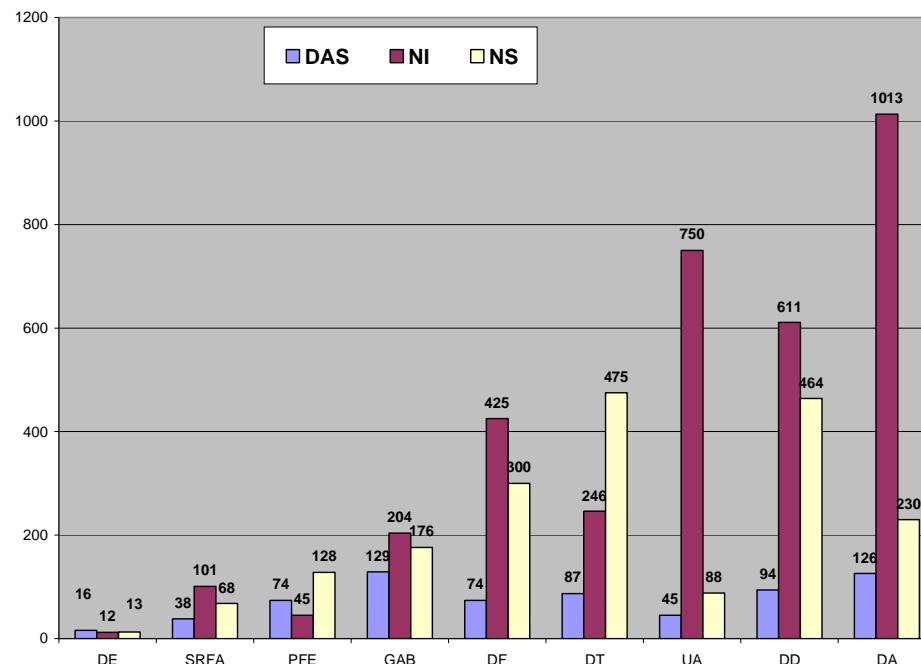
d.1) Total por Unidade



d.2) Total por Unidade/Nível

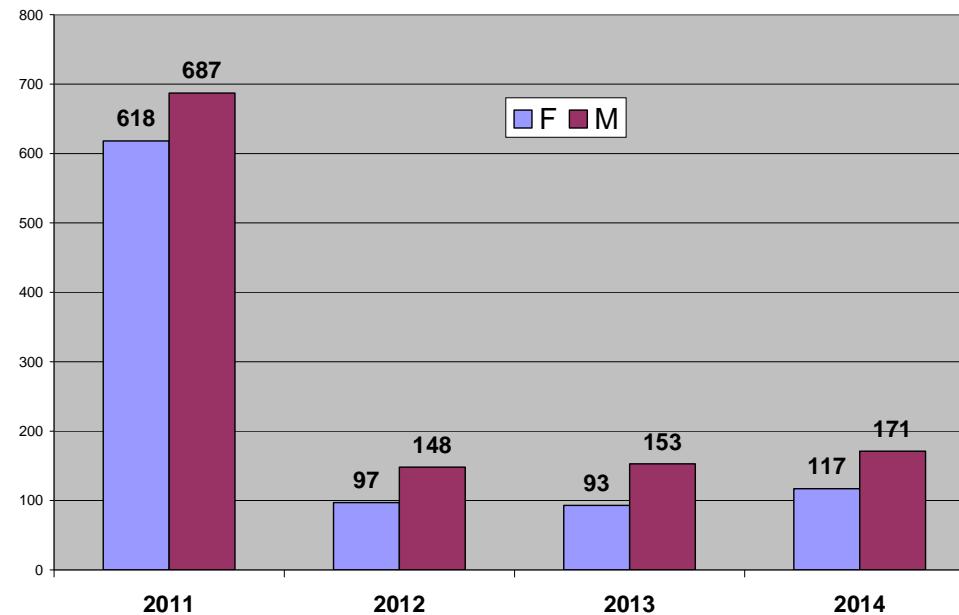


e) ÁREA DE ATUAÇÃO:

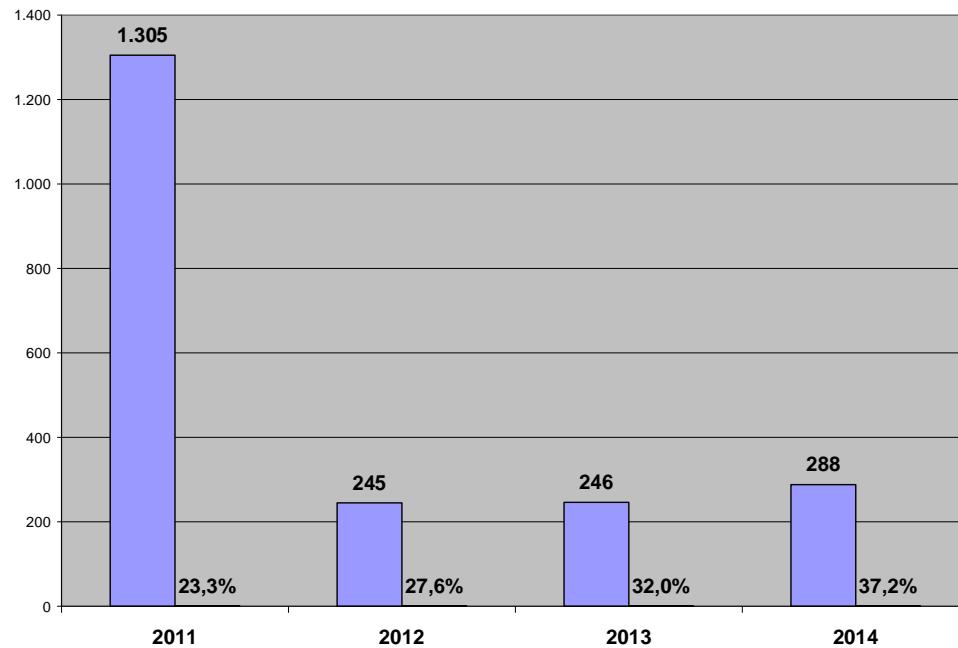


f) PERSPECTIVAS DE APOSENTADORIA:

f.1) Quantitativo de servidores que completaram idade exigida para aposentadoria, por sexo/exercício:



f.1) Quantitativo de servidores que completaram idade exigida para aposentadoria, por exercício com percentual acumulado em relação à força de trabalho total:



h) EGRESSO DE NOVOS SERVIDORES:

CARGO	VAGAS	INGRESSOS	EGRESSOS	MANTIDOS	EGRESSOS/ INGRESSOS
ARDA - ENGENHARIA CIVIL	37	33	24	9	72,73%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - ANÁLISE DE SISTEMAS	47	37	24	13	64,86%
ENGENHEIRO	28	28	14	14	50,00%
CONTADOR	66	51	25	26	49,02%
ANALISTA ADMINISTRATIVO	132	123	56	67	45,53%
TECNICO ADMINISTRATIVO	125	108	45	63	41,67%
ADMINISTRADOR	45	44	16	28	36,36%
ARDA - ARQUITETURA	8	6	2	4	33,33%
ESTATÍSTICO	9	6	2	4	33,33%
ARDA - ANTROPOLOGIA	42	38	11	27	28,95%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - JORNALISMO	45	42	12	30	28,57%
ECONOMISTA	34	33	9	24	27,27%
FISCAL DE CADASTRO E TRIBUTACAO RURAL	46	46	11	35	23,91%
ARDA - ANALISTA REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	475	469	102	367	21,75%
ARDA - ENGENHARIA FLORESTAL	53	47	10	37	21,28%
TECNICO REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	237	184	39	145	21,20%
TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL	31	29	6	23	20,69%
ORIENTADOR DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	30	30	6	24	20,00%
ENGENHEIRO AGRONOMO	602	597	84	513	14,07%
ARDA - ENGENHARIA DE AGRIMENSURA	39	23	3	20	13,04%
ASSISTENTE SOCIAL	30	31	4	27	12,90%
GEOGRAFO	25	26	3	23	11,54%

ANALISE CRÍTICA DA SITUAÇÃO:

Fica claramente demonstrado a insuficiência de recursos humanos. Em decorrência, ocorre a priorização para as unidades finalísticas em detrimento da área meio. Reiteramos nossa informação do Relatório de Gestão/2011 e também para a Equipe de Auditoria da CGU-R/SC que analisou o relatório, quando discorremos que devido a este Instituto ser um dos Órgãos do Governo Federal que tem um dos piores Planos de Carreira, é grande o EGERESSO DE SERVIDORES – que buscam em outros órgãos e na iniciativa privada melhores salários, fato que pode ser verificado QUADRO acima citado. Lembramos que no início do exercício/2012 (mês de fevereiro) houve a nomeação de 364 (trezentos e sessenta e quatro) candidatos habilitados no concurso público objeto do Edital INCRA/DA/nº 01, de 08 de abril de 2010, lembrando que esta regional

não foi agraciada com nenhuma contratação. Para o exercício seguinte está previsto a seleção de novos servidores – relativamente ao concurso público deste Instituto para provimento de 550 vagas previstas – tendo sido prorrogada a previsão até o dia 29 de dezembro de 2013-03-20

Conforme informou a nossa Coordenação-Geral de Recursos Humanos do INCRA/SEDE, a implementação de novos estudos e indicadores só será possível com o ingresso de novos servidores. O contingente disponível para atividades relativas à gestão administrativa não atende satisfatoriamente a demanda. Em decorrência são priorizadas atividades relativas à implantação em folha de pagamento de vantagens decorrentes de decisões judiciais, prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono permanência, licenças/afastamentos diversos, participação em eventos de treinamento externos, manutenção do cadastro funcional (SIAPEcad e SIAPE), avaliação de estágio probatório e progressão), coordenação e acompanhamento de eventos de capacitação e implementação de benefícios (auxílio-transporte, alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar).

ANEXO III - PROGRAMA/AÇÃO – 0089/0181

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

- Por se tratar de pagamento de Auxílio Funeral de servidor do Quadro do INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC, falecido no exercício/2012, não existe Meta a ser cumprida e/ou registrada.
- Nos termos acima, também não existe resultados a serem demonstrados pelo INCRA/SR(10)/SC em 2012, pois conforme informado trata-se de uma excepcionalidade.

Quadro A.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0181

Identificação da Ação						
Código	0181					
Descrição	Previdência de Inativos e Pensionistas da União – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.					
Iniciativa						
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Valores Pagos	
7.119,48	7.119,48	7.119,48	=0=	=0=	7.119,48	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
0	Não Há	=0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012)= SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	Não Há	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

ANEXO IV - PROGRAMA/AÇÃO – 2029/8402

PROGRAMA 2029 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ação 8402 – Documentação da Mulher Trabalhadora Rural

- Por se tratar de Programa/Ação de responsabilidade da Delegacia Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o INCRA/SR(10)SC, a Meta a ser cumprida e/ou registrada ficará segundo nosso Órgão Central a cargo do MDA.
- Nos termos acima, também não existe resultados a serem demonstrados pelo INCRA/SR(10)/SC em 2012, pois conforme informado trata-se de uma excepcionalidade.

Quadro A.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0181

Identificação da Ação						
Código	8402					
Descrição	Documento da Mulher Trabalhadora Rural .					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
238.492,95	238.492,95	238.492,95	=0=	=0=	238.492,95	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
0	Não Há	=0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012)= SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	Não Há	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

ANEXO V - PROGRAMA/AÇÃO – 2066/2109

PROGRAMA 2109 – REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

- Por se tratar de Programa/Ação de responsabilidade da Delegacia Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o INCRA/SR(10)SC, a Meta a ser cumprida e/ou registrada ficará segundo nosso Órgão Central a cargo do MDA.
- Nos termos acima, também não existe resultados a serem demonstrados pelo INCRA/SR(10)/SC em 2012, pois conforme informado trata-se de uma excepcionalidade.

Quadro A.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0181

Identificação da Ação						
Código	2109					
Descrição	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
27.557,57	27.557,57	27.557,57	=0=	=0=	27.557,57	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
0	Não Há	=0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012)= SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	Não Há	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.